

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**LETÍCIA RISSO CASAGRANDE**

**FORMAÇÃO E EXPANSÃO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL - COASUL  
NO SUDOESTE DO PARANÁ (1969-2012)**

**Francisco Beltrão  
2014**

**LETÍCIA RISSO CASAGRANDE**

**FORMAÇÃO E EXPANSÃO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL - COASUL  
NO SUDOESTE DO PARANÁ (1969-2012)**

Dissertação apresentada ao PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Nível Mestrado, da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Clóvis Medeiros

**Francisco Beltrão  
2014**

Catálogo na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Casagrande, Leticia Risso

C334f Formação e expansão da cooperativa agroindustrial - COASUL no sudoeste do Paraná (1969-2012). / Leticia Risso Casagrande. – Francisco Beltrão, 2014.

140 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Marlon Clóvis Medeiros.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão, 2014.

1. Cooperativas - Paraná. 2. Cooperativismo. 3. Agroindústria.  
I. Medeiros, Clóvis Medeiros. II. Título.

CDD 20. ed. – 334.098162

Sandra Regina Mendonca CRB – 9/1090

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FORMAÇÃO E EXPANSÃO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL –  
COASUL NO SUDOESTE DO PARANÁ (1969-2012)

**Autora:** Leticia Risso Casagrande

**Orientador:** Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros

Este exemplar corresponde à redação final da  
Dissertação defendida por Leticia Risso Casagrande e  
aprovada pela comissão julgadora.

Data: 26/06/2014

Assinatura:

Leticia R. Casagrande

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros (UNIOESTE – F.B)

Prof. Dr. Jose Luiz Zanella (UNIOESTE – F.B)

Prof. Dr. Sidemar Presotto Nunes (UTFPR/ Dois Vizinhos)

**Aos meus pais, com todo o amor do mundo.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais, Assis e Ivani, pelo amor e carinho, pela compreensão e pelas palavras de apoio, principalmente na fase final da escrita deste trabalho.

A minha irmã Dalila e aos meus sobrinhos, Eduardo e Izabella, simplesmente por existirem.

Aos amigos (as) Magáli Pelissaro, Elaine Rissardi, Fabiana Willenborg, Lenize Castelli, Tássia Castelli, Carina Eberhardt, Maisa Veiga, Paulo César Rodrigues, Cristiane Cella Biz, por sempre se lembrarem de mim, mesmo após longas ausências.

À Elis Modena, amiga e colega nessa jornada.

Aos meus orientadores, professor Fernando dos Santos Sampaio e professor Marlon Clóvis Medeiros, por me auxiliarem, tanto na construção deste trabalho, quanto no meu crescimento intelectual.

Aos meus amigos e colegas de profissão do Colégio Estadual Duque de Caxias, em especial a Jovani Sgarbozza, Liz Francieli Bonetti, Ana Paula Willenborg, Pâmela Rapachi, Francieli Bazzanella, Fernanda Sgarbozza, Andressa Picoli e Ângela Schneider.

A todos os professores e professoras do PPGG-Unioeste.

Aos professores que participaram do exame de qualificação, pelas valiosas contribuições.

Aos entrevistados, a quem devo parte importante da construção deste trabalho.

Aos familiares de modo geral e em especial a minha querida “Tia Ana” por não querer saber se eu precisava estudar e exigir minha companhia.

Aos integrantes do grupo de pesquisa Dinâmica Econômica e Formação Socioespacial, em especial os nomes de Wilian Padilha, João Luciano Bandeira, Alessandro Trindade, Marinez Mazzochin, Fernando Farias e Pablo Jonas Camilo.

Aos colegas ingressantes no mestrado na turma de 2012.

À coordenação e secretaria do mestrado.

*Quem ainda não sabe que o Brasil é useiro e vezeiro em acertar por equívoco não sabe da missa a metade. Se estivermos certos no fundamental, ou seja, se acreditarmos no país, iremos corrigindo os erros corrente calamo.*

*Ignácio Rangel*

## RESUMO

Procurou-se analisar no vigente trabalho a formação e a expansão da COASUL - Cooperativa Agroindustrial, entre os anos de 1969 e 2012. Para tanto, estruturou-se uma dissertação dividida em três capítulos. O primeiro deles faz um apanhado histórico geral sobre a formação das cooperativas, tanto em escala mundial, quanto nacional e regional, buscando identificar as raízes do cooperativismo, principalmente do ramo agropecuário, em cada uma destas escalas. No segundo capítulo trabalhou-se com o panorama econômico brasileiro a partir dos anos de 1960, evidenciando-se as diferentes políticas de governo e o reflexo disso para o desenvolvimento das cooperativas agropecuárias. No terceiro capítulo buscou-se analisar o surgimento e desenvolvimento da COASUL ao longo dos anos, traçando um paralelo da cooperativa com a economia nacional. Observou-se que a trajetória da já referida cooperativa foi influenciada pelos ciclos econômicos. Dos primeiros anos de atividade até a década de 1980 a COASUL passou por um processo de expansão, auxiliando na modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. Durante a década de 1990 sofreu com a crise na obtenção do crédito, situação contornada a partir dos anos 2000 com novo panorama político e econômico do Brasil.

Palavras chave: COASUL, cooperativismo agropecuário e Sudoeste do Paraná.



# **TRAINING AND EXPANSION OF AGRO COOPERATIVE - COASUL IN SOUTHWEST PARANÁ (1969-2012)**

## **ABSTRACT**

Tried to analyze this work the formation and expansion of COASUL - Cooperativa Agroindustrial, between the years 1969 and 2012 for both, a split was structured in three dissertation chapters, and the first one is a general historical overview of the formation of cooperatives, both worldwide, national and regional, seeking to identify where the roots of the cooperative movement, especially the agricultural sector, in each of these scales. In the second chapter worked with the Brazilian economic outlook from the 1960s, showing the different government policies and the reflection of this for the development of agricultural cooperatives. In the third chapter we sought to examine the emergence and development of COASUL over the years, drawing a parallel cooperative with the national economy. It was observed that the trajectory of the cooperative was already being written with the economic cycles of the country. The first years of activity until the 1980s the COASUL underwent an expansion process, assisting in the modernization of agriculture in southwestern Paraná. During the 1990s suffered from the crisis in obtaining credit situation outlined from the 2000s to new political and economic landscape of Brazil.

Keywords: COASUL, agricultural cooperatives and southwestern Paraná.

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1 - Síntese dos Principais Marcos do Cooperativismo Citados no Capítulo .....</b>	<b>55</b>
<b>QUADRO 2 - Síntese das Principais Realizações da COASUL ao Longo dos Anos .....</b>	<b>128</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 1</b> – Localização Geográfica das Cooperativas Agropecuárias Integrantes do PIC.....	52
<b>MAPA 2</b> – Localização Geográfica do Município de São João .....	94
<b>MAPA 3</b> – Distribuição das Unidades de Armazenamento da COASUL no Início de 2000.....	119
<b>MAPA 4</b> – Distribuição das Unidades de Armazenamento da COASUL no Sudoeste do Paraná no Ano de 2012 .....	120

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> – Evolução da Produção das Principais Culturas Agrícolas do Sudoeste - Em Toneladas .....	50
<b>GRÁFICO 2</b> – Evolução da Área Colhida das Principais Culturas do Sudoeste - Em Ha. ...	50
<b>GRÁFICO 3</b> – Evolução do Crédito Rural no Brasil (1969-2010) .....	85
<b>GRÁFICO 4</b> – Composição do Faturamento da COASUL nos Últimos Doze Anos .....	112

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 1</b> – Fluxo de Colonização do Paraná .....	39
<b>FIGURA 2</b> – Projetos Regionais do Cooperativismo Paranaense .....	43
<b>FIGURA 3</b> – Área de Atuação da Coasul em 2012... ..	121
<b>FIGURA 4</b> – Nova Marca da COASUL .....	124
<b>FIGURA 5</b> – Marca de Frangos LeVida .....	125

## LISTA DE FOTOS

<b>FOTO 1</b> – Cidade de São João na Década de 1960 .....	100
<b>FOTO 2</b> – Fábrica de Rações Um.....	122
<b>FOTO 3</b> – Fábrica de Rações Dois... ..	123
<b>FOTO 4</b> – Unidade Industrial de Aves .....	125
<b>FOTO 5</b> – Modelo de Aviário de Integração COASUL ... ..	126

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b> – Crescimento Anual de Associados em Função dos PIDCOOPs.....	44
<b>TABELA 2</b> – Números do Cooperativismo Agropecuário Paranaense .....	45
<b>TABELA 3</b> – Participação das Cooperativas na Produção Agrícola do Paraná - Ano Safra 2010/11.....	45
<b>TABELA 4</b> – Cooperativas Registradas na OCEPAR.....	46
<b>TABELA 5</b> – Dívida Externa Bruta entre 1960-1984 - Em Bilhões de Dólares.....	72
<b>TABELA 6</b> – Evolução da Produção e Utilização de Tratores de Quatro Rodas e Esteiras ...	74
<b>TABELA 7</b> – Produção e Consumo Aparente de NPK (Mil Toneladas de Nutrientes) 1960-1983.....	74
<b>TABELA 8</b> – Taxa Anual de Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Global e da Inflação Brasileira.....	81
<b>TABELA 9</b> – Receita Gerada pela Distribuição de Insumos na COASUL entre 1979 e 1985 - Valores em Reais .....	104
<b>TABELA 10</b> – Evolução da Capacidade Armazenadora da COASUL nos Anos 1990 - Em Toneladas.....	107
<b>TABELA 11</b> – Evolução do Quadro Social da COASUL nos Anos 1990 .....	107
<b>TABELA 12</b> – Evolução da Recepção de Grãos da COASUL nos Anos 1990 - Em Sacas	107
<b>TABELA 13</b> – Evolução do Quadro Social da COASUL nos Últimos Doze Anos .....	109
<b>TABELA 14</b> – Evolução do Faturamento Bruto da COASUL nos Últimos Doze Anos - Em Milhões de Reais.....	111
<b>TABELA 15</b> – Evolução do Resultado Operacional Líquido da COASUL nos Últimos Doze Anos .....	113
<b>TABELA 16</b> – Evolução da Recepção de Grãos na COASUL nos Últimos Doze Anos - Em Sacas.....	114
<b>TABELA 17</b> – Evolução da Capacidade Armazenadora da COASUL nos Últimos Doze Anos - Em Toneladas .....	115
<b>TABELA 18</b> – Evolução do Ativo Total da COASUL nos Últimos Doze Anos - Em Milhões de Reias .....	116

## LISTA DE SIGLAS

- ABCOOP** – Associação Brasileira de Cooperativas
- ACARPA** – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
- ACI** – Aliança Cooperativa Internacional
- BNDE** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atual BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)
- BRDE** – Bando Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- CANGO** - Colônia Agrícola Nacional General Osório
- CAMDUL** - Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhese
- CAPEG** - Cooperativa Agropecuária Guarani
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina
- CIBRAZEM** - Companhia Brasileira de Armazenamento
- COAGRO** - Cooperativa Agropecuária Capanema
- COASUL** - Cooperativa Agroindustrial
- COCPM** - Comissão Organizadora das Cooperativas de Produção de Mate
- COMFRABEL** - Cooperativa Mista de Francisco Beltrão
- COODETEC** - Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola
- COOPERSABADI** - Cooperativa Agropecuária Sabadi
- CPR** - Cédula do Produtor Rural
- CPRM** - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
- DAC**- Departamento de Assistência do Cooperativismo
- DAP**- Declaração de Aptidão ao PRONAF
- DENACCOP** – Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
- D I** – Departamento Um
- D II** – Departamento Dois
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná
- EMBRAER** - Empresa Brasileira de Aeronáutica
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- FIESP** - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FINAME** - Inicialmente denominado Fundo de Financiamento de Máquinas e Equipamentos, mais tarde chamado de Agência Especial de Financiamento Industrial, continuando com a mesma sigla.



**FUNFERTIL** - Fundo de Financiamento de Fertilizantes

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**IPARDES** - Instituto Paraense de Desenvolvimento Econômico e Social

**ISEB** - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

**MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**NORCOOP** - Projeto Norte de Cooperativismo

**NPK** – Nitrogênio, Fósforo e Potássio

**OCB** – Organização das Cooperativas Brasileiras

**OCEPAR** – Organização das Cooperativas do Paraná

**OSESC** – Organização das Cooperativas de Santa Catarina

**PAEG** – Programa de Ação Econômica do Governo

**PETROBRAS** - Petróleo Brasileiro S.A.

**PETROQUISA** - Petrobrás Química

**PGPM** – Política de Garantia de Preços Mínimos

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PIC**- Projeto Iguaçu de Cooperativismo

**PIDCOOPs** – Projetos Integrados de Desenvolvimento do Cooperativismo

**PLANO SALTE** - Iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia

**PND** – Plano Nacional de Desenvolvimento

**PNPB** - Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

**PRO- ALCOOL** - Programa Nacional do Alcool

**PRODECOOP** - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária

**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**RECOOP** - Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária

**SESCOOP** - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

**SICREDI** - Sistema de Crédito Cooperativo

**SNCR** – Sistema Nacional de Crédito Rural

**SUDCOOP** - Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste

**SULCOOP** - Projeto Sul de Cooperativismo

**TELEBRAS** - Telecomunicações Brasileiras

**UNASCO** – União Nacional de Cooperativas

**UNIRCOOP** – Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativos

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO I – Cooperativismo: um olhar sobre as origens e a evolução em suas diferentes escalas .....</b>	<b>25</b>
1.1 – Desenvolvimento cooperativista no mundo .....	25
1.2 – Desenvolvimento cooperativista no Brasil.....	27
1.3 – Desenvolvimento cooperativista no estado do Paraná.....	37
1.4 – Desenvolvimento cooperativista no Sudoeste do Paraná.....	46
<b>CAPÍTULO II – Cooperativismo Agropecuário: agente na modernização da agricultura brasileira.....</b>	<b>57</b>
2.1 – Considerações acerca da inserção da agricultura brasileira em diferentes planos de governo.....	57
2.2 – Os passos e descompassos do cooperativismo agropecuário na política de governo .....	75
2.3 – RECOOP - Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária...	89
<b>CAPÍTULO III – COASUL: fundação e a expansão desta cooperativa .....</b>	<b>93</b>
3.1 – A formação sócio espacial do município de São João - PR .....	93
3.2 – COASUL: Da fundação a crise dos anos 1990.....	99
3.3 – COASUL: Crescimento e capitalização do período recente .....	108
3.4 – Dinâmica espacial da COASUL ao longo dos anos .....	117
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>130</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>133</b>

## INTRODUÇÃO

*O capital é um dos agentes geográficos mais eficientes, sendo o estudo dos investimentos tão central quanto o estudo das técnicas de produção e das condições naturais, na análise das atividades agrícolas.*

*Pierre Monbeig*

A proposta deste trabalho é analisar a formação e expansão da COASUL a partir de suas relações com a economia nacional. Sendo assim, nosso grande objetivo é avaliar o peso da economia nacional e suas vicissitudes no desenvolvimento da COASUL ao longo dos anos, sendo esta uma cooperativa agropecuária com matriz em São João - PR e com entrepostos espalhados pelo estado do Paraná e de Santa Catarina.

Para obtenção dos resultados desejados do vigente trabalho, lançou-se mão de vasta revisão bibliográfica de textos pertinentes, bem como da coleta e análise de dados, sejam estes relacionados à economia nacional num termo geral, ou especificamente à cooperativa de estudo. Para tanto, realizou-se ao longo do mestrado, entrevistas com funcionários da cooperativa e com associados, além de levantamentos nos relatórios de atividades da COASUL. A metodologia foi composta também, ao longo desta pesquisa, dos trabalhos de campo, destacando-se o realizado em Curitiba na sede do BRDE do Paraná e na sede da OCEPAR.

As principais referências utilizadas na construção deste trabalho de Geografia Econômica são os estudos de Ignácio Rangel, que compreende o processo de desenvolvimento econômico brasileiro a partir da teoria dos ciclos econômicos. Além deste, outros importantes autores utilizados foram Vladimir Lênin (1982), Armen Mamigonian (1997/1999/2004), Guilherme Delgado (1985), Luiz Carlos Bresser Pereira (1978/1982) e José Sidnei Gonçalves (1987/1994/1999/2003/2004/2005).

A dinâmica cíclica é criada no próprio desenvolvimento do capitalismo industrial, tornando-se central aos estudos de Geografia Econômica. Viu-se nas pesquisas bibliográficas que o modo de produção capitalista iniciou-se com a manufatura, cujos prenúncios ocorreram nas cidades italianas (séc. XIV e XV) e flamengas (séc. XV), mas a era capitalista data do século XVI, quando surgiram as manufaturas na Inglaterra. A maciça expropriação de camponeses independentes, a abertura de mercados mundiais (séc. XVI e XVIII), permitiu ao capitalismo inglês realizar a Revolução Industrial, isto é, a substituição do trabalho manual

pela máquina. A Revolução Industrial inaugurou os ritmos industriais de várias durações, principalmente os ciclos decenais (juglarianos) e os ciclos longos, de cinquenta anos - Kondratieff, cada ciclo com fase expansiva (a) e fase depressiva (b). Marx e Engels constataram os ciclos decenais entre 1848 e 1857, que foram sistematizados estatisticamente por Juglar em 1860. Engels assinalou também a chamada “longa depressão do final do século XIX” e a sistematização estatística dos ciclos longos foi feita entre 1918 e 1921 por N. Kondratieff. Como Marx assinalou, as crises decenais são basicamente de superprodução, enquanto as crises do ciclo longo parecem estar ligadas à tendência da queda da taxa de lucro de longo prazo, com esgotamento do uso das invenções revolucionárias ligadas a cada revolução industrial (MAMIGONIAN, 2004).

Periodicamente os ciclos sistematizados por Kondratieff distribuíram-se pela história do capitalismo da seguinte maneira: 1º Kondratieff - entre 1789 e 1849, 2º Kondratieff - entre 1849 e 1896, 3º Kondratieff - entre 1896 a 1948 e 4º Kondratieff - entre 1973 até os dias atuais.

Além de Kondratieff, outros teóricos analisaram a dinâmica cíclica do desenvolvimento capitalista, entre eles Keynes, Schumpeter e Rangel. Para este último, os ciclos longos são resultado de movimentos econômicos e tecnológicos profundos, oriundos do centro dinâmico da economia mundial, mas com importante papel sobre a economia brasileira, como parte da periferia do sistema capitalista suscetível a interferência de movimentos externos.

Rangel assinalou que o processo de desenvolvimento é eminentemente cíclico, regido por ondas de inovação tecnológica e pelo processo de acumulação de capital. Ele insistiu que esse processo cíclico independe da vontade humana e, portanto, da política e do planejamento. É um processo contraditório através do qual a inovação tecnológica, cuja dinâmica explica o ciclo longo, está em permanente conflito com os capitais existentes que são por ela depreciados. A massa de recursos acumulados funciona como um fator de resistência ao progresso tecnológico, devendo ser aí buscada a causação mais profunda das flutuações econômicas. A reversão cíclica ocorre porque a certa altura, em seguida a um período de intensa renovação de capital fixo, passam a preponderar as forças propendentes para a preservação dos capitais recém criados e a capacidade instalada encontra os limites do mercado (PEREIRA e REGO, 1998).

Rangel utilizou a teoria dos ciclos para compreender o processo de desenvolvimento brasileiro. Escreveu em 1957 seu primeiro livro intitulado: “A dualidade básica da economia brasileira”. Partindo do pressuposto de que o capitalismo se desenvolve de maneiras

diferentes nos diversos países, a partir das especificidades regionais, Rangel asseverou a coexistência dual de relações de produção defasadas no Brasil, em relação às relações de produção existentes na Europa.

A dualidade estaria na existência de dois polos: um interno, outro externo. No polo interno situam-se, internamente, as relações de produção dominantes e a correspondente classe dominante, que ele chama de sócio maior. No polo externo situam-se, internamente, as relações de produção emergentes e o correspondente sócio menor, que na dualidade seguinte se transforma em sócio maior. A dualidade aparece também no fato de que, tanto no polo interno como no externo, há um lado externo correspondente às relações de produção vigentes nos países centrais. Tais relações estão sempre adiantadas em relação às vigentes no Brasil, assinalando o caráter dependente do desenvolvimento brasileiro. Nossa dinâmica histórica se distingue dos casos clássicos porque os processos sociais, econômicos e políticos não decorrem apenas da interação entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção internas no país, mas também da evolução das relações que este mantém com as economias centrais (PEREIRA e REGO, 1998).

As dualidades estão sempre ligadas aos ciclos longos e suas manifestações no Brasil. Quando se abriu um novo período de crise na economia mundial, o Brasil, como economia periférica, foi obrigado a se reestruturar. A crise decorrente levou a um novo pacto de poder e mudança da dualidade. Assim, quando ocorreu uma mudança no ciclo longo, ocorreu também uma mudança na combinação de modos de produção, ou dualidades, sendo observadas na história brasileira a formação de quatro dualidades.

A primeira delas, composta pelo latifúndio escravista e pelo nascente capital comercial, manteve a hegemonia da independência até à abolição e à república. Com esta mudança o capital comercial já amadurecido passou à posição hegemônica, associado ao latifúndio semi-feudal. A segunda dualidade se manteve até à crise de 1929, quando foi confrontada com a nova situação econômica, que era incapaz de contornar. O latifúndio voltado ao mercado interno, amadurecido politicamente, associou-se ao nascente capital industrial nacional, marcando o período da efetiva industrialização brasileira. Após o fim do governo militar a terceira dualidade é abalada (MEDEIROS, 2009) e constituiu-se a quarta dualidade, representada pela burguesia industrial e pelos capitalistas agrícolas, herdeiros do latifúndio feudal. Contudo, na quarta dualidade a burguesia industrial foi retirada do pacto de poder e em seu lugar ficaram os interesses do capital especulativo.

Além dos ciclos longos, os ciclos curtos também definem a dinâmica do desenvolvimento econômico brasileiro, sendo fortemente influenciados pelas políticas de

governo. Estes movimentos são específicos de economias industriais e começaram a se manifestar no Brasil a partir de 1930 com a industrialização via substituição de importações, lembrando que nos momentos de crise internacional se enfraquecem os laços da divisão internacional do trabalho, forçando o país a crescer para dentro.

O desenvolvimento do cooperativismo agropecuário, como parte integrante da economia nacional, sofreu e ainda sofre influência dos ciclos econômicos, sejam eles longos ou curtos. A grosso modo, o cooperativismo passou pelas seguintes fases (associadas a dinâmica dos ciclos):

a) de instalação das pioneiras em meados do século XIX e início do século XX até 1930, sendo esta uma fase em que as cooperativas eram pouco expressivas economicamente e, por isso mesmo, não recebiam devido amparo do Estado.

b) de 1930 a meados de 1960, fase de consolidação parcial e apoio governamental que estimulou a instalação de cooperativas de compra e venda em comum, no contexto da Revolução Industrial Brasileira.

No início dos anos 1930, sob um cenário de crise do 3º Kondratieff, o Brasil acelerou o processo de industrialização. Essa conjuntura resultou em grande urbanização e esta, por seu turno, implicou em crises de abastecimento urbano. O florescimento das cooperativas agropecuárias estava imbricado na anatomia destes problemas de abastecimento. O governo federal, preocupado com o quadro, incentivou a abertura de cooperativas agropecuárias, expandindo o setor. Sua principal finalidade era diminuir o papel dos atravessadores da produção agrícola.

c) de meados de 1960 até o final dos anos 1970, fase de intensificação da modernização agrícola no Brasil e amplo florescimento de cooperativas, tuteladas pelo Estado no escopo de difundir a modernização da agricultura. Nesse período a economia nacional viveu uma fase de emparelhamento ascendente entre o ciclo longo e o ciclo curto, auxiliando sobremaneira no desenvolvimento de cooperativas agropecuárias.

d) de 1980 aos anos 2000, sendo esta uma fase de dificuldades financeiras para as cooperativas de modo geral, no contexto de crise econômica e de estrangulamento do crédito.

e) pós anos 2000, quando houve uma reaproximação com o Estado e novo processo de crescimento.

A COASUL teve sua trajetória permeada por diversas destas fases. Primeiramente auxiliando no processo de modernização da agricultura em São João e no Sudoeste do Paraná, durante a década de 1970 e meados dos anos 1980, passando por severa crise nos anos 1990 como consequência da insuficiência do crédito agrícola e novo processo de crescimento em

período recente (pós 2000), quando a economia brasileira voltou a favorecer o ramo agropecuário do cooperativismo, levando a COASUL para uma fase expansiva, caracterizada por uma expansão tanto horizontal, quanto vertical, de sua estrutura produtiva.

Tendo como base tais informações e cômicos da meta almejada, optou-se por estruturar uma dissertação dividida em três capítulos. O primeiro traz algumas considerações sobre o surgimento e desenvolvimento das cooperativas, no contexto mundial, nacional, estadual e regional.

Primeira e brevemente tratou-se sobre as experiências cooperativas europeias, destacando-se Rochdale, pioneira cooperativa inglesa criada no contexto da Primeira Revolução Industrial. A seguir, passou-se a explanar sobre o desenvolvimento cooperativista no Brasil em suas primeiras fases (de instalação das pioneiras e de consolidação parcial), estando sua causação atrelada a dinâmica dos ciclos de Kondratieff e de Juglar.

No contexto estadual, demonstrou-se o desenvolvimento cooperativista a partir de dois momentos: de instalação das pioneiras com base no processo de colonização e povoamento do estado, e, de consolidação, atrelado ao surgimento da OCEPAR e os novos direcionamentos para o cooperativismo agropecuário por ela viabilizados, tornando esse setor o mais forte dentro do estado.

Regionalmente, apresentou-se uma análise da colonização das terras pertencentes ao Sudoeste do Paraná, destacando-se a ocupação promovida pelos caboclos e a intensificação do povoamento após a constituição da CANGO. Com a presença dos colonos gaúchos e catarinenses a agricultura da região transformou-se e concomitantemente a esse processo foram se efetivando as condições para a modernização da agricultura na região. Na esteira desse processo foram surgindo e crescendo as cooperativas agropecuárias, amparadas pelo Estado e seu sistema de crédito oficial, promovendo a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.

No segundo capítulo buscou-se traçar um panorama sobre o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário durante o governo militar, quando esse setor passou a ser visto como agente da modernização agrícola, recebendo diversos incentivos estatais.

Abriu-se o capítulo destacando o Plano SALTE (governo Dutra) e o bloco de investimentos realizado a partir de 1955 (governo JK). Apesar de terem sido implantados basicamente na década de 1950, o que ainda não correspondia ao período do governo militar, marcaram os primeiros momentos do processo de modernização agrícola que se intensificaria em 1965 com o PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo, o SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural e a PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos.

Em meio a essa discussão econômica, buscou-se também analisar as políticas destinadas às cooperativas agropecuárias (fase de amplo florescimento de cooperativas tuteladas pelo Estado). O governo via nas cooperativas um poderoso instrumento para levar a modernização ao campo. Seriam elas agentes de política pública, agilizando a implementação do pacote tecnológico e facilitando o escoamento da produção.

Contudo, nas décadas de 1980 e 1990 o crescimento brasileiro foi freado, como consequência do emparelhamento recessivo do ciclo de Kondratieff e de Juglar. A economia entrou em um processo de estagnação e os recursos destinados à agricultura foram significativamente cortados. Esse movimento refletiu diretamente nas cooperativas agropecuárias, que, num cenário de dificuldade na obtenção do crédito, passaram a sofrer com problemas de inadimplência (fase de dificuldades financeiras).

A década de 2000 apresentou dois momentos. O primeiro lustro de crise, quando o PIB cresceu em média 1,6% ao ano e o segundo lustro de crescimento, quando o PIB cresceu 4,5% ao ano (BANCO MUNDIAL, 2012). Assim, o recente ciclo endógeno da economia brasileira voltou a favorecer o ramo agropecuário do cooperativismo, abrindo uma fase expansiva no setor (fase do pós anos 2000, quando houve uma reaproximação com o Estado e novo processo de crescimento).

No terceiro e último capítulo, tratou-se de apresentar uma análise sobre a fundação e expansão da COASUL, a partir de suas relações com a economia nacional e sua dinâmica cíclica, condicionante do ritmo de desenvolvimento da referida cooperativa. Ou seja, cruzaram-se as informações do primeiro e segundo capítulo para entender a formação e expansão da COASUL ao longo dos anos.

Assim, tratou-se sobre a formação sócio espacial de São João, apresentando um breve histórico do município, bem como as características de seu tardio povoamento. Foram estas características que motivaram 43 produtores rurais a fundarem, no ano de 1969, a COASUL, considerando o relativo isolamento da cidade em relação aos centros consumidores e as dificuldades no transporte da produção agrícola e na compra de insumos industrializados.

Nos primeiros anos de funcionamento não houve um crescimento expressivo da COASUL, devido a escassez de crédito rural na região. Contudo, em 1971 quando a cooperativa se inseriu na área de atuação do Projeto Iguaçu de Cooperativismo ela ganhou dinamismo e conseguiu se expandir, sendo favorecida pela política de governo e pela nova realidade do crédito rural, agora farto e subsidiado pelo Estado. Este período de crescimento se estendeu até meados dos anos 1980, quando foi freado, dada a crise econômica brasileira, reflexo da fase subsidente do ciclo interno e também externo.



Entretanto, nos anos 2000, abriu-se uma nova fase expansiva para a economia nacional e também para a COASUL. Com isso, a cooperativa aumentou sua área de atuação e iniciou processo de integração vertical, com abertura de duas fábricas de rações e uma unidade industrial de aves.

Finalizando o trabalho, fez-se uma análise da dinâmica espacial da COASUL ao longo dos anos, buscando demonstrar como ela foi se expandindo para novos municípios e aumentando sua estrutura produtiva.

## **1. Cooperativismo: um olhar sobre as origens e a evolução em suas diferentes escalas**

### **1.1 Desenvolvimento cooperativista no mundo**

O intuito nesta seção do presente trabalho é traçar, mesmo que brevemente, um histórico do desenvolvimento cooperativista no Brasil e no mundo. Esse é um exercício interessante, pois, possibilita a construção de uma sequência histórica bastante didática. Partindo de uma compreensão mais ampla, conseguimos analisar o local não só dentro do contexto geral, mas também a partir de suas especificidades. Assim, quando num capítulo vindouro, tratar-se do surgimento e desenvolvimento da COASUL, já se terá condições de identificar no que ela se assemelha e no que destoa das características mundiais e nacionais mais gerais.

Desde já, esclarece-se que se trata de uma reflexão introdutória, dada a complexidade e riqueza de detalhes presente na base histórica do cooperativismo.

Foram vários os pensadores proponentes do cooperativismo, dentre os quais, Owen, Fourier e Saint Simon, evidenciando o caráter utópico<sup>1</sup> das primeiras formulações sobre o cooperativismo contemporâneo. Foge do escopo deste trabalho individualizar o pensamento de cada um desses autores. Para este momento, somente é destacado que, cada um a sua forma, os utopistas objetivavam uma transformação que colocasse, pela via cooperativa, o capitalismo emergente à mercê dos trabalhadores e não o contrário como vinha ocorrendo.

Com base no pensamento dos utopistas, assim como de outros formuladores, experiências cooperativas foram surgindo pela Europa. Contudo, a mais importante manifestação em nível mundial de cooperativismo moderno remonta à Inglaterra do século XIX. Foi no contexto da Primeira Revolução Industrial, do capitalismo emergente que enriquecia os industriais e punha na miséria o operariado, que nasceu a experiência de Rochdale. Esta, uma pequena cidade (polo têxtil) localizada nas proximidades de Manchester, viu, no ano de 1844, um grupo de 28 tecelões se revoltarem contra a terrível situação social que vinham enfrentando e fundarem a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale. De acordo com Gonçalves (1987), numa sociedade que vivia sob grande

---

<sup>1</sup> Esta primeira fase da luta pelo socialismo é a fase do socialismo utópico, expressão com a qual Marx e Engels caracterizaram as propostas de reforma social então surgidas e que expressavam as aspirações pessoais de indivíduos bem intencionados, ao invés de constituírem expressões teóricas das tendências de mudança surgidas no desenvolvimento real da sociedade (GERMER, 2007, p. 55).

influência da cristandade, as alternativas que ganharam destaque para amenizar a miséria foram aquelas de roupagem humanista e com conteúdo cristão, resquício do domínio clerical feudal ainda presente.

A fundação da cooperativa de Rochdale tinha por objetivo fundamental melhorar as condições de vida dos seus filiados. Para tanto, foi aberto em 21 de dezembro de 1844 um armazém cooperativo de venda a varejo, visando diminuir custos de alimentação, através de compras coletivas de produtos, propiciando assim uma condição de alimentação e existência mais digna aos afiliados.

Segundo Singer (2002), em um ano o número de sócios já havia subido para 74 e isto fez com que a cooperativa pudesse oferecer novos serviços ao seu quadro social, como uma tecelagem e uma fiação (fábricas cooperativas). Mal sabiam os rochdaleanos que essa transição do cooperativismo de consumo para o cooperativismo de produção<sup>2</sup> minaria as relações no seio da cooperativa. Isso porque os recursos utilizados na construção da nova fábrica (*a priori* alugada) que abrigaria os serviços de tecelagem e fiação vinham da cooperativa, mas também dos trabalhadores da fábrica cooperativa e dos sócios que se tornaram acionistas, e:

Os acionistas, de acordo com o 4º princípio, recebiam uma taxa fixa de 10% sobre o capital que investiram. Os trabalhadores, além de receber esta taxa sobre o valor de suas ações tinham o direito a um abono de 20% sobre seu salário, a título de participação nos lucros. Este arranjo mostra que as cooperativas de produção, criadas pelos Pioneiros, não eram autogestionárias mas cogestionárias. A sua administração era partilhada por representantes dos acionistas (que não trabalhavam na cooperativa) e dos trabalhadores dela. Este é um arranjo instável porque os interesses dos capitalistas e dos trabalhadores eram contraditórios, o que não tardou a provocar conflitos. Quando, por causa da Guerra Civil, a indústria têxtil teve de reduzir a produção por falta de algodão, cuja importação dos EUA estava suspensa, os empregados das empresas capitalistas (alguns dos quais eram acionistas da cooperativa manufatureira) sofreram cortes nas jornadas e nos trabalhos. Mas os trabalhadores da cooperativa continuaram recebendo suas retiradas integralmente. Isso levou a um movimento dos acionistas, sócios da cooperativa de consumo, no sentido de abolir o abono recebido pelos trabalhadores da cooperativa de produção (SINGER, 2002, p. 44).

Há inegavelmente um caráter de luta presente na história do cooperativismo moderno surgido como fruto das tensões do proletariado em relação ao capitalismo emergente, no

---

<sup>2</sup> De acordo com BRDE (2003), este ramo do cooperativismo é formado por cooperativas produtoras de um ou mais tipos de bens e produtos, nas quais os meios de produção explorados pelo quadro social pertencem à própria cooperativa. Muitas cooperativas deste segmento nasceram da apropriação dos meios de produção de empresas falidas por seus antigos trabalhadores.

contexto da Primeira Revolução Industrial. Não obstante, as cooperativas que deveriam ser símbolos da não exploração social passaram a utilizar das próprias estruturas capitalistas para se desenvolverem, tendo, desta forma, condições limitadas para a transformação social. A citação de Singer vem corroborar com essa afirmativa, esclarecendo que, a certa altura, a própria Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale direcionou seu foco para os lucros e não para a construção de uma nova forma de sociedade.

Isso ocorreu dada a hostilidade do capitalismo. Segundo Serra (1986), com as territorialidades do capitalismo, o cooperativismo passou a ser configurado como uma alternativa dentro do sistema e não mais uma alternativa ao sistema. Gonçalves e Vegro (1994), tratando sobre essa mesma temática, dizem que o cooperativismo pretende realizar uma reforma no capitalismo por intermédio da cooperação e, com isso, reduzir os impactos sociais decorrentes da exclusão gerada no processo de avanço da acumulação capitalista.

Aprofundar a análise na experiência de Rochdale perpassa os objetivos deste trabalho. Mesmo assim, é necessário pontuar que a anatomia cooperativista foi se reconfigurando ao longo dos anos, sendo este um processo estritamente ligado à territorialidade do capitalismo.

O desenvolvimento capitalista, a concentração, a formação de monopólios, oligopólios, oligopsônios, o aumento da produtividade do trabalho, entre outros aspectos, obriga as cooperativas a atuarem como grandes empresas capitalistas. “Se o meio em que vive o cooperado o condicionou apenas para responder aos imperativos de eficácia, de rentabilidade e de responsabilidade de acordo com a racionalidade do homem capitalista, não se pode esperar que ele atue segundo a ética cooperativista” (PINHO, 1977, p. 168).

No próximo item desse capítulo, debruçar-se-á sobre as análises do desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, apresentando seu surgimento, bem como seus desdobramentos, na dependente formação social brasileira.

## **1.2 Desenvolvimento cooperativista no Brasil**

As primeiras experiências de cooperativismo formal chegaram ao Brasil no final do século XIX e alvorecer do século XX, baseadas nos moldes europeus. Tratavam-se, portanto, de cooperativas de inspiração rochdaleana, inseridas no contexto do Complexo Rural Brasileiro.

Após a constituição republicana de 1891, inaugurou-se um ambiente favorável para o surgimento do cooperativismo, viabilizado pelo fim da escravidão e a intensificação da imigração europeia (FILHO, 2006). O cooperativismo começou a se delinear no Brasil influenciado pela religiosidade e pelo pensamento político dos imigrantes, fugidos da crise que assolava a Europa naquele período, quando a expansão do capitalismo monopolista e as transformações econômicas, políticas e sociais expropriaram boa parte da população. O movimento defendia a educação cooperativista para estimular a solidariedade entre as pessoas, a união de todo o sistema na defesa dos interesses comuns e a distinção entre o cooperativismo e a economia de mercado, sendo o primeiro marcado pelo comprometimento com a justiça social (MAPA, 2006, p. 16).

O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA (2006), expõe que funcionários públicos, profissionais liberais, militares, entre outros segmentos sociais, incitaram o desenvolvimento do cooperativismo (de consumo) formal no Brasil. A primeira cooperativa teria surgido em Minas Gerais:

As primeiras iniciativas cooperativistas no Brasil surgiram pouco tempo depois que o movimento despertou no mundo. Passados menos de 50 anos da criação da primeira cooperativa, na Inglaterra, em 1844, os brasileiros registram formalmente a sua pioneira. Em Minas Gerais, foi formalizada a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, no ano de 1889. Assim como os tecelões de Rochdale, os precursores brasileiros eram cooperados de consumo, mas a Sociedade Cooperativa oferecia produtos diversificados, desde gêneros alimentícios até residências e crédito (MAPA, 2006, p. 16).

Já para a Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo - UNIRCOOP (2003), a cooperativa Tereza Cristina, fundada no Paraná em meados do século XIX, inaugurou o cooperativismo no Brasil.

Entretanto, o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico – BRDE (2003), diz ser a Cooperativa de Crédito Caixa Rural de Nova Petrópolis a primeira cooperativa oficial, fundada no Rio Grande do Sul, no ano de 1902:

É impossível afirmar, com precisão, quando foi fundada a primeira cooperativa brasileira, em virtude da precariedade dos registros oficiais do período. Isso fica evidente quando se observa que quase todas as fontes consultadas durante a execução deste trabalho se referem a empresas distintas quando discorrem sobre a primeira cooperativa instalada no Brasil. Entretanto, todas as fontes apontam a Cooperativa de Crédito Caixa Rural de Nova Petrópolis – RS, como a mais antiga cooperativa em atividade no país (BRDE, 2003, p.16).

A cooperativa foi idealizada pelo padre jesuíta suíço Theodor Amstad, grande conhecedor do sistema cooperativo europeu e era formada por colonos de origem alemã. A organização adota desde 1992 a denominação SICREDI Pioneira, pois integra o Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI (MAPA, 2006, p. 16).

Observa-se ainda, no final do século XIX e florescer do século XX, outras iniciativas no panorama do cooperativo. Entre elas, a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, fundada no ano de 1891, em Limeira – SP e a Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe, datada em 1894, no estado de Pernambuco.

Em face desse fenômeno, o governo brasileiro iniciou o processo de implantação do sistema cooperativista. Foi promulgado, em 1903, o Decreto nº 979, permitindo aos sindicatos a organização de caixas rurais de crédito, bem como cooperativas de produção e de consumo. O referido diploma legal, contudo, não tratou do assunto de forma pormenorizada, dispondo somente sobre a responsabilidade patrimonial das cooperativas e estendendo a estas o regramento das sociedades civis em relação à liquidação (VICENTE, 2006).

As cooperativas surgidas até então eram economicamente inexpressivas, o que explica a falta de empenho governamental na implantação do sistema cooperativo. Somente em 1932, com o Decreto nº 22.239, considerado a primeira lei básica sobre cooperativismo no Brasil, é que os princípios de Rochdale<sup>3</sup> passaram a vigorar especificamente.

---

<sup>3</sup> Rochdale marcou a história por seus princípios consolidados como universais do cooperativismo até dias de hoje, sendo eles: 1º- que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independente de quanto investiu na cooperativa. 2º- o número de membros das cooperativas era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir [...]. 3º- sobre capital emprestado a cooperativa pagaria juros fixos. 4º- as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa. 5º- as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista. 6º- os produtos vendidos pelas cooperativas seriam sempre puros (isto é, não adulterados). 7º- a cooperativa se empenharia na educação cooperativa 8º a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões políticas e religiosas (SINGER, 2002, p. 39 e 40). Com o passar do tempo os princípios foram revistos e adaptados às exigências da sociedade, sendo atualmente considerados como os princípios do cooperativismo: 1º- adesão livre e voluntária: cooperativas são organizações voluntárias, abertas à participação de todos, sem discriminação de sexo, raça, classe social, opção política ou religiosa [...]. 2º- gestão democrática pelos membros: os cooperados, reunidos em assembleias gerais, democraticamente, participam das decisões, bem como elegem seus representantes para administrar a cooperativa. Os membros possuem igual direito de voto (cada pessoa = um voto), não importando a quantidade de quotas de cada associado. 3ª - participação econômica dos sócios: todos os cooperados contribuem igualmente para a formação do capital social da cooperativa, e o controlam democraticamente. 4º- autonomia e independência: as cooperativas são empreendimentos controlados pelos seus associados, que são os donos do negócio [...]. 5º- educação, formação e informação: a cooperativa tem como objetivo permanente destinar ações e recursos para educar, formar e capacitar seus associados, dirigentes, conselheiros e empregados, para a prática do cooperativismo e para o uso de técnicas e equipamentos no processo de produção e comercialização [...]. 6º- intercooperação: o trabalho conjunto das cooperativas com a utilização de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, fortalece o movimento cooperativista e atende de forma mais eficaz aos seus associados. 7º- interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham para o bem-estar de suas comunidades por meio de políticas aprovadas pelos seus associados (MAPA, 2012, p. 10 e 11).

Inicialmente o espaço característico das cooperativas era o urbano. Sem demora despontaram as cooperativas no meio rural, fruto da organização de imigrantes, principalmente asiáticos, holandeses ou das etnias alemã e italiana. Os imigrantes trouxeram consigo o legado associativo e, no contexto da época (fins do século XIX e alvorecer do século XX), sentiram-se motivados a organizar cooperativas que auxiliassem os pequenos produtores, tanto na produção como na comercialização dos produtos, diminuindo os custos e o papel dos intermediários. Durante um longo período, as políticas governamentais negligenciaram essas massas de imigrantes que, na ausência do Estado, tiveram de buscar soluções próprias para os seus problemas, o que culminou, em muitos casos, na criação de cooperativas (BRDE, 2003, p. 22).

Figura entre as primeiras cooperativas agropecuárias brasileiras a Sociedade de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata de Cotia ou Cooperativa Agrícola de Cotia, criada em 1927. São outros exemplos de cooperativas agropecuárias pioneiras:

Ainda no século XIX, nasciam as organizações que se tornaram destaques do cooperativismo brasileiro: as agropecuárias. A primeira registrada foi a Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, fundada no Rio Grande do Sul, na região de Veranópolis, em 1892. A partir daí, esse segmento se desenvolveu com vigor no Sul do País, estimulado por imigrantes europeus e asiáticos, que traziam dos seus continentes o conhecimento da doutrina e buscavam a união para amenizar as dificuldades de começar vida nova longe da terra natal. Por volta de 1910, o setor ganhou impulso também em Minas Gerais, no Sudeste do Brasil, quando as cooperativas foram incentivadas pelo então governador João Pinheiro, que buscou organizar a produção e a comercialização do café (MAPA, 2006, p. 16).

É no primeiro quartel do século XX que as cooperativas agropecuárias começaram a despontar no cenário nacional. Todavia, a partir do primeiro governo Vargas, elas ganharam um novo fôlego. Deve-se entender melhor o porquê disso.

No Complexo Rural Brasileiro, tinha-se uma economia natural de dinâmica simples, voltada à produção, para a exportação, de um único produto de valor comercial, o café (PAIM, 1957 apud SILVA, 1996, p. 7). Na mesma página, José Graziano da Silva expõe que:

O que caracterizava o Complexo Rural era a sua incipiente divisão do trabalho. As fazendas, para produzir um determinado produto, tinham que produzir todos os bens intermediários e os meios de produção necessários, e ainda assegurar a reprodução da própria força de trabalho ocupada nessas atividades. O Complexo Rural internalizava nas fazendas um “departamento” de produção de meios de produção (insumos, máquinas e equipamentos), mas “um DI assentado em bases artesanais” (para usar a

terminologia de Rangel) com o ferreiro, o carpinteiro, o pedreiro, o mecânico, o domador de animais, o seleiro, etc (SILVA, 1996, p. 7).

A interpretação apresentada por de José Graziano da Silva parece estar correta, entretanto, reduz o Complexo Rural ao latifúndio agroexportador. Esclarece-se que à luz do nosso referencial teórico, baseado entre outros autores, em Mamigonian (2004) havia nas regiões Sul e Sudeste do Brasil um significativo Complexo Rural independente do latifúndio, formado por pequenos produtores imigrantes.

A estrutura do Complexo Rural no Brasil se mantém sólida até meados do século XIX, quando se inicia sua decomposição. “É evidente que o Complexo Rural não se quebra espontaneamente, pelo simples fato de que a sociedade tem aplicações mais produtivas para os fatores usados na produção natural. Há que induzi-lo ou mesmo compeli-lo a alterar sua estrutura” (RANGEL, 2005a, p. 109).

O russo Nikolai Kondratieff propõe em seus estudos que o capitalismo tende a se desenvolver permeado por períodos de intenso crescimento, alternado por períodos de profunda crise, são os chamados ciclos econômicos. Cada ciclo tem duração de aproximadamente meio século, sendo que desses cinquenta anos, a metade é de ascensão, conhecida fase “a” e a outra metade é de subsidência, chamada fase “b”. É importante destacar que o motivo causador dessas subsidências ou crises econômicas independe das vontades individuais, mas sim advém das dificuldades de acumulação de capital, pois o objetivo do capitalismo é justamente esse, a acumulação, e quando o sistema não consegue mais atingir sua finalidade, ou seja, reproduzir ampliamente o capital, ele entra em crise.

As explicações inerentes à decomposição do Complexo Rural no Brasil estão intrinsecamente ligadas ao comportamento da economia nacional frente às Ondas Longas propostas por Kondratieff. Como reflexo contrativo da Segunda Onda deram-se a república e a abolição, já que toda a produção realizada no interior das fazendas era proveniente de mão de obra escrava. Tudo isto, somado à implantação da Lei de Terras, encetou a desarticulação do Complexo Rural.

Em Rangel (2005a), tem-se que a abertura do Complexo Rural resulta em criação de mercado interno. Como ensina Lênin (1982), não é necessário haver um mercado interno pré-existente para o capitalismo, pois este vai se desenvolvendo ao mesmo passo em que os mercados vão se constituindo, como um fruto da divisão social do trabalho. A desagregação do Complexo Rural e a abolição da escravatura engendraram esse cenário de divisão social no trabalho, como resultado do início da separação da agricultura das demais atividades



artesanais, na medida em que esta passou a produzir determinados produtos voltados ao mercado, comprando dele os aportes necessários à sua própria produção. Ou seja, criaram-se os mercados cogentes ao desenvolvimento do capitalismo, que com a imigração europeia e a industrialização se tornaram mais expressivos.

Concomitante à abertura do Complexo Rural pode-se falar do nascimento do fenômeno industrial no Brasil. Como expõe Mamigonian (2004), para se entender esse “pontapé” inicial da industrialização brasileira deve-se considerar menos os mecanismos econômicos e mais os mecanismos sociais, isso porque os grandes latifundiários consumiam produtos luxuosos não compatíveis com aqueles produzidos pelas primeiras indústrias de nosso país, ao passo que os escravos, de produtos industriais, praticamente nada consumiam. Esse impasse foi resolvido quando se constituiu a classe “europeia” dentro da sociedade brasileira, representada majoritariamente por imigrantes de diversos países da Europa. Mesmo que muitos dos produtos destinados ao abastecimento do mercado interno ainda fossem provenientes das importações, estavam lançadas as bases da ação industrial, que nos próximos anos só cresceria. Exemplo desse processo é a tecelagem Hering, fundada em 1880 pelo alemão Hermann Hering em Blumenau - SC.

Nas localidades de imigrantes se desenvolveu uma divisão social do trabalho independente do latifúndio. Era desta produção que vinha boa parte dos bens de consumo e instrumentos de trabalho utilizados pelos imigrantes. Este núcleo de industrialização fica à margem da explicação de Graziano da Silva.

De acordo com Mamigonian (2004), relaciona-se frequentemente a industrialização do Brasil ao café, inclusive apontando o fenômeno industrial como consequência direta da cafeicultura. Sem dúvida a industrialização deve muito ao café na medida em que o crescimento da economia cafeeira provocou a ampliação do mercado interno (atendido por artigos importados), a criação de ampla rede de estradas de ferro, a implantação da energia elétrica em São Paulo e Rio etc. Alguns assinalam ainda a transferência de capitais e empresários do café para a indústria, em particular após a crise de 1929. Para Mamigonian nesse momento já começou o exagero enganoso do papel desempenhado pela cafeicultura. Uma economia de exportação em crescimento e que estimula o consumo de artigos industriais importados não provoca automaticamente iniciativas industriais que substituem importações. Já nas regiões de colonização europeia do Sul do Brasil, de policultura de subsistência, com pequenos excedentes agrícolas colocados no mercado interno, processou-se importante industrialização, como em Joinville e Blumenau. Portanto, devem-se procurar as causas da industrialização brasileira no imigrante, como por exemplo, os alemães do vale do Itajaí,

primeiros consumidores das camisas de malha produzidas por Hermann Hering, cujos ascendentes eram tecelões na Alemanha pelo menos desde o século XVIII.

No final dos anos 1920 e início dos anos 1930, o mundo capitalista viu-se em mais uma de suas crises. A economia, no transcorrer de sua história, vem se esbarrando nas vicissitudes do esquema proposto por Kondratieff. A terceira contração das Ondas Longas não fugiu à regra. Tornou-se necessário orquestrar modificações para fazer frente ao contexto depressivo, representado pela estagnação do mercado externo (baixa no preço do café<sup>4</sup>) e por dificuldades na importação (aumento do preço dos manufaturados) para o mercado interno.

Para Rangel (2005a), o Brasil cresceu durante as fases “a” do ciclo e também cresceu/cresce durante os períodos de crise. No primeiro caso para fora, no segundo para dentro. Como a procura interna se manteve e as exportações caíram (PEREIRA, 1982) a solução adotada foi a da industrialização pelo viés da substituição de importações. Os produtos anteriormente importados passaram, doravante, a ser produzidos internamente, considerando a existência de um mercado interno para bens industriais.

Sumariamente, pode-se dizer que a dinâmica interna nascida da decomposição do Complexo Rural, quando o Brasil passou por uma industrialização espontânea, desenvolvendo indústrias de ramos básicos de bens de consumo, viabilizou a substituição de importações, para fazer frente à crise internacional. O que ocorreu nos anos 1930, portanto, foi uma intensificação da industrialização iniciada anos antes e que, passo a passo, foi convertendo o país de agrário exportador para urbano industrial.

Essa conjuntura resultou em grande urbanização, pois, expressiva parte da população, antes rural, dirigiu-se para as cidades tornando-se mão de obra nas indústrias. Reflexo desse fenômeno também se notou no campo, com o aumento da demanda por produtos agrícolas. Ou seja, as ações do governo Vargas promoveram um surto industrializante e, como as indústrias estavam na cidade, esse movimento foi acompanhado por intensa urbanização que, por seu turno, desencadeou crises de abastecimento urbano.

Com vistas na solução deste problema e no desenvolvimento de estruturas de comercialização, o governo federal estimulou a instalação de cooperativas. Gonçalves e Vegro enraízam mais profundamente a análise quando trazem a seguinte argumentação:

---

<sup>4</sup> Vale sempre lembrar que o Brasil agrário exportador dessa época tinha como seu principal produto na pauta de exportações o café.

O principal problema enfrentado pela economia em urbanização era a inexistência de modernas estruturas de comercialização tanto no campo quanto na cidade, em razão da predominância do capital comercial tradicional produzindo margens de comercialização elevadas para os produtos agrícolas. O domínio do capital tradicional trouxe como resposta a busca de construção de cooperativas de compra e venda em comum. Os agricultores se associavam para comprar insumos e máquinas garantindo a internalização do progresso técnico e, para enfrentar os oligopsônios do capital comercial, organizavam vendas em comum da produção. Com isso, obtiveram ganhos de margens antes destinadas a intermediários, além de romperem com as instabilidades desses mercados, principalmente na área de hortigranjeiros, produtos perecíveis que tornam impraticáveis sua produção sem garantia de colocação [...] (GONÇALVES e VEGRO, 1994, p. 63 e 64).

O florescimento das cooperativas agropecuárias está atrelado às crises de abastecimento interno, principalmente a partir da Revolução Industrial Brasileira de 1930, quando o crescimento generalizado de grandes centros urbanos e industriais desembocava em escassez de alimentos. Nesse contexto, o ramo agropecuário passou a ter incentivos fiscais do governo federal e conseguiu se expandir. O BRDE (2003) aponta o estímulo do poder público ao cooperativismo, identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas e a promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro de 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação, como os fatores de impulso do cooperativismo agropecuário brasileiro naquele período.

Com a edição do Decreto nº 22.239 de 1932 significativas mudanças foram concatenadas. A partir dele as sociedades cooperativas de quaisquer naturezas, civil ou mercantil, são tidas como sociedade de pessoas, não de capitais. Nessa fase o cooperativismo ingressa numa etapa de consolidação parcial. O governo começa a reconhecer os principais institutos inerentes ao sistema cooperativista, propiciando às cooperativas uma maior liberdade de constituição e funcionamento, além de diversos incentivos fiscais (VICENTE, 2006).

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, foram criadas diversas instituições públicas voltadas ao fomento da prática cooperativista, como a Caixa de Crédito Cooperativo, fundada em 1943, além disso, as empresas cooperativas foram contempladas com uma série de benefícios de ordem fiscal. Sob a influência desse ambiente político e institucional favorável ao associativismo, os produtores agropecuários abandonaram a desconfiança que nutriam em relação ao cooperativismo, resultado do fracasso de grande parte das empresas cooperativas surgidas na primeira onda cooperativista. Novas cooperativas foram fundadas, estando, agora, ao amparo da lei (BRDE, 2003, p. 23).

Neste momento, a principal finalidade das cooperativas era eliminar os intermediários na comercialização agrícola, atuando na compra e venda em comum. Cabia à cooperativa garantir preços mais baixos na compra de produtos, pois a aquisição e repasse de insumos era feita coletivamente, como também melhorar os preços no momento de venda das safras, enfraquecendo o oligopsonia do capital comercial. Na esteira desse movimento notou-se uma significativa expansão do cooperativismo agropecuário, esse visto como um instrumento da política econômica, lastreado em créditos especiais e isenções fiscais. Esse modelo de cooperativismo vai ser abalado pela conjuntura dos anos 1950, quando “o início da modernização e a industrialização da agricultura colocam novos desafios à organização do cooperativismo agrícola brasileiro” (GONÇALVES e VEGRO, 1994, p. 63).

O período que se estende desde o aparecimento das primeiras cooperativas até meados da década de 1950 pode ser considerado como a “era romântica do cooperativismo”. As cooperativas então existentes tinham como principal objetivo eliminar o intermediário da comercialização da produção agrícola dos cooperados. Uma parte significativa dessas cooperativas era mista, no sentido de que atuavam tanto na comercialização da produção agrícola dos associados como, também, na que, na maioria das vezes, não tinham acesso às casas comerciais dos centros urbanos. Também era pequena, ou mesmo inexistente, a preocupação com as economias de escala, o que é demonstrado pelo fato de que a maioria das cooperativas era pouco especializada, prontificando-se a receber e comercializar um sem-número de produtos agrícolas dos associados. Contudo, a partir de meados da década de 1950, esse “cooperativismo romântico” começa, rapidamente, a dar lugar a um novo cooperativismo, chamado, por muitos estudiosos do assunto, de “cooperativismo empresarial” (BRDE, 2003, p. 23 e 24).

O processo de industrialização brasileiro se acelerou nos anos 1930 como uma resposta à crise mundial e foi propiciado pelo DII (Departamento II ou bens de consumo), mantendo o caráter pré-industrial do DI (Departamento I ou bens de produção). Desta forma, até por volta de 1950, o DI<sup>5</sup> do setor agrícola (departamento responsável pela produção de máquinas e insumos) não estava internalizado<sup>6</sup>, ficando, por conseguinte, sujeito às importações, o que limitava o processo de expansão pela deficiência de máquinas e equipamentos modernos. Urgia, para sua continuidade, que os bens de produção passassem a ser produzidos no Brasil mesmo, ou seja, que o DI fosse internalizado. Foi o que ocorreu. Ações dos governos Vargas e Kubitschek promoveram a internalização do DI e um novo

<sup>5</sup> No bojo da agricultura moderna separam-se os setores a montante e a jusante da produção. O primeiro é representado pelos insumos e máquinas (DI). O segundo pela agroindústria processadora.

<sup>6</sup> A industrialização começou pelo DII, mas isso não quer dizer que não houvesse um DI, como muitos acreditam. Apenas esse último assumia caráter pré-industrial. Sem um DI, nenhuma economia pode engendrar o próprio ciclo, nem, de um modo geral, industrializar-se [...] (RANGEL, 2005a, p. 692).

surto industrializante. “A introdução de novas técnicas, por sua vez, supondo o emprego de um equipamento muito diferente do anteriormente usado, exige a criação das indústrias correspondentes – as indústrias de base” (RANGEL, 2000, p. 42).

Essa política de desenvolvimento industrial englobava a agricultura tanto a montante quanto a jusante. No primeiro caso pela produção industrial de insumos e máquinas, o DI e, no segundo caso, pelas agroindústrias processadoras.

Conforme exposto em BRDE (2003), foram estabelecidas áreas prioritárias de investimento, que contaram com amplo incentivo governamental, assim como foram definidos os setores nos quais as inversões deveriam ficar a cargo do Estado, do setor privado nacional e do capital estrangeiro. Entre os vários entraves à superação do estágio de subdesenvolvimento, identificava-se o baixo nível de produtividade da agricultura nacional.

Para que o objetivo de aprofundar o grau de industrialização do país fosse exequível, seria essencial a modernização da agricultura nacional, que ainda era conduzida segundo moldes tradicionais. Isso permitiria não apenas a liberação de mão de obra para as atividades urbanas, como também o barateamento dos alimentos, o que ajudaria a conter os custos de reprodução da força de trabalho. O aumento da produtividade no campo também tornaria a produção nacional mais competitiva internacionalmente, o que poderia contribuir para aumentar as exportações e diminuir as importações de alimentos e matérias-primas agrícolas, permitindo, assim, que as reservas internacionais fossem usadas na importação de bens de capital para equipar a indústria em processo de implantação (BRDE, 2003, p. 24).

Apesar de todas as polêmicas que envolvem o processo de modernização é inegável que ela foi eficiente no cumprimento de seus objetivos. A mudança na base técnica e a adoção de um novo padrão tecnológico, expresso principalmente pela mecanização e artificialização dos solos, impuseram novas condições de produção, elevando a produtividade do trabalho e potencializando os fins comerciais da atividade agrícola, bem como a sua renda.

Tem-se então a modernização como um esforço para aumentar a produtividade e como responsável por colocar, maciçamente, a agricultura como um elo da divisão do trabalho, estabelecendo assim relações intersetoriais. Nas palavras de Graziano da Silva (1996), “indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras”.

Qual seria a função das cooperativas nesse momento? Pressupondo o desenvolvimento das cooperativas agropecuárias transcórrer de acordo com as territorialidades do capitalismo no campo, aponta-se para uma metamorfose na atuação das cooperativas agropecuárias, uma vez que, das chamadas organizações atuando na

comercialização, como associações para compra e venda em comum, adotaram-se estratégias de integração para frente e para trás, entrando na produção industrial (GONCALVES e VEGRO, 1994, p. 63). Ainda de acordo com os autores, nessa fase de aprofundamento da divisão social do trabalho, as cooperativas deixaram de ser apenas uma resposta à intermediação do capital comercial tradicional para assumirem a posição de concorrentes do grande capital produtivo.

Partindo desse pressuposto, as cooperativas agropecuárias deixam de ser apenas um meio de somar forças no sentido de alocar o produto com maior preço possível (venda em comum) e baratear a aquisição de insumos por meio da compra coletiva, para operarem com modernas técnicas gerenciais no processo de acumulação de capital, integradas aos circuitos da agroindústria e do agronegócio.

Muitos aspectos sobre o cooperativismo visto como um instrumento da modernização da agricultura ainda precisam ser ressaltados. Isso ficará a cargo do segundo capítulo deste trabalho. Para findar o tema deste capítulo, o surgimento e desenvolvimento do cooperativismo, tanto no Brasil como no mundo, passar-se-á a apreciar sua territorialização na região sul do Brasil, principalmente no estado do Paraná e na região Sudoeste do Paraná.

### **1.3 Desenvolvimento cooperativista no estado do Paraná**

Com fins didáticos o movimento cooperativista paranaense foi dividido em três momentos: o primeiro até 1930, o segundo de 1930 a 1970 e o terceiro a partir de 1970. Trata-se respectivamente de momentos relacionados ao surgimento, expansão e consolidação do cooperativismo paranaense. Doravante buscar-se-á detalhar cada um destes momentos.

O surgimento das cooperativas no estado do Paraná, apesar de algumas especificidades, acompanhou o movimento nacional. As pioneiras foram instaladas no começo do século XX, fruto do movimento de imigrantes, principalmente italianos, holandeses e alemães que, influenciados pelas experiências cooperativas europeias, decidiram instalar suas próprias estruturas de compra e venda em comum, diminuindo o papel dos atravessadores e os elevados custos dos produtos. A Batavo, com esse nome desde 1928, a Castrolanda, a Agrária e a Svitlo, são exemplos de cooperativas pioneiras.

A semente do cooperativismo lançada pelos imigrantes teve seu efeito multiplicador quase que de imediato entre os agricultores paranaenses de um modo geral. Tanto é verdade que outros segmentos de trabalhadores rurais passaram a fundar cooperativas após descobrir

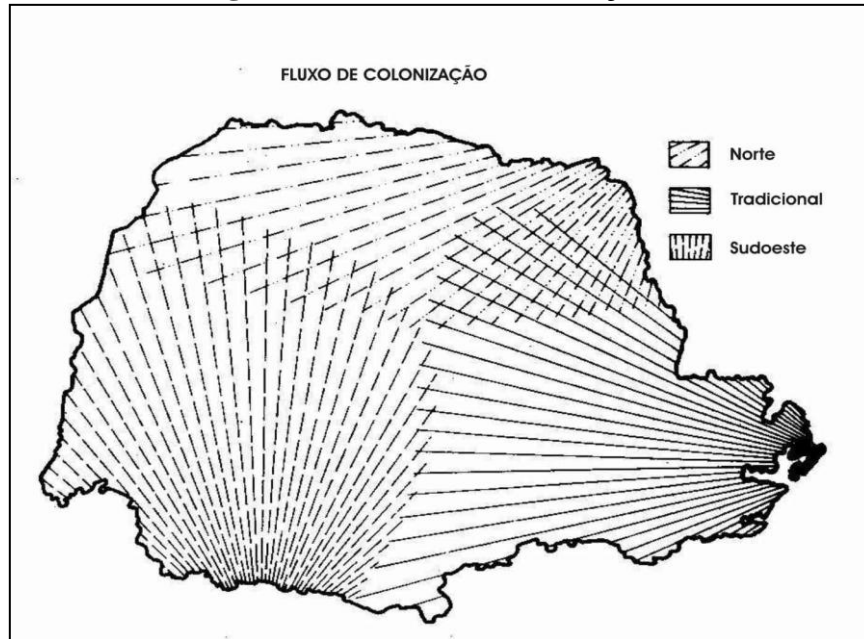
as vantagens do sistema, principalmente no que se refere à organização das relações da lavoura com os mercados de compra e venda (SERRA, 1995, p. 57 e 58).

Ainda sobre essa temática, SETTI traz a seguinte contribuição:

Os objetivos estabelecidos na constituição de cooperativas diziam respeito à cooperação entre os associados com a finalidade de reduzir o custo dos insumos e utensílios utilizados por eles, bem como o de evitar a intermediação na venda da produção, fazendo-a diretamente aos mercados consumidores. A manutenção de escolas, a compra de máquinas para empréstimo aos associados e o socorro em caso de acidentes estavam entre os objetivos das cooperativas (SETTI, 2011, p. 22).

Antes de 1930 as cooperativas eram instaladas sem o amparo governamental e sem levar em conta os princípios universais do cooperativismo. Depois dos anos 1930 sua fundação e funcionamento passaram pelo crivo do poder público do Paraná que editou em 1938 o Decreto nº 581, espelhado no Decreto Federal 22.239, de 1932. Mas antes mesmo da edição do Decreto 581 que estabeleceu o registro obrigatório das cooperativas já instaladas ou a serem instaladas no Paraná, o controle oficial sobre as entidades associativistas já vinha ocorrendo por força da Lei Estadual nº 32, editada em 1932 (SERRA, 2013, p. 22).

O processo de colonização do Paraná, ocorrido na esteira do século XX, tem relação direta com o desenvolvimento de cooperativas. Como é perceptível, analisando a figura abaixo, a ocupação do estado articulou-se em três frentes pioneiras, uma partindo do litoral em direção aos campos gerais, outra vindo do norte e uma terceira concentrada no oeste e sudoeste. Como será demonstrado adiante, a expansão geográfica de cooperativas no estado do Paraná segue essa mesma estrutura espacial.

**Figura 01 - Fluxo de Colonização do Paraná**

Fonte: IPARDES (1974).

A grosso modo, cada uma das três regiões foi moldando-se de acordo com o contingente habitacional que passou a lhe ocupar. No norte, a influência foi do café paulista, no sudoeste e oeste do estado, dos cereais e suínos gaúchos e catarinenses. Gado, mate e madeira, compunham a produção da frente tradicional.

Enquanto o povoamento limitava-se ao litoral e ao primeiro planalto a erva-mate já despertava interesse comercial. Com os anos, passou a ser a principal atração econômica do Paraná. Em meados do século XIX, com o aumento do interesse comercial no mercado externo pelo produto, a extração da erva-mate tornou-se o setor mais rentável da economia paranaense, estendendo o seu ciclo até o início do século XX, quando declinou e foi substituído por outro ciclo, o do café (TEIXEIRA, 2002).

Serra (1995) aponta que as cooperativas de mateiros começaram a ser estruturadas a partir de 1943. Na época, a economia do setor estava em crise em função da retração nas compras do mercado externo. Com as dificuldades de comercialização, os estoques em poder dos produtores foram aumentando para além da sua capacidade individual de armazenamento, passando a pressionar para baixo o comportamento dos preços. Foi para evitar o colapso geral do setor que o governo instituiu a COCPM - Comissão de Organização de Cooperativas de Produtores de Mate, dando-lhe plenos poderes para implantar e organizar cooperativas, como estratégia para amenizar os efeitos da crise. Ainda segundo o autor, três anos após sua instituição, a COCPM havia sido responsável pela implantação de 14 cooperativas de ervateiros, levando o setor para uma fase áurea que, entretanto, não durou muito. A partir de



1947 novos setores do cooperativismo são implantados, com destaque para o café, o trigo e a soja.

O ciclo econômico do café no norte do Paraná, ocorrido entre os anos 1930 a 1960, foi beneficiado pelas dificuldades enfrentadas na produção e comercialização deste produto em âmbito nacional. Solos férteis, estrutura fundiária baseada em pequenas e médias propriedades, de baixo poder aquisitivo e estímulo governamental à produção, foram condições que estimularam a colonização, representada principalmente por paulistas e mineiros.

Serra (1995) expõe que o café foi o produto que abriu as portas para o cooperativismo na região Norte do Paraná. A exemplo das cooperativas de mateiros, as cooperativas de cafeicultores surgiram em momentos de crise nas lavouras e como instrumento de defesa dos produtores. Ainda segundo o autor, em sua maioria, as cooperativas foram implantadas entre 1957 (por iniciativa dos próprios cafeicultores, dadas as dificuldades de transporte até o porto de Santos) e 1964 (apoiadas pelo Estado, através do IBC - Instituto Brasileiro do Café, por problemas relacionados à superprodução), coincidindo com o período crítico do processo de desarticulação da economia cafeeira paranaense.

Observa-se que quando as condições de mercado eram favoráveis aos produtores estes não sentiam necessidade de se organizarem em cooperativas. Entretanto, nos períodos de crise, a constituição de cooperativas passou ser vista como possível solução. As afirmações de Setti (2011) vêm corroborar com esta proposta, quando apresentam a seguinte argumentação:

As cooperativas surgiram na economia ervateira como solução aos problemas provenientes da retração da demanda pelo produto, na década de 30, o que causou o empobrecimento das comunidades que viviam da exploração, industrialização e comercialização da erva-mate (SETTI, 2006, p. 24).

Algo parecido ocorreu na economia cafeeira. Enquanto a cafeicultura esteve no auge em razão dos altos preços, os produtores não sentiram necessidade de organizarem cooperativas, afinal, o dinheiro abundante obtido com os bons preços do café escondia qualquer problema eventualmente existente. A vasta oferta do produto no mercado internacional e as dificuldades dos cafeeiros localizados em regiões impróprias motivou a implantação de cooperativas, ainda de acordo com SETTI (2011, p. 26.).

Partindo dessa perspectiva, é inegável a relação da colonização do estado com o desenvolvimento de cooperativas, sendo a erva-mate um cultivo trazido pelos europeus da

frente tradicional de colonização e o café pelos paulistas da frente norte, como há pouco exposto. Para Setti (2011), a história das cooperativas foi sendo escrita em parceria com os ciclos econômicos do estado.

A interpretação apresentada Eloy Setti parece estar correta. Todavia, quando reduz a análise do desenvolvimento cooperativista somente à conjuntura estadual, relativiza a importância da economia nacional, o que parece ser um equívoco. A história das cooperativas no estado do Paraná vem sendo escrita em parceria com os ciclos econômicos, em escala estadual e nacional.

Com o declínio do ciclo econômico do café e diante das transformações da agricultura brasileira com a intensificação da modernização nos anos 1960/70, as cooperativas paranaenses foram conduzidas para uma nova fase, a do cooperativismo empresarial vinculado ao agronegócio, principalmente da soja, transformando-se em poderosos instrumentos do Estado e do capital para implantação do novo modelo agrícola.

A soja, que começou a ser cultivada na região nos anos 1960, mas sem nenhuma expressão econômica, ganha força no início da década de 1970 para exercer domínio completo na economia agrícola regional a partir de 1975, ano em que fortes geadas dizimaram por completo o parque cafeeiro do Norte do Paraná, na época calculado em 915 milhões de árvores. Sem as lavouras de café, destruídas pelas geadas, ficou facilitada a política do governo de deslocar o polo cafeeiro para as antigas zonas produtoras de Minas Gerais e de adaptar o Norte do Paraná para o novo modelo agrícola, voltado às lavouras mecanizadas. Na nova fase, as cooperativas tiveram o apoio do Estado através do Ministério da Agricultura, que criou mecanismos para financiar a construção da estrutura de recebimento e estocagem de grãos a granel (SERRA, 2013, p. 30).

Esta nova fase do cooperativismo paranaense está intimamente ligada as transformações econômicas promovidas ao longo dos anos 1960/70, quando priorizou-se a modernização da agricultura e o crescimento econômico centrado na indústria.

Um importante marco dessa nova fase foi a fundação da OCEPAR - Organização das Cooperativas do Paraná, em 1971, quando o cooperativismo paranaense cresceu e se desenvolveu mais veementemente. Deve-se entender o porquê disso.

A OCEPAR surgiu como resultado do Congresso Brasileiro de Cooperativismo realizado em Belo Horizonte, em 1969, e da própria reorganização interna promovida pelo INDA/INCRA - Instituto Regional de Colonização e Reforma Agrária, pelo DAC - Departamento de Assistência ao Cooperativismo, pela ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná e demais lideranças cooperativas.

O congresso decidiu que as organizações nacionais UNASCO - Aliança Brasileira de Cooperativas e ABCOOP - União Nacional das Associações Cooperativas fossem extintas dando lugar a uma única organização nacional, a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sugerindo que o mesmo ocorresse nos estados (SETTI, 2011, p. 63).

A OCB é até hoje o órgão máximo de representação do cooperativismo no país, reunindo todas as categorias de cooperativas, embora setores como crédito e agropecuário se sobressaíam. Esta organização presta assistência técnica, jurídica e operacional às cooperativas. Para tanto, possui um braço em cada unidade da federação.

Até 1969 as entidades representantes do cooperativismo brasileiro, ABCOOP e UNASCO, divergiam entre si. Como consequência, as cooperativas acabavam sem ter suas demandas atendidas pelo Estado. Como o governo via nas cooperativas um instrumento para a realização da política agrícola pretendida para o período, era necessário criar uma liderança que unificasse o movimento. Nesse contexto surgiu, em 1969, a OCB, em detrimento da ABCOOP (representava basicamente cooperativas de grãos) e da UNASCO (reunia basicamente cooperativas de leite), mas em prol do cooperativismo, agora muito mais coeso e capaz de se expandir e se encaixar na política adotada pelo governo militar de desenvolvimento capitalista no campo.

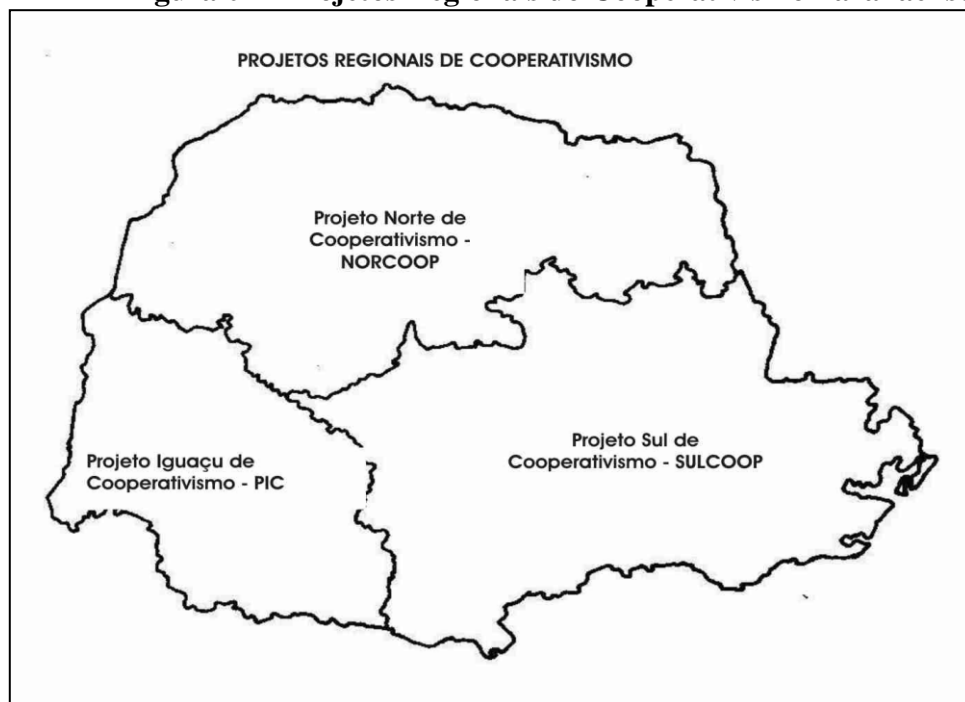
Vê-se a análise de Serra (2013), sobre esta temática:

As cooperativas passaram a dispor de uma representação unificada, se fortaleceram em função disso, mas não se livraram da ingerência do Estado. Em algumas situações, ao contrário, a ingerência foi ampliada e considerada bem vinda para o sistema, na medida em que foi benéfica para o crescimento e a consolidação das cooperativas agrícolas como grandes empresas agroindustriais. Boa parte da política agrícola do governo passou a depender da eficiência das cooperativas para dar certo e as cooperativas foram devidamente compensadas por isso. Durante o período do “milagre brasileiro”, nos anos 1970, o governo investiu pesado na modernização da agricultura e ao mesmo tempo em que os agricultores eram beneficiados com empréstimos altamente favorecidos para custear a transformação de suas áreas de cultivo, as cooperativas também eram contempladas com linhas especiais de crédito. Foi com essas linhas de crédito que elas conseguiram se equipar com sistemas de armazenagem a granel para a estocagem da soja, do trigo e do milho, principais produtos que passaram a serem cultivados nos Estados do Sul e do Sudeste, os primeiros a aderir ao novo modelo agrícola. Da mesma forma, foi com recursos subsidiados que as cooperativas se equiparam com as indústrias de transformação que lhes garantiram lugar de destaque a jusante do Complexo Agroindustrial, como beneficiadoras das matérias primas entregues pelos agricultores associados (SERRA, 2013, p. 19).

A OCEPAR viabilizou a reorganização das cooperativas paranaenses. Cooperativas pequenas, muitas vezes atuando em áreas comuns com outras, formavam um ambiente competitivo e hostil no final dos anos 60 e início da década de 70. Essa realidade motivou o INCRA, o DAC e a ACARPA a reorganizarem o sistema cooperativista. Isto ocorreu através da implantação dos PIDCOOPs - Projetos Integrados de Desenvolvimento do Cooperativismo (SETTI, 2011).

Tratava-se de um plano integrado que seguia as frentes de colonização e dividia o estado em três projetos regionais de cooperativismo com o escopo principal de orientar a formação e atuação das cooperativas, eliminando ou ao menos diminuindo as tensões entre elas.

**Figura 02 - Projetos Regionais do Cooperativismo Paranaense**



Fonte: IPARDES (1974).

Como a figura demonstra, cada região recebeu um projeto diferenciado, seguindo o traçado espacial dos fluxos de colonização. O PIC – Projeto Iguaçu de Cooperativismo, estabelecido em 1971, favorecia as regiões Oeste e Sudoeste, onde a COASUL está localizada. O SULCOOP – Projeto Sul de Cooperativismo reorganizaria as cooperativas situadas na região Centro-Sul e foi criado em 1976. Já o NORCOOP – Projeto Norte de Cooperativismo trataria sobre as cooperativas da região Norte, sendo implantado no ano de 1974. Foi por meio desses projetos que o cooperativismo paranaense cresceu e se fortaleceu muito, inclusive o agropecuário.

**Tabela 1 – Crescimento Anual de Associados em Função dos PIDCOOPs**

	<b>1971</b>	<b>1973</b>	<b>1976</b>
<b>PIC</b>	10.691	19.644	30.257
<b>SULCOOP</b>	11.447	12.936	14.220
<b>NORCOOP</b>	10.651	12.156	21.805
<b>TOTAL</b>	<b>32.789</b>	<b>44.736</b>	<b>66.282</b>

Fonte: Filho (2006).

Com a tabela, observa-se um visível crescimento do cooperativismo em função dos PIDCOOPs, nas três frentes onde o projeto atuava. Em apenas cinco anos, de 1971 a 1976 o número total de sócios passou de 32.789 para 66.282, o que representa 33.493 sócios a mais para as cooperativas, um aumento superior a 100%.

Até a década de 1960, o Paraná era pouco expressivo no cooperativismo agropecuário. Entretanto, a década de 1970 reorienta o modelo de cooperativismo praticado no estado, quando as cooperativas agropecuárias deixam de ser simples agentes de compra e venda em comum de produtos para se transformarem em cooperativas empresariais vinculadas ao agronegócio. A cooperativa passa a ser o meio de obter o crédito e a ciência agrícola moderna, acelerando a difusão do pacote tecnológico e potencializando os ideais modernizantes do governo.

As redefinições propostas pelos PIDCOOPs concomitantes ao processo de modernização da agricultura e o incentivo do governo federal, principalmente financeiro, a criação de cooperativas agropecuárias propiciaram ampla adesão aos projetos, tornando esse ramo o mais forte do cooperativismo no estado do Paraná.

Tanto isso é verdade que o cooperativismo agropecuário vem conseguindo colocar os seus representantes no comando da OCB e das organizações estaduais como OCEPAR e OCESC (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), conseguindo inclusive espaço político importante nos legislativos, nos executivos estaduais e em secretarias de Estado, além de órgãos de financiamento, como o BRDE.

Um exemplo que justifica esta afirmativa é o engenheiro agrônomo João Paulo Koslovsky, presidente da OCEPAR desde 1996. Figura historicamente ligada a agricultura, Koslovsky trabalhou na ACARPA no começo dos anos 1970 e depois por muitos anos como diretor executivo da OCEPAR até assumir definitivamente a presidência, sendo o presidente com maior número de gestões (5) da história da OCEPAR.

Além de Koslovsky, diversos outros nomes relacionados ao cooperativismo agropecuário compõem a vice-presidência da OCEPAR, como Renato Greidanus (BATAVO),

Ricardo Chapla (COPAGRIL), José Gallasini (COAMO), Jorge Karl (AGRÁRIA), Alfredo Lang (C.VALE), José Jardim Júnior (COCAMAR) e Paulino Fachin (COASUL).

As próximas tabelas trazem alguns dados sobre importância das cooperativas agropecuárias paranaenses atualmente.

**Tabela 02- Números do Cooperativismo Agropecuário Paranaense – ano 2011**

<b>Item</b>	<b>Valor do Indicador</b>
Receita Bruta (R\$ milhões)	26.603,55
Capital Integralizado (R\$ milhões)	1.149,06
Fundos e Reservas (R\$ milhões)	6.520,08
Sobras do Exercício (R\$ milhões)	859,58
Patrimônio Líquido (R\$ milhões)	8.528,72
Exportações (R\$ milhões)	2.200,00
Nº de cooperativas	81

Fonte: Revista Paraná Cooperativo, 2012. Organizado pela autora.

**Tabela 03- Participação das Cooperativas na Produção Agrícola do Paraná – Ano Safra 2010/11**

<b>Produtos</b>	<b>Produção do Paraná (em toneladas)</b>	<b>Participação das cooperativas (em percentual)</b>
Arroz	176.692	11 %
Aveia	279.592	44 %
Batata	793.754	7%
Café Beneficiado	110.728	40%
Cana de açúcar	48.846.477	11%
Cevada	194.441	79%
Feijão	815.280	11%
Mandioca	4.179.245	5%
<b>Milho</b>	<b>12.472.720</b>	<b>54%</b>
<b>Soja</b>	<b>15.457.911</b>	<b>67%</b>
<b>Trigo</b>	<b>2.452.962</b>	<b>71%</b>

Fonte: Revista Cooperativas e o Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, 2012. Organizado pela autora.

**Tabela 04 - Cooperativas Registradas na OCEPAR - 2011**

Ramo	Nº cooperativas	Nº cooperados	Nº trabalhadores
Agropecuário	81	132.744	53.180
Consumo	01	1.612	17
Crédito	65	575.530	4.486
Educacional	14	955	128
Habitacional	01	77	06
Infraestrutura	09	9.060	345
Saúde	34	10.214	3.978
Trabalho	08	1.198	33
Transporte	24	2.364	223
Turismo e lazer	03	387	05
<b>TOTAL</b>	<b>240</b>	<b>734.141</b>	<b>62.401</b>

Fonte: Revista Cooperativas e o Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, 2012. Organizado pela autora.

As 81 cooperativas agropecuárias do Paraná (34% no total do cooperativismo paranaense) somaram mais de R\$ 26 bilhões de faturamento em 2011, sendo o faturamento total do cooperativismo (todos os ramos) paranaense em 2011 de R\$ 32,2 bilhões, de acordo com dados fornecidos pela OCEPAR, durante visita à sede em Curitiba. São 132.744 os cooperados do ramo agropecuário (18%), num total geral de 734.141. Em relação ao número de trabalhadores assalariados, o cooperativismo agropecuário conta com um quadro de 53.180 pessoas, num total geral de 62.401 funcionários, ou seja, 85% dos funcionários de cooperativas pertencem ao setor agropecuário.

A expansão das cooperativas agropecuárias nas últimas décadas reconfigura sua área de atuação. Além do recebimento, beneficiamento, armazenagem e comercialização de grãos, comercializam insumos em geral, peças, ferramentas, máquinas e implementos, prestação de assistência técnica e agrônômica para os seus cooperados, as cooperativas agropecuárias vem atingindo níveis de industrialização e agregação de valor nos produtos agrícolas, com estruturação de sofisticados parques industriais a jusante da produção agrícola.

Essa metamorfose altera o funcionamento das instituições cooperativas assemelhando-as a empresas mercantis. Apesar da diferenciação jurídica, atuam no mercado como grandes empresas capitalistas, negando em boa medida seus princípios balizadores.

#### **1.4 Desenvolvimento cooperativista no Sudoeste do Paraná**

A mesorregião Sudoeste do Paraná compreende 37 municípios de acordo com a divisão estabelecida pelo IBGE. No mapa 02 (página 94) é possível observar a localização geográfica da referida região.

A ocupação inicial das terras pertencentes ao Sudoeste do Paraná é tardia se comparada com o resto do estado, sendo que até fins do século XIX e começo do século XX, encontravam-se praticamente inabitadas e isoladas das demais regiões do estado e também do país. Isso justificasse pela falta de uma malha viária para interligar o território e também por conta da vegetação que recobria a região (de mata densa) que dificultava o acesso e ocupação.

Além das populações indígenas nativas, principalmente Kaingang, figuram como pioneiros no processo de ocupação da região Sudoeste do Paraná, os caboclos. Abrindo picadas na mata fechada, vindos principalmente da cidade de Palmas e dos estados vizinhos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os caboclos são considerados desbravadores e têm pioneirismo no processo de ocupação do Sudoeste. Esses migrantes eram, principalmente, peões, agregados, estancieiros ou fazendeiros empobrecidos que se deslocaram em busca de alternativas para sua sobrevivência.

Apesar das terras pertencerem ao governo federal, os caboclos demarcaram e se apossaram de algumas áreas, desenvolvendo basicamente atividades relacionadas à exploração dos recursos naturais, como comércio de couro e extração de erva mate. Com o passar do tempo, sobreveio a prática da suinocultura, com a criação de porcos soltos e também gado, este último em menor medida.

Esse primeiro processo de ocupação, ocorrido basicamente entre 1900 e 1940 é marcado pela simplicidade, tanto no que se refere ao desenvolvimento das atividades econômicas, demasiadamente rudimentares e basicamente pautadas em uma agricultura de subsistência, como também no estilo de vida dos caboclos, que se aproximava do primitivismo.

Os dados fornecidos por Mondardo (2011) apontam para um crescimento do número de habitantes na região Sudoeste do Paraná num período de 40 anos, passando de pouco mais de 3.000 pessoas em 1900 para 23.000 habitantes em 1940 (caboclos, em sua grande maioria). Contudo, apesar da ocupação que a migração cabocla proporcionou, pouco se evoluiu na construção de estradas que ligassem essa região ao restante do estado e do país, inibindo com isso um processo de ocupação mais intenso e mantendo a região relativamente desconhecida e pouco habitada. Isso porque as atividades econômicas, devido à precariedade com que eram feitas, não atraíam contingentes maiores de população, não conseguindo dinamizar, do ponto de vista econômico e demográfico, esse espaço.

Os estudos de Alves (2008) contribuem com esta análise quando expõem:



Até o final da década de 1940 havia uma baixíssima densidade populacional na região. Esse território era considerado um “sertão bravo” constituído por uma densa floresta, onde a população cabocla desenvolve atividades econômicas extrativista com pouca conexão com o mercado. Sabe-se que os caboclos não possuíam a propriedade da terra que ocupavam. Como posseiros, faziam as suas queimadas e marchavam sempre adiante, logo que a produtividade da antiga terra desse sinal de esgotamento e, como extratores de erva-mate, eles abrem caminhos pelo território que ocupam e estabelecem pequenas trocas por produtos que não fabricam. Estes dois fatores serão importantes para a colonização do território na década de 1940. (ALVES, 2008, p. 75).

Esta situação mudaria radicalmente a partir de 1940 com a instalação da CANGO - Colônia Agrícola Nacional General Osório (1943), durante o governo de Getúlio Vargas. A CANGO pode ser considerada como um projeto do governo Getúlio Vargas, que procurava, entre outros objetivos, mobilizar significativos contingentes populacionais para ocupar os espaços vazios do território brasileiro, implantando uma agricultura moderna e integrando espacialmente o corpo geográfico do país.

Durante o Estado Novo (1937-1945) a ocupação de áreas fronteiriças ganhou muito relevo, pois, fronteiras despovoadas eram consideradas desprotegidas. Para povoá-las e formar uma barreira humana contra possíveis invasões, o governo nacional promoveu a expansão da fronteira agrícola, direcionando para as áreas fronteiriças grandes contingentes populacionais.

No caso da região Sudoeste Paranaense a ocupação foi feita por famílias vindas principalmente dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Tratava-se de pessoas humildes e com estilo de vida muito simples, que face às dificuldades econômicas da época decidiram migrar para novas áreas. De modo geral eram agricultores, comerciantes e artesãos, pertencentes às etnias italiana, alemã e polonesa.

Alves (2008) indica em seus estudos a propaganda positiva, as vantagens oferecidas pelo governo, aliadas ao excedente populacional, como sendo os fatores de atração de um grande número agricultores gaúchos e catarinenses para a região Sudoeste do Paraná. Assim, os colonos foram seduzidos pela promessa de abundantes terras férteis, estruturadas em pequenas propriedades doadas pelo governo, além de serviços de infraestrutura, como abertura de estradas, construção de pontes, escolas e assistência à saúde. Ainda, segundo o autor, o objetivo desse modelo era criar uma numerosa classe média rural, socialmente calma, politicamente dócil e capaz de produzir excedentes alimentares para um mercado consumidor cada vez maior nas cidades, e transformar uma região inóspita em uma “próspera comunidade”.

Com a instalação da CANGO ocorreu um expressivo crescimento populacional na região sudoestina, que em 1960 já contava com 230.379 habitantes, sendo 59% dessa população (119.787 pessoas) residente na área rural.

Esse processo de intensa ocupação das terras pertencentes ao Sudoeste do Paraná reconfigurou seu território. A implantação da CANGO não representou apenas a efetiva ocupação regional, pois trouxe consigo novas definições. A estrutura fundiária baseada principalmente no minifúndio, novas formas de produzir o solo com a utilização de equipamentos como arado, plantadeira animal e carroça de bois, novas formas de inserção no mercado e circulação de mercadorias, com paulatina substituição da produção de subsistência pelas trocas mercantis, são exemplos que caracterizam esta fase da história e da economia sudoestina.

Para Santos (2008), a colonização efetiva do Sudoeste do Paraná, promovida pelo Estado, a partir da década de 1940, representa uma aliança entre agentes econômicos e políticos, a fim de facilitar a acumulação capitalista e a ocupação de uma área de fronteira, sob a expansão da produção agrícola e da estruturação de um *novo* território. Ainda de acordo com a autora, a colonização do Sudoeste do Paraná materializou a existência de pequenas propriedades produtoras de alimentos com base no trabalho familiar, ao mesmo tempo em que atendeu a uma lógica de planificação estatal de ocupação de partes do Brasil.

Com a presença dos colonos gaúchos e catarinenses a agricultura da região foi se transformando e, concomitantemente a esse processo, foram se efetivando as condições ideológicas e materiais para a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.

Os anos 1960 e 1970 compreendem a primeira fase da modernização da agricultura na região, que se consolida nas décadas seguintes. Com isso técnicas mais modernas de produzir o solo (calcarização, adubação química, mecanização etc.) foram tomando lugar daquelas utilizadas anteriormente que, segundo Abramovay (1981), caracterizavam-se pelo *pousio* (terras em descanso) e rotação de culturas, como forma de recompor a fertilidade do solo. Ainda na esteira deste processo, nota-se uma expressiva alteração na produção agrícola. Apesar de cultivos como milho, trigo e feijão, além da criação de porcos, ainda serem importantes, foi-se migrando cada vez mais em direção à produção da soja. Os próximos gráficos exemplificam essa dinâmica.

Gráfico 01

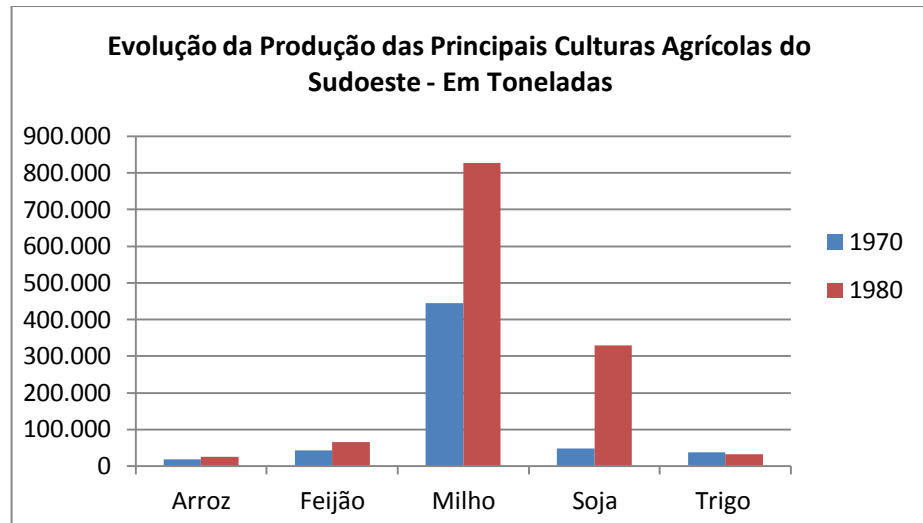
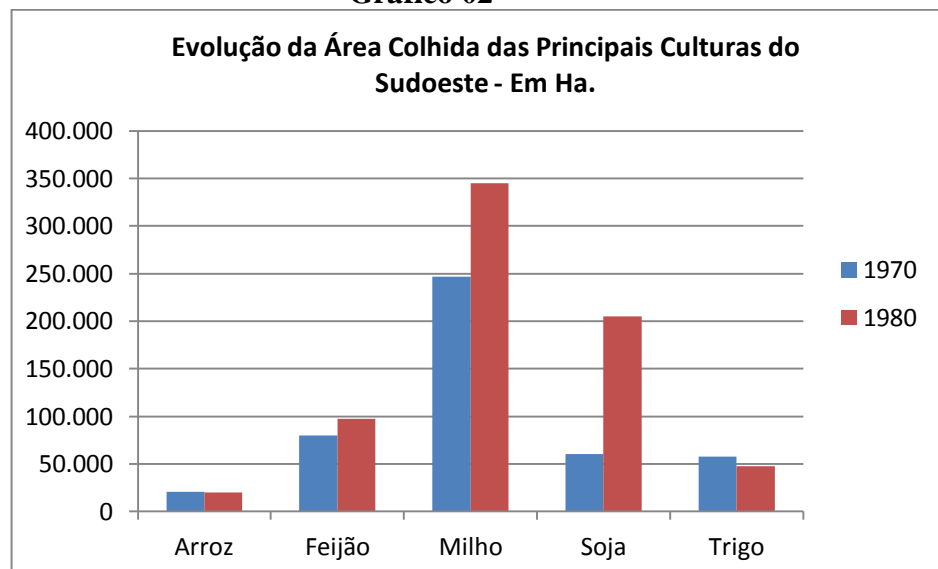


Gráfico 02



Fonte: Organizados pela autora a partir de Flores (2009).

Este é um processo amplo que está, por um lado, imbricado nas reformas promovidas pelo Estado na década de 1960, que criou meios para prover a reprodução do capital na agricultura, impulsionando o progresso tecnológico no campo, aumentando a produtividade e a oferta de alimentos, e, por outro, vinculado às especificidades regionais. Como argumenta Santos (2008), a crise da suinocultura constituiu-se em um fator endógeno que contribuiu para o processo de modernização da atividade agrícola no Sudoeste do Paraná, pois esta era a principal fonte de renda dos produtores e a dinamizadora da economia regional. Além disso, outros elementos fomentam a necessidade de modernizar a agricultura, como o esgotamento

dos solos decorrentes do manejo inadequado (uso abusivo da queima, o mau preparo da terra, ausência de prática de combate à erosão, etc.).

Genericamente, a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná:

Trata-se de uma construção a partir das características locais que, apoiada num projeto nacional, articula a implantação de um modelo de produção cuja concepção de desenvolvimento tem por base a modernização da agricultura e sua submissão à lógica urbano-industrial. Para tanto, o Estado constitui-se em ator central do processo, tanto como financiador quanto como responsável pelas implantações e disseminação de um sistema de pesquisa e de extensão, para atender as demandas geradas (SANTOS, 2008, p.55 e 56).

Neste cenário, ganharam relevo as cooperativas agropecuárias, um meio para dinamizar a modernização agrícola e inserir o produtor sudoestino na lógica da produção moderna.

Amplamente amparadas pelo Estado, seu sistema de crédito oficial e extensão rural (como por exemplo, a antiga ACARPA, atual EMATER), coube às cooperativas agropecuárias o papel de direcionar o produtor ao pacote tecnológico da Revolução Verde, inserindo e ampliando em sua prática agrícola novas realidades, como adubação química, sementes selecionadas, maquinários, auxiliando assim no processo de transformação da base produtiva do Sudoeste do Paraná.

No bojo destas transformações e ao longo das décadas de 1960/70 foram surgindo e crescendo as cooperativas de produção agropecuárias sudoestinas. Este processo, além de ampliar a produção de base moderna, objetivava desenvolver estruturas de recebimento, armazenagem e comercialização de produtos.

Esta carência nas estruturas de recebimento, armazenagem e comercialização decorreu das características de povoamento da região, ocorrida efetivamente a partir da implantação da CANGO em 1943, ou seja, recentemente. Por ser assim, a infraestrutura, principalmente no que se refere à malha viária, ainda não estava suficientemente desenvolvida no Sudoeste do Paraná nas décadas de 1960/70. Esta condição embrionária dificultava a distribuição de produtos, ficando isto a cargo dos comerciantes locais.

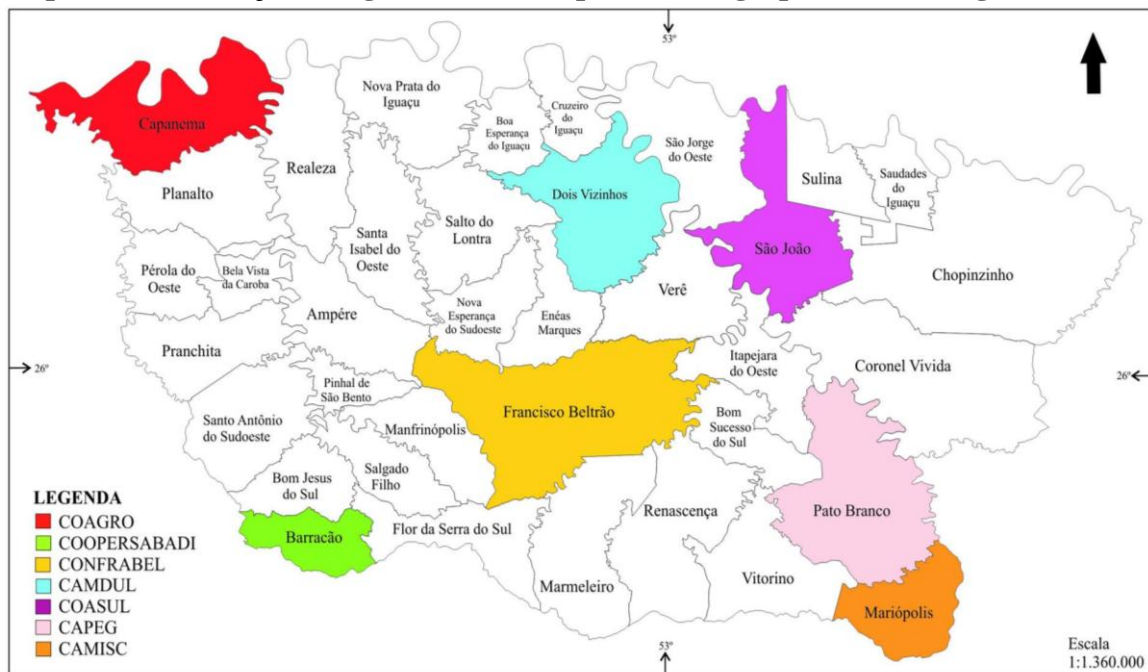
A figura do comerciante local, amplamente estudada na história brasileira, é conceituada como a de fornecedor de produtos, os quais não eram produzidos pelos agricultores. A figura do comprador do excedente tem também papel importante na constituição deste território. O comércio efetiva-se, geralmente, em uma bodega instalada nas comunidades rurais; a compra era anotada em cadernetas e o pagamento realizado após a colheita, no ato da venda da produção agrícola (SANTOS, 2008).

Enquanto a agricultura praticada no Sudoeste enquadrava-se em moldes tradicionais, levando ao mercado quantidades relativamente pequenas de excedentes agrícolas e exigindo deste poucos produtos, o comerciante atendia às necessidades locais. Contudo, quando a região ingressa na modernização agrícola, a figura do comerciante local encontra suas limitações, não dando conta de comercializar uma produção cada vez maior, nem de fornecer produtos compatíveis com a nova demanda.

Neste contexto e numa ação claramente orientada pelo Estado, as cooperativas existentes na região Sudoeste do Paraná, até então pequenas e pouco expressivas, foram direcionadas ao Projeto Iguazu de Cooperativismo - PIC (já contextualizado em páginas anteriores da presente dissertação), que analisou a viabilidade destas empresas, sendo que as consideradas viáveis foram reorganizadas e receberam apoio oficial para se desenvolver, adquirindo assim um caráter mais efetivo.

As cooperativas agropecuárias inseridas dentro da área de atuação do PIC foram: COASUL - Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda, fundada em 1969, em São João, CAMDUL - Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense, fundada em 1968, em Dois Vizinhos, COAGRO - Cooperativa Agropecuária Capanema, fundada em 1970, em Capanema, COMFRABEL - Cooperativa Mista de Francisco Beltrão Ltda, fundada em 1964, em Francisco Beltrão, CAPEG - Cooperativa Agropecuária Guarani, fundada em 1965, em Pato Branco e a COOPERSABADI - Cooperativa Agropecuária Sabadi Ltda, de Barracão (IPARDES, 1974).

### Mapa 01- Localização Geográfica das Cooperativas Agropecuárias Integrantes do PIC



Fonte: Padilha (2014).

Um dos esteios lançados pelo governo a fim de dinamizar o cooperativismo agropecuário na região foi o crédito rural. Tal é sua relevância que o IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (1974) fez um estudo analisando comparativamente a utilização do crédito rural (para custeio e para investimento) entre associados e não associados da região do PIC, com objetivo de identificar se os associados estavam melhores servidos na matéria de crédito do que os não associados e até que ponto era vantajoso para o produtor ser associado para obter o crédito rural mais facilmente. Ao longo do trabalho ficou evidente o papel das cooperativas como agentes indutores do crédito e como isso reflete na propriedade agrícola, sendo o nível de mecanização entre associados de cooperativas superior ao nível de mecanização dos não associados.

É mister ressaltar alguns trechos do estudo disponibilizado pelo IPARDES:

Quando se compara associados com não associados por área de atuação das cooperativas, nota-se relativa superioridade tecnológica empregada pelos associados, notadamente nas cooperativas do Sudoeste. Isso se observa levando em consideração os gastos totais com insumos modernos, cujos valores para os não associados são bem inferiores se comparados com os dos associados (IPARDES, 1974, p. 106).

Observa-se o número médio de tratores e colheitadeiras, além de equipamentos de tração animal e motomecanizada por propriedades agrícolas entrevistadas de associados e de não associados de cooperativas. Verifica-se que de uma maneira geral os valores para associados são bastante superiores aos dos não associados, sendo que no caso de colheitadeiras chegam a ultrapassar o triplo do valor. No caso do implemento de tração animal, praticamente não há diferença nos valores (IPARDES, 1974, p. 108).

O uso de tratores é um importante indicador quando se fala em modernização agrícola. Os dados dos censos agropecuários realizados entre 1970 e 1980 evidenciam a elevação da utilização deste maquinário na região, que em 1970 contava com 346 máquinas, passando para 5.367 em 1980. Quanto ao emprego de fertilizantes, também foi expressivo o número de estabelecimentos que começaram a utilizar esse insumo, passando de 705 para 24.275 estabelecimentos, entre 1970 e 1980 (FLORES, 2009, p. 62).

As cooperativas agropecuárias ao atuarem no repasse do crédito rural para os produtores acabaram viabilizando o acesso ao maquinário agrícola, bem como o uso de fertilizantes, sendo estes dois importantes aportes do processo de modernização agrícola. Com o crédito os agricultores conseguiam financiar a transformação de sua base técnica, redefinindo os rumos da produção.

Nota-se que, apesar de ser um território cheio de particularidades, por exemplo, que mantém o caráter minifundista mesmo quando a estrutura agrária predominante no Brasil é latifundiária, o Sudoeste do Paraná, no que se refere à implantação do cooperativismo agropecuário vem seguido os moldes nacionais. Afinal, foram as deficiências na infraestrutura de armazenagem, beneficiamento e comercialização da produção, bem como a necessidade de integrar a região na lógica da modernização agrícola, fornecendo insumos, sementes selecionadas e serviços especializados aos agricultores, que catapultaram o cooperativismo agropecuário nesta região.

Genericamente pode-se dizer que esse foi o impulso inicial para a efetivação do cooperativismo agropecuário sudoestino. Apesar das dificuldades enfrentadas por essas empresas no transcorrer dos anos, dadas às vicissitudes econômicas do Brasil, boa parte delas vem conseguindo manter-se e expandir-se na região. É o caso da COASUL, cooperativa que será analisada mais amplamente no terceiro capítulo deste trabalho.

**Quadro 01 – Síntese dos Principais Marcos do Cooperativismo Citados no Capítulo**

1844	Fundação da Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale.	1920	Fundação da Sociedade Cooperativista de Consumo Svitlo.
1847	Fundação da Cooperativa Tereza Cristina, PR.	1938	Decreto nº 581 estabelecendo registro obrigatório das cooperativas já instaladas ou a serem instaladas no estado do Paraná.
1889	Criação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, MG.	1943	Implantação das cooperativas de ervateiros no Paraná e instituição da COCPM - Comissão Organizadora das Cooperativas de Produção de Mate. Criação da CANGO - Colônia Agrícola Nacional Genal Osório.
1891	Criação da Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica de Limeira, SP.	1951	Fundação das Cooperativas Castrolândia e Agrária.
1892	Fundação da cooperativa agropecuária Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, na região de Veranópolis, RS.	1957 a 1964	Implantação das cooperativas dos produtores de café no Paraná. Fundação da COMFRABEL, em Francisco Beltrão, no ano de 1964.
1894	Fundação da Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe, PE.	1965	Fundação da CAPEG - Cooperativa Agropecuária Guarani, em Pato Branco.
1895	Criação da Aliança Cooperativa Internacional - ACI, em Londres, na Inglaterra, como órgão de cúpula do cooperativismo mundial. Atualmente sua sede fica em Genebra, Suíça.	1968	Fundação CAMDUL, em Dois Vizinhos.
1902	Fundação da Cooperativa de Crédito Rural Nova Petrópolis, na cidade de Nova Petrópolis, RS, a mais antiga cooperativa em atividade no Brasil.	1969	Criação da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. Fundação da COASUL, em São João, PR.
1903	Decreto nº 979 permitindo a organização de cooperativas.	1970	Registro em Cartório da OCB. Fundação da COAGRO.



1971	Criação da OCEPAR e do PIC- Projeto Iguçu de Cooperativismo. Entra em vigor a Lei 5.764, chamada “Lei do Cooperativismo”.		
1974	Criação do NORCOOP - Projeto Norte de Cooperativismo.		
1976	Criação do SULCOOP - Projeto Sul de Cooperativismo.		

Fonte: Organizado pela autora.

## **2. Cooperativismo Agropecuário: agente na modernização da agricultura brasileira**

### **2.1 Considerações acerca da inserção da agricultura brasileira em diferentes planos de governo**

Como o objetivo central desta dissertação é analisar o surgimento e crescimento da COASUL - Cooperativa Agroindustrial a partir de suas relações com a economia nacional, faz-se necessário apresentar primeiramente um panorama mais amplo, principalmente a partir dos anos 1960, para depois analisar como isso influenciou na fundação e expansão da COASUL.

Por ser assim, nesta nova ala do presente trabalho, buscar-se-á discutir a relevância das cooperativas agropecuárias para o processo de modernização da agricultura brasileira, entendendo-as como elementos da modernização agrícola e do projeto de nação vislumbrado pelos militares. Essa análise levará em consideração as diferentes políticas econômicas e também políticas agrícolas articuladas pelos diversos governos brasileiros entre as décadas de 1950 e 1990.

Até os anos 1950 a agricultura era vista como responsável por produzir alimentos para o quadro urbano. Belik (1992) consubstancia essa afirmação quando coloca a agricultura, dentro do Plano SALTE (1949-1953), primeiro plano global de inspiração Keynesiana, apresentado pelo governo Dutra - cuja sigla significa Saúde, Alimentação, Transporte e Energia - como um setor onde o alvo principal era alimentar a população das cidades. O autor ressalta que este plano ia além de mera preocupação assistencial com a alimentação, propondo uma política de abastecimento.

A estrutura de comercialização da agricultura era neste momento bastante embrionária. Ainda não estava suficientemente desenvolvida uma malha viária capaz de ligar o território brasileiro e o papel de levar a produção do campo para a cidade ficava a cargo dos intermediários ou atravessadores. Este mecanismo de comercialização causava desabastecimento e elevação dos preços. Somente com o maior desenvolvimento do capitalismo brasileiro e de uma logística para ligar o produtor rural ao comerciante é que os problemas de abastecimento foram resolvidos. Enquanto isso a carestia seguia.

Gonçalves (2004) trata sobre essa temática, intitulando-a de primeiro carma da questão agrária. Atentem-se ao texto:

Um primeiro carma da questão data dos anos 50s, não que no passado não tenham existido outros, mas aí se trata de memória muito remota. Quem não se lembra do famoso relatório Klein & Saks que, analisando a estrutura de comercialização da agricultura, gerou um processo de demonização dos “atravessadores”. Esses “demônios”, espalhados pelos campos brasileiros, estavam presentes em todos os rincões do território nacional, explorando agricultores indefesos, comprando barato na roça e vendendo caro na cidade, gerando carestia. Na verdade, pouco se atentou para a situação precária da logística que, sem esse mecanismo desenvolvido pela estrutura comercial dispersa, não teria fluxo de produtos para as cidades em expansão. A revolução da logística, integrando todo território nacional pela expansão da malha viária e das estruturas de comunicação, literalmente fez eliminar esses constrangimentos (GONÇALVES, 2004, p. 41).

O abastecimento ganha *status* de prioridade e figura entre os setores inseridos no Plano de Metas do período JK.

O desenvolvimento da era JK pode ser entendido como um modelo voltado para a realização de um crescimento econômico acelerado. Para tanto, o Estado deveria desempenhar a função de agente indutor do processo, quer sinalizando os rumos da economia e direcionando os investimentos, quer investindo em setores fundamentais, como infraestrutura e indústria básica (BRUM, 1999, p. 232). Os cinquenta anos em cinco do presidente Juscelino propunham modernizar o país, articulando políticas em cinco setores prioritários, sendo eles: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília. As fontes para o financiamento do projeto vinham de recursos externos.

A produção de insumos básicos e de bens de capital mereceu razoável atenção no governo Juscelino Kubitschek. As dificuldades de comércio (importação) no período das duas guerras mundiais contribuíram no sentido de alertar para a dependência e vulnerabilidade do Brasil nesses setores fundamentais para a economia (BRUM, 1999, p. 217).

O processo de industrialização iniciado nos anos 1930 foi articulado pelo DII, mantendo o caráter pré-industrial do DI, bem como a dependência das importações de máquinas e equipamentos modernos. Ocorre que os bens de produção precisavam ser produzidos no Brasil para que o surto industrializante pudesse seguir o seu rumo. O Plano de Metas do presidente Kubitschek atendeu essa exigência internalizando o DI e promovendo a chamada industrialização pesada com a criação das indústrias de base em território nacional.

O bloco de investimentos realizado a partir de 1955 para a implantação do DI industrial criou condições, pela sua complementaridade, de iniciar a internalização do DI para a agricultura. Mais do que isso, os setores industriais pressionavam pela modernização rural, preocupados com a oferta de alimentos e matérias primas (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 49). É mister lembrar que esse processo de internalização do DI para a agricultura, apesar de ter sido iniciado nos idos anos 1950, só se consolida definitivamente no final da década de 1970. Como bem destaca Gonçalves (1999), as primeiras plantas industriais de máquinas agrícolas (que dependem da siderurgia pesada e da indústria de autopeças) e de química agrícola (no que a petroquímica revela-se fundamental) surgem como decorrência do Plano de Metas, embora sua expansão mais significativa tenha sido resultado do II PND. Exemplo desse processo é a indústria nacional de tratores de rodas.

Neste cenário, urgia para a continuidade do crescimento econômico que o setor agrícola se modernizasse. A ideologia do moderno, fruto das decisões políticas tomadas na época, alçou voo rumo ao campo.

Para Delgado (1985), esse primeiro momento do processo de modernização agropecuária se caracteriza, a grosso modo, pela elevação dos índices de mecanização e consumo de NPK, estimulada e facilitada pelo governo e por empresas norte-americanas. Introduce-se nessa primeira década de inovações, a década de 1950, um novo padrão tecnológico para a produção rural com base na importação de meios de produção industrial. A importação era beneficiada por taxas múltiplas de câmbio. No caso dos fertilizantes, apesar da indústria nacional ter iniciado suas atividades ainda na década de 1940, a dependência externa também decorria, como expõe Gonçalves (1999), da insuficiência de reservas exploráveis de elementos estratégicos, como rocha potássica. Assim, o crescimento da produção nacional de formuladores de NPK implicava no aumento das compras externas de matérias-primas do elemento cuja oferta era deficiente.

Apesar do esforço no sentido de modernizar o campo, aumentar a produção de alimentos e sanar os problemas de abastecimento urbano, a carestia seguia atormentando parte da população. Em Belik (1992), tem-se que a agricultura continuava sendo vista como um setor problemático para o desenvolvimento econômico, sendo objeto de preocupação de economistas e planejadores.

Para Brum (1992), a realização do Plano de Metas em seu conjunto pode ser considerada exitosa, acelerando o ritmo de expansão da economia, embora tenha tido desempenho medíocre no campo da agricultura. Gonçalves (1999) compartilha da mesma opinião quando expõe:

[...] no tocante à agricultura era notório que esse setor não apenas havia descumprido as metas de produção dele esperadas como também as principais propostas de transformação aventadas nas indústrias de máquinas e adubos e na armazenagem não foram concretizadas. A ocorrência concomitante de custo de vida elevado, numa realidade de inflação, e de desemprego, fez da agricultura o fator de estrangimento fundamental ao desenvolvimento nacional, ou seja, seu desempenho desfavorável seria a principal causa da situação vivida naquele momento (GONÇALVES, 1999, p. 82).

A situação vivida a qual Gonçalves se refere é a crise do início dos anos 1960. Rangel (2005a) esclarece que o esforço de substituição de importações decorrente da fase recessiva do terceiro Kondratieff implicou o surgimento, no seio da economia nacional, de um certo ciclo próprio, capaz de engendrar flutuações econômicas endógenas, de prazo mais curto, aparentadas aos ciclos de Juglar, antes somente estudados no centro dinâmico. Doravante, a dinâmica da economia nacional passaria pelo jugo de uma tendência cíclica decenal, onde “os primeiros lustros de cada década são depressivos, ao passo que as fases ascendentes ocorrem nos segundos lustros” (RANGEL, 2005a, p. 692).

No início da década de 1960, sob um cenário de crise do ciclo médio, desencadeou-se também uma crise política e em última instância o regime ditatorial. Não se pretende aqui esmiuçar todo o movimento que levou a imposição do governo militar no Brasil, mas sim observar como esse governo promoveu o desenvolvimento cooperativista. Desta forma, serão destacados superficialmente os fatores que contribuíram para a instalação da ditadura civil - militar no Brasil.

Distintas forças econômicas e sociopolíticas disputavam a hegemonia nacional, em meio a um clima de desconfiança, agitação, confusão e radicalização ideológica. No centro da disputa estava o rumo que deveria ter o desenvolvimento brasileiro (BRUM, 1999).

Bielschowsky (2000) apresenta, de forma sumária, as principais correntes do pensamento brasileiro formuladas no período pré-64, sendo:

1) Corrente Neoliberal, de orientação clássica e neoclássica, tendo entre os mais conhecidos defensores Eugênio Gudim e Octávio Bulhões e principais núcleos a Fundação Getúlio Vargas, a Confederação Nacional do Comércio e o Conselho Nacional de Economia.

2) Corrente Desenvolvimentista e seus três subgrupos, sendo: setor privado, de orientação no Ecletismo pós Keynesiano, vinculado a nomes como Roberto Simonsen, João Paulo Magalhães e Nuno Figueiredo e tendo como principais núcleos a Confederação Nacional da Indústria e FIESP. Setor público não nacionalista, também com orientação no Ecletismo pós Keynesiano, onde se destacam nomes como Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva, sendo principais núcleos o BNDE e Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, e, por fim, o setor público nacionalista, tendo como principais representantes Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Américo Oliveira e Evaldo Lima, principais núcleos o BNDE, ISEB, CEPAL, Assessoria Econômica de Vargas e Clube dos Economistas.

3) Corrente Socialista, vinculada ao Partido Comunista e ao ISEB, tendo como intelectuais representativos: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães e orientação teórica do Materialismo Histórico.

4) O pensamento independente de Ignácio Rangel, com orientação em Smith, Keynes e no Materialismo Histórico.

Colaborava para o agravamento do quadro a desaceleração da economia sem condições de continuar crescendo com base na expansão da indústria de bens de consumo duráveis. Tanto isso é verdade que a produção industrial não cresceu em termos absolutos no período 1962-65 – o que implicava em uma queda severa em termos relativos ou por habitante. Isso contrastava com o desempenho da economia nacional no quinquênio anterior, de 1957-62, com o desempenho do mundo capitalista desenvolvido e subdesenvolvido e com o desempenho do mundo socialista, com exceção da China (RANGEL, 2005a, p. 697).

A morosa máquina do Estado não foi capaz de perpetrar políticas anticíclicas satisfatórias. A inflação dava picos. Somado a isso, havia o descontentamento da burguesia industrial com relação à política de governo aspirada por João Goulart, de cunho nacionalista - estatizante.

No plano econômico, a política do governo Goulart contemplava as seguintes diretrizes principais: imposição de limites à atuação do capital estrangeiro; ampliação e fortalecimento da presença do Estado na economia (estatização); descentralização do crescimento econômico, fortalecimento do mercado interno; estímulo a pequena e média empresa nacional; alocação de uma parcela maior dos recursos públicos para a área social – educação, saúde, habitação e transporte coletivo; melhoria salarial e equidade da distribuição da renda (BRUM, 1999, p. 266).

Não menos preocupante era o descontentamento dos latifundiários com a tônica dada à reforma agrária. O movimento do ciclo interno despertou novamente o debate sobre a estrutura fundiária brasileira, representada pelo latifúndio concentrador de imensas quantias de terras nas mãos de poucos e afortunados agropecuaristas, excluindo e expondo à miséria seus agregados.

Esse debate já havia sido feito na conjuntura de 1930, quando a reforma agrária era tida como elemento fundamental ao processo de industrialização. Entendiam-na como uma revolução antifeudal necessária para preparar o terreno da industrialização. O latifúndio, como anti-industrialista, embaraçaria a industrialização. Porém, os anos foram se passando e essa perspectiva demonstrou ser inconsistente, pois, a reforma agrária nunca veio e a industrialização conseguiu se processar mesmo assim. O que os revolucionários de 1930 não tinham observado é que, no caso brasileiro, a industrialização poderia ser potencializada pela ausência de reforma agrária, isso porque o Departamento I era, *a priori*, artesanal e exigia trabalho intensivo ou muita mão de obra, que, naquele momento, o campo tinha condições de liberar. Toda essa sequência de ideias é apresentada por Ignácio Rangel no texto “Economia: Milagre e Antimilagre” de 1985.

O progresso econômico do país viabilizado pela industrialização fez o alvoroço pela reforma agrária adormecer. Entretanto, no início dos anos 1960, sob um cenário de crise do ciclo médio, a polêmica voltou à tona. Os que continuavam firmes nessa convicção (Corrente Nacional Desenvolvimentista e Corrente Socialista) argumentavam que a estrutura fundiária dada pelo latifúndio impedia a agricultura de transformar-se num setor dinâmico e mantinha o atraso no campo.

Neste contexto, a composição de classe do Estado iniciada com a industrialização de 1930 encontrava-se ameaçada, o sócio maior<sup>7</sup> pela reforma agrária e o sócio menor pela reforma trabalhista. A saída encontrada pela composição de classes

---

<sup>7</sup> Ver a Dualidade Básica da Economia Brasileira, de Ignácio Rangel.

do Estado para solucionar tal impasse foi um golpe de Estado (1964) que instaurou a ditadura militar no Brasil. Em Rangel (2005a), encontra-se que essa ditadura não implicou em novo regime, mas em uma tentativa muito bem sucedida de sustentação do velho regime feudal burguês, caracterizado pela hegemonia do latifúndio semifeudal. Os militares foram chamados para assegurar sustentação ao regime em processo de desagregação e atender às necessidades do sócio maior da terceira dualidade.

Bresser Pereira (1978) aponta que naquele ano não houve apenas um golpe de Estado, mas uma revolução conservadora. Para o autor, não se tratou apenas de um golpe, pois o movimento de 1964 não significou a simples mudança de governantes nos quadros de um pacto político imutável. Tratava-se de uma revolução burguesa que consolidou o sistema capitalista modernizante instalado em 1930 e também de uma revolução tecnoburocrática, na medida em que marcou a ascensão da tecnoburocracia civil e militar ao nível de segunda classe dominante e parceira política da burguesia. Bresser Pereira complementa dizendo que antes de 1964 a burguesia, ainda que dividida e marcada por contradições, era a única classe dominante. Depois, a tecnoburocracia pública e privada, civil e militar, que vinha ocupando postos estratégicos no Estado desde os anos 1930, alcançara suficiente capacidade de organização e formulação de uma ideologia autoritária e eficientista para não só ganhar condição de classe, mas para participar diretamente e no próprio nome do poder político nacional.

Este novo arranjo redireciona a economia do país para o projeto de nação pretendido pelos militares. De concepções claramente desenvolvimentistas e gosto pela ideologia da modernização, propunham transformar o Brasil em potência mundial alinhada ao bloco capitalista. Para tanto, a segurança nacional atrelava-se ao desenvolvimento econômico e este, por sua vez, era expressão do crescimento econômico. Ficava a cargo do Estado e sua forte presença, esse como agente do desenvolvimento, os investimentos na agricultura, em infraestrutura e no processo de expansão industrial (política industrial), principalmente dos bens de consumo duráveis. O controle da inflação e dos *déficits* na balança comercial de pagamentos eram prioridades.

Há que se creditar aos governos do regime militar várias iniciativas importantes de caráter nacionalista, como a criação da PETROQUISA, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, da Empresa Brasileira de Aeronáutica - EMBRAER, da TELEBRAS, a construção de hidrelétricas como Itaipu e Tucuruí e



robustecimento da PETROBRAS com novas refinarias e a descoberta de petróleo na Bacia de Santos (NEVES, 2009, p. 19 e 20).

Ainda no que se refere a essa fase expansiva da economia brasileira, tem-se em Bresser Pereira que:

O ciclo de acumulação 68/74 foi caracterizado por uma grande expansão de alguns setores industriais. Destacaram-se dois setores produtores de bens de consumo de luxo: a indústria de bens duráveis de consumo, especialmente a automobilística, e a indústria de construção civil, orientada para a produção de residências caras. Cresciam ainda as indústrias estatais produtoras de insumos básicos e a indústria mecânica de maquinaria. O crescimento das indústrias de bens duráveis foi apoiado em um sistema de crédito ao consumidor; a indústria de construção teve como apoio financeiro o Banco Nacional de Habitação; as indústrias básicas foram financiadas por créditos originários de poupança forçada e de empréstimos internacionais. Este crescimento estava baseado em setores já existentes, não houve diversificação da produção, mesmo no setor de bens de produção, onde a demanda cresceu violentamente (BRESSER PEREIRA, 1978, p. 71 e 72).

A política econômica do período militar e os vultosos investimentos na indústria, na agricultura e na construção civil, conduziram o Brasil a um novo ciclo de acumulação e, por conseguinte, a uma fase de grande crescimento, principalmente entre 1968 e 1973. Foi o chamado “Milagre Brasileiro” quando nossos índices de crescimento giraram em torno de 10% ao ano.

Diversas são as transformações ensejadas para a agricultura brasileira nesse período. Será analisado com mais atenção esse processo de desenvolvimento agrícola à luz das políticas adotadas, começando pelo PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo.

Datado em 1964, foi o primeiro plano econômico articulado pelo governo militar de Castelo Branco. Sua principal finalidade, no que se refere à agricultura, estava vinculada a um projeto mais amplo de nação e caracterizava-se pela modernização e maior desenvolvimento das relações capitalistas no campo brasileiro. Atendendo aos interesses internos e externos o Estado criou meios para prover a reprodução do capital na agricultura.

Delgado (2001) expõe que a leitura sobre o desenvolvimento do setor agrícola no pós-guerra diagnosticou o atraso no desempenho da agricultura comparativamente à indústria, o baixo grau de incorporação tecnológica e à estagnação do comércio exterior.

Pressões inflacionárias provinham deste baixo desenvolvimento da agricultura e inadequação da estrutura agrária. Diante disto:

Em 1964, após o golpe militar, é divulgado o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, que tinha como objetivo principal na área agropecuária “tirar o atraso da agricultura”. Tendo em vista pressões de ordem política (movimentos em prol da reforma agrária), além da crescente urbanização e das recorrentes crises de abastecimento, a agropecuária deixava definitivamente de ser considerada como um setor “que não se constituía em entrave à modernização”, como havia ocorrido nos anos 50 para se constituir em “setor atrasado”, e uma das causas da crise econômica brasileira. Vale a pena examinarmos com atenção o PAEG, pois ele transmite a ideia de uma agricultura orientada para a valorização do capital industrial. Os objetivos do PAEG são muito semelhantes aos do Plano Trienal. Até mesmo a profissão de fé nas forças de mercado é semelhante – em 1963, João Goulart esforçava-se para passar a imagem de não estatizante. Desta vez, no entanto, o governo pretendia atuar diretamente na recuperação da agricultura, considerada um setor retardatário (BELIK, 1992, p. 68 e 69).

Os militares enxergaram na agricultura grande potencial para o crescimento econômico. Na ânsia de modernizá-la, solucionar os correntes problemas de abastecimento urbano, aumentar e diversificar as exportações, o crédito rural subsidiado e a PGPM<sup>8</sup> – Política de Garantia de Preços Mínimos ganham papel de destaque.

Não que tenha surgido em 1965, mas a modernização da agricultura brasileira, com mudança em sua base técnica e intensa inserção aos setores industriais e a um novo padrão tecnológico, bem como um maior desenvolvimento das relações capitalistas no campo, encontrou dinamismo e foi alavancada a partir de 1965 com a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR.

Esse sistema foi um dos esteios lançados pelo governo a fim de transformar a agricultura num setor dinâmico, fornecendo o elemento que faltava para interligar os setores: o capital financeiro. Este é o motivo para 1965 representar uma ruptura importante na análise, pois marca a progressiva expansão da dinâmica do capital

---

<sup>8</sup> Conceitualmente, a PGPM, como uma política de suporte de preços, foi criada para eliminar o risco de preços na agricultura através da fixação anual, antes do plantio, de preços mínimos de garantia, para vigorarem após a colheita. A fixação desses preços antecipados serviria como parâmetro de orientação aos produtores nas alocações dos recursos, principalmente no tocante ao tipo de produto e às quantidades a serem produzidas. A reformulação da PGPM iniciada em 1965 com Decreto 57.391, de 12/12/65, e complementada com o Decreto-Lei 79, de 19/12/66, sistematizou a utilização dos dois braços operacionais da política os Empréstimos do Governo Federal (EGF) e as Aquisições do Governo Federal (AGF) (COELHO, 2001, p. 25).

financeiro na agricultura. O SNCR representava um braço da política monetária do Estado para obtenção de crédito farto e barato, com juro subsidiado, disponível nas agências oficiais, principalmente do Branco do Brasil (DELGADO, 1985).

Belik (1992) afirma que, no caso específico do crédito rural e da política de preços mínimos, pode-se observar no PAEG uma minuciosa discriminação das fontes e usos dos recursos, com vistas a promover a integração da agricultura com a agroindústria a montante e a jusante por meio dos novos mecanismos de financiamento implantados.

O crédito amparava de um lado a indústria, criando mercado para máquinas, equipamentos e insumos e, de outro, o produtor, que conseguia facilmente financiar a compra dos elementos necessários à transformação da base técnica (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Para Gonçalves (2005), o crédito rural subsidiado representava um instrumento de sustentação do processo de modernização da agropecuária que emerge no bojo das reformas brasileiras da metade dos anos 1960. O autor aponta, utilizando para tanto Araújo e Meyer (1979), seus principais objetivos como sendo:

- 1) Prover fundos externos para financiar uma parcela ponderável dos custos operacionais de produção e comercialização agrícola; 2) estimular o processo de formação de capital na agricultura; 3) acelerar a adoção de tecnologia moderna; e 4) fortalecer a posição econômica dos agricultores, especialmente dos pequenos e médios (ARAÚJO e MEYER, 1979 apud GONÇALVES, 2005, p. 65).

Essa política de financeirização que alcançou seu apogeu na década de 1970 engendrou maior desenvolvimento capitalista na agricultura, sustentando o processo de modernização e estimulando a compra de insumos modernos, bem como a mecanização. Não à toa seu alvo preferencial era o produtor modernizado ou “modernizável”.

Embora não receba o devido reconhecimento pela profundidade de suas análises, Ignácio Rangel foi um economista preocupado com as questões nacionais. Gilberto Paim (1998), em texto tratando sobre o pensamento independente de Ignácio Rangel, aponta sua preocupação com a falta de financiamento para a produção brasileira de máquinas e equipamentos, sendo esta uma das maiores lacunas do sistema econômico nacional. Rangel se alongava na descrição das vantagens que os fabricantes estrangeiros obtinham sobre os nacionais. Podendo adquirir no exterior bens de capital a prazos cada vez mais longos, os compradores brasileiros desses bens não tinham por

que pagar à vista os produzidos no Brasil. O governo Castelo Branco procurou eliminar essas desvantagens criando o Fundo de Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME, mais tarde denominado de Agência Especial de Financiamento Industrial, continuando com a mesma sigla. Outra necessidade do sistema econômico comentada por Rangel era a falta de financiamento para fertilizantes, extremamente necessários justamente quando os agricultores, antes da safra, estavam descapitalizados. No governo Castelo Branco foi criado o FUNFERTIL - Fundo de Financiamento de Fertilizantes, um fator de excepcional importância para o crescimento da produção agrícola.

Além do crédito, viabilizou-se através do Estado estruturas de armazenagem, comercialização e extensão rural, ganhando destaque a pesquisa agropecuária e a assistência técnica, com a finalidade de redirecionar as técnicas de plantio praticadas até então, bem como incentivar a produção de novos cultivos, como por exemplo, a soja.

Desde o pós Segunda Guerra Mundial, o movimento de modernização vem se organizando. Todavia, esse processo ganha muito impulso no governo militar. A nova lógica da agricultura substitui (não totalmente, mas significativamente, afinal não podemos esquecer a expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro - Oeste) o crescimento da produção com base no aumento das áreas plantadas pelo aumento da produtividade. A incorporação de tecnologias, como fertilizantes, sementes selecionadas, defensivos, máquinas e implementos tornou-se uma constante.

A modernização também representou a integração setorial com a indústria a montante e a jusante da agricultura. Seu papel vai muito além de mera produção para o consumo interno ou exportação, pois passa a ser um setor de acumulação de capital, integrado ou subordinado a indústria e ao capital financeiro.

No Brasil, a agroindustrialização enquanto estratégia de política pública é relativamente recente. Analisando-se documentos oficiais, observamos que a política de elevar o valor agregado através do processamento de produtos agrícolas começa a fazer parte do discurso governamental somente no final da década de 60. Antes disso, a agricultura era vista como um setor voltado para si mesmo, com finalidade de produzir bens finais para exportação ou para o consumo de alimentos (BELIK, 1992, p. 60).

Para Graziano da Silva (1996), a partir desse momento, o desenvolvimento da agricultura não era mais autônomo, mas passou a depender da dinâmica da indústria, afinal, parte das atividades agrícolas integrou-se profundamente nas relações interindustriais, sendo seu funcionamento determinado de forma conjunta. Isso só foi

possível porque um bloco de condições já havia sido gestado com a internalização do DI produtor de insumos e máquinas rurais muito utilizadas na agricultura moderna.

A constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira. Essa agricultura que se moderniza, sob o influxo dos incentivos do Estado e induzida tecnologicamente pela indústria, transforma profundamente sua base técnica de meios de produção. Esse processo significa também, que, em certa medida, a reprodução ampliada do capital no setor agrícola torna-se crescentemente integrada em termos de relações interindustriais para trás e para frente. No primeiro caso, essas relações implicam a própria mudança do processo de produção rural de forma articulada à indústria produtora de insumos [...] e de bens de capital [...] (DELGADO, 1985, p. 81).

Muitas são as mudanças qualitativas decorrentes desta nova fase da agricultura, ainda mais num país como o Brasil, favorecido pelas dimensões continentais e naturais. Houve criação da EMBRAPA (1973), o desenvolvimento de novos cultivares e variedades, o aumento da produção de alimentos, tornando a comida mais barata, o desenvolvimento de capacidade competitiva, com gigantescas cadeias industriais, principalmente de *commodities*, tornando o Brasil um dos maiores produtores mundiais de soja, por exemplo. Houve também a utilização de insumos e máquinas modernas que aumentaram a produtividade e os ganhos com escala. Esses são somente alguns dos vários benefícios da nova fase da agricultura que se pode enfatizar.

Mesmo com todos os progressos contidos no arcabouço da modernização da agricultura, duras críticas são propaladas a ela, isso, pois, nem todos os agricultores acompanharam este processo. São os “barrados no baile” da modernização, ou seja, aqueles que ficaram a sua margem, tornando-se por serem menos capitalizados, menos eficientes.

Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos setoriais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira (DELGADO, 1985, p. 87).

Trata-se, portanto, de um paradoxo, muito bem descrito por Gonçalves (2003, p. 61):

O absoluto sucesso do desenvolvimento dos agronegócios no Brasil formando uma das agriculturas mais evoluídas e competitivas do mundo, tanto assim que nações desenvolvidas erguem barreiras protecionistas para impedir a conquista de seus mercados pelos produtos brasileiros dos agronegócios. Esses produtos nacionais têm elevado grau de inovações tecnológicas embutidas, sendo superiores em qualidade e produtividade. A absoluta insustentabilidade do atual grau de desigualdade social, econômica e de renda que vigora na sociedade brasileira, que abriu uma “voçoroca” que, não apenas se alarga em dimensão e aprofunda-se em amplitude, como continua a corroer as bases do modelo a montante, fazendo despencar no precipício da exclusão levas inteiras de lavradores e pecuaristas que não encontram alternativas para sobreviver á derrocada de uma produção submetida à expansão capitalista numa economia globalizada.

Feito esse destaque, pontua-se que com os militares saiu-se de um cenário de estagnação do crescimento (entre 1962-1965), desaquecimento da produção industrial, problemas cambiais e inflação acelerada, para o milagre, e, de uma agricultura atrasada e considerada problemática, para uma agricultura desenvolvida, integrada à indústria. Isso foi possível, em grande medida, pela dinâmica cíclica da economia. Houve, no período, um emparelhamento do ciclo endógeno com o ciclo exógeno. Ou seja, na ocasião conciliou-se a fase ascendente do ciclo de Kondratieff com a fase ascendente do ciclo de Juglar.

Como já se tratou em páginas anteriores desta dissertação, o desenvolvimento econômico sob o capitalismo é marcado pela alternância entre períodos de crescimento e crise. Ciclo Longo ou Onda Longa, Ciclo Exógeno, Ciclo de Kondratieff, são nomes distintos para o mesmo processo, quando em nível mundial. Ciclo de Juglar, Ciclo Médio, Ciclo Endógeno ou Ciclo Interno também definem dinâmicas cíclicas, estas, porém, próprias de cada país e não geradas no centro dinâmico.

Os ciclos médios brasileiros decorrem da formação, no seio da economia nacional, de um polo de ociosidade e de um polo de estrangulamento. Condições jurídico-institucionais favorecem a expansão de um grupo de atividades econômicas em um determinado setor, formando capacidade ociosa e, ao mesmo tempo, bloqueiam o desenvolvimento de outras, formando pontos de estrangulamento (TOLMASQUIM, 1991, p.33).

Rangel dizia que a cada movimento desse ciclo criava-se, na fase ascendente, investimentos em determinadas áreas. Quando se chegava ao topo do ciclo, criava-se uma capacidade produtiva, a qual já se apresentava como capacidade ociosa, isto é, capacidade além do necessário, por ser planejada, por ser em uma economia oligopólica etc., e atrasada em determinados investimentos; ou aquele próprio desenvolvimento criava deficiências que deveriam, no ciclo seguinte, ser desenvolvidas. Mas para que você pudesse fazer esse tipo de desenvolvimento, era preciso que se fizessem mudanças institucionais que permitissem financiar aqueles conjuntos de investimentos possíveis de financiar, que deveriam ser desenvolvidos no próximo ciclo. Ele dizia que, na área em que se tinha criado capacidade ociosa, era onde havia recursos excedentes, era a geradora de poupança do sistema. Então era preciso transferir os recursos dessa área ociosa para a área carente de investimentos (PIZZO, 1998, p. 115).

A crise do início dos anos 1960 no Brasil basicamente tinha como polos de poupança, com capacidade ociosa, o setor de bens de consumo leves, desde têxteis a alimentos. Já os pontos de estrangulamento eram as atividades para trás destes setores, como máquinas e equipamentos industriais, máquinas agrícolas, fertilizantes, armazenagem e crédito para o produtor. Uma parte do novo setor de bens de consumo duráveis, especialmente os automóveis já se encontrava também com capacidade ociosa, e necessitavam de infraestrutura e crédito para o consumo.

O jogo de revelação simultânea de capacidade excessiva (condenada a tornar-se ociosa) e de criação de novas necessidades (que suscita novos pontos de estrangulamento) é o que Rangel chama de Dialética da Capacidade Ociosa. Mudam os setores polares não o fato de que estejam presentes em oposição dialética. Portanto, o que hoje é um polo de estrangulamento no próximo ciclo será um polo de ociosidade (TOLMASQUIM, 1991, p.34).

As mudanças jurídico-institucionais necessárias para alterar os polos de estrangulamento da crise do início da década de 1960 foram gestadas pelos governos militares, abrindo uma fase expansiva entre 1968 e 1973 caracterizada pelo crescimento de setores industriais produtores de duráveis de consumo (como automóveis e eletrodomésticos), da indústria de construção civil, do crédito e pondo em evidência pontos de estrangulamento em alguns setores, como os produtores de bens de produção.

Observa Bresser Pereira (1978) que os germes da recessão já estavam todos aí, pois o acelerado padrão de crescimento adotado, sem que se crescessem proporcionalmente as indústrias de bens de capital e de insumos básicos, o aumento explosivo da acumulação de capital, sem que a poupança interna acompanhasse o

mesmo ritmo, levaram a economia a fortes pressões inflacionárias e ao desequilíbrio progressivo da balança de pagamentos.

Ainda segundo o autor, em 1973 a economia entrou em regime de superaquecimento. Formaram-se filas para a compra de automóveis, verificou-se a escassez de insumos básicos e o volume de inversões, que sempre cresceu de um lado já não encontrou contrapartida suficiente no sistema financeiro montado de outro lado. A expansão da indústria de bens de capital era absolutamente insuficiente para atender a demanda.

Além disso, o entusiasmo vivido pela economia brasileira foi abalado pelo movimento do ciclo longo mundial. O choque do petróleo em 1973 sinalizou o início de uma nova etapa subsidente do mundo capitalista, a fase “b” do quarto Kondratieff. Castro e Souza (2004) apontam o ano de 1974 como de grande transtorno nas contas externas, resultado do crescimento do valor das importações e aumento descomunal do déficit comercial. O governo brasileiro, para fazer frente a esse problema, optou pelo financiamento externo, farto e de juros relativamente baixos (petrodólares). Claramente disposto a manter o ritmo ascendente da economia, Geisel e os seus adotaram a política de crescimento com endividamento. Acreditavam eles que, mantidas certas precauções, a dívida não comprometeria o crescimento, sendo o ajustamento dispensável (CASTRO e SOUZA, 2004, p. 30).

Pode-se notar, observando a tabela a seguir, um claro aumento do endividamento externo do Brasil a partir de 1975, quando a dívida externa bruta de longo prazo, correspondeu a 21,2 bilhões de dólares, valor significativamente alto se comparado ao quinquênio anterior, quando o valor não ultrapassou 5,3 bilhões de dólares, o que representou um aumento de 400%. As somas tomadas nos anos seguintes só fariam aumentar.

Tanto isso é verdade que se comparar 1960, primeiro ano apresentado na tabela, quando o valor da dívida era de 3,1 bilhões de dólares com 1984, último ano apresentado, quando o valor da dívida era de 91 bilhões de dólares, teve-se um aumento de 2.935% na dívida externa brasileira. Esse endividamento que financiou o processo de crescimento cobrou seu preço nos anos 1980 (crise da dívida).



**Tabela 05 – Dívida Externa Bruta de Longo Prazo entre 1960-1984 – Em Bilhões de Dólares**

<b>Ano</b>	<b>Dívida Externa Bruta</b>
1960	3,1
1965	3,5
1970	5,3
1975	21,2
1978	43,5
1980	53,8
1981	61,4
1982	69,6
1983	81,3
1984	91,0

Fonte: Brum (1992).

O ciclo breve modula o ciclo longo, somando-se a ele algebricamente, ora atenuando, ora acentuando seus efeitos. Como o período de 1973-1980 correspondeu, em grande parte, a fase ascendente do ciclo breve, teve-se um desempenho satisfatório (RANGEL, 2005a, p. 712).

No contexto de 1974 e com os recursos oriundos do endividamento, o governo pode financiar um novo processo de substituição de importações. Surgiu assim o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. Tratava-se de um programa de investimentos, de médio e longo prazo de maturação, ensejado no contexto da crise mundial de 1973. Costa e Souza (2004) apontam o II PND como uma reorientação no processo de crescimento, onde a produção industrial de bens intermediários aviltar-se-ia em detrimento da produção de duráveis de consumo, que orientara o crescimento até então. Escolheu-se superar a atrofia dos setores produtores de insumos básicos e bens de capital. Para os autores, o II PND se propunha a superar, conjuntamente, a crise e o subdesenvolvimento.

[...] as responsabilidades da política econômica e, em particular, do planejamento, seriam enormes. Tanto mais que, relegada às reações do mercado, a economia não parecia tender a reagir à crise com novos avanços. Essa importante questão, chegou a ser explicada por Velloso, para quem: “se você quiser atuar internamente através do sistema de mercado, nas condições atuais da economia brasileira” [...] “não vai ter setor privado atuando em siderurgia, em fertilizantes, em petroquímica, em metais-ferrosos etc.” Ao que acrescenta, a “maneira de fazer com que o setor privado opere nesses setores é através do governo. É tendo incentivo fiscal ou financeiro, ou os dois”. Em seu cerne, a questão reside, pois, em como fazer que os recursos existentes sejam “aplicados nos setores que hoje são vitais para o desenvolvimento econômico do Brasil e para resolver o déficit da

balança de comércio”. E a resposta apresentada pelo governo é inequívoca: “Para fazer funcionar setores pesados de rentabilidade direta baixa e de prazo de maturação longo, você precisa de incentivos governamentais” (CASTRO e SOUZA, 2004, p. 31 e 32).

São muitos os investimentos decorrentes desta fase de política industrial. Destaca-se genericamente os vinculados à infraestrutura, como rodovias e ferrovias, os vinculados ao setor energético, como a construção de Itaipu e o PRO-ÁLCOOL (ambos iniciados em 1975), os vinculados à produção de insumos industriais, como aço e metais não-ferrosos, os vinculados à indústria de tecnologia avançada, como informática, telecomunicações, ou ainda aqueles vinculados à mecânica pesada, aumentando a produção de máquinas e equipamentos. Exemplo disso é a consolidação da indústria de tratores de rodas.

O II PND também deixou suas marcas na agricultura. Os investimentos em construção ou aumento da capacidade produtiva de plantas industriais de máquinas agrícolas, bem como o aumento da potência das máquinas produzidas, a fabricação nacional de fertilizantes e defensivos agrícolas, também em novas plantas industriais, os incentivos ao desenvolvimento de agroindústrias processadoras, são exemplos do ciclo expansivo propiciado pelo II PND à agricultura. Para Delgado (1985), esse ciclo expansivo foi articulado ao tripé – Estado-Multinacionais-Grande Empresa Nacional.

As próximas duas tabelas trarão dados sobre a produção e utilização de tratores de rodas e esteiras e produção e consumo de NPK<sup>9</sup>. Nos dois casos há aumento significativo na virada de 1970 para 1975 e de 1975 para 1980, reflexo dos investimentos do II PND. A frota de tratores e esteiras passou de 61.345 máquinas, no ano de 1960, para 145.309 em 1970, 323.113 em 1975 e 545.205 em 1980, ou seja, 483.860 máquinas a mais em vinte anos. A produção interna representava no ano de 1960, 37 unidades, passando para 14.048 em 1970 e 56.928 e 58.812 em 1975 e 1980 respectivamente. Foram 58.775 máquinas produzidas internamente em vinte anos.

O consumo e produção de NPK segue a mesma lógica. O total produzido era de 105,7 mil toneladas em 1960 e o consumo 198,4 mil toneladas, o que representou uma produção nacional de 53% do produto. Em 1983 o consumo correspondeu a 2.246 mil toneladas e a produção 1.542,7 mil toneladas ou 69% do total. Ou seja, ao mesmo tempo em que a utilização de máquinas e insumos modernos crescia, sua demanda era

---

<sup>9</sup> NPK= Adubo mineral composto de três macronutrientes, sendo: Nitrogênio, Fósforo e Potássio.

atendida pelo alargamento da produção industrial desses produtos, safra dos investimentos do II PND.

**Tabela 06 – Evolução da Produção e Utilização de Tratores de Quatro Rodas e de Esteiras**

Ano	Frota de Tratores de 4 Rodas e de Esteiras	Produção Interna	Importação	Vendas	
				Impor.	Expor.
1950	8.372	0	8.373	n.d	0
1960	61.345	37	12.702	n.d	0
1967	n.d	6.223	342	n.d	31
1970	145.309	14.048	60	n.d	41
1975	323.113	56.928	801	n.d	671
1980	545.205	58.812	0	n.d	7.759
1981	n.d	38.687	0	28.104	10.073
1982	n.d	35.687	0	28.164	6.239
1983	n.d	22.612	0	26.639	n.d

Fonte: Delgado (1985).

**Tabela 07 – Produção e Consumo Aparente de NPK (Mil Toneladas de Nutrientes) – 1960-1983.**

Ano	Fosfatados		Nitrogenados		Potássicos		Total NPK	
	Consu.	Produ.	Consu.	Produ.	Consu.	Produ.	Consu.	Produ.
1960	131,6	89,9	66,8	15,8	n.d	0	198,4	105,7
1967	204,6	109,0	103,4	7,9	136,9	0	444,9	116,9
1970	415,9	169,4	276,4	20,8	306,7	0	999,0	190,2
1975	1.016,7	516,7	406,2	160,8	557,1	0	1.980,0	677,5
1980	1.853,9	1.488,7	905,6	383,0	1.306,6	0	4.066,1	1.871,7
1981	1.218,2	1.082,6	668,4	394,4	766,7	0	2.653,3	1.432,0
1982	1.133,6	1.061,9	646,2	399,8	571,3	0	2.651,1	1.461,7
1983	934,6	991,1	586,2	551,6	726,4	0	2.246,3	1.542,7

Fonte: Delgado (1985).

Nessa fase de ouro dos incentivos estatais para a agricultura, as cooperativas agropecuárias ganharam um novo sentido. O cooperativismo romântico praticado desde o início do século deu lugar ao cooperativismo empresarial, num movimento articulado pelo Estado, que enxergava nas cooperativas agropecuárias um instrumento para levar seus ideais modernizantes ao campo. Serão pormenorizados os fatos abrindo-se um novo subitem para essa discussão.

## 2.2 Os passos e descompassos do cooperativismo agropecuário na política de governo

A grosso modo, dividiu-se o cooperativismo no Brasil nas fases:

a) de instalação das pioneiras em meados do século XIX e início do século XX até 1930, sendo esta uma fase em que as cooperativas eram pouco expressivas economicamente e, por isso mesmo, não recebiam devido amparo do Estado.

b) de 1930 a meados de 1960, fase de consolidação parcial e apoio governamental que estimulou a instalação de cooperativas de compra e venda em comum, no contexto da Revolução Industrial Brasileira.

c) de meados de 1960 até o final dos anos 1970, fase de intensificação da modernização agrícola no Brasil e amplo florescimento de cooperativas, tuteladas pelo Estado no escopo de difundir a modernização.

d) de 1980 aos anos 2000 sendo esta uma fase de dificuldades financeiras para as cooperativas de modo geral, no contexto de crise econômica e de estrangulamento do crédito.

e) pós anos 2000 quando houve uma reaproximação com o Estado e novo processo de crescimento.

O estudo do desenvolvimento das cooperativas agropecuárias perpassa pela análise do desenvolvimento capitalista no campo. Tanto isso é verdade que as primeiras cooperativas consideradas expressivas no Brasil surgiram a partir de 1930, durante a fase subsidente do 3º Kondratieff, que pôs em xeque a economia brasileira agrária exportadora baseada no café, desfraldou o programa de substituição de importações, intensificou a urbanização e levou o Estado a promover a organização de cooperativas, por meio de incentivos fiscais, como forma de desenvolver as estruturas de comercialização.

Para Pinho (1974), com a crise que se irradiou de Nova Iorque para o mundo, o Brasil foi arrastado à séria crise conjuntural, agravada por crise estrutural resultante da frágil economia produtora de café. O poder central voltou-se para o cooperativismo como uma das soluções para os problemas econômicos e sociais com que se defrontava. Surgiu então a primeira Lei específica sobre as cooperativas, Decreto nº 22. 239 de 1932, regulamentando o funcionamento das cooperativas com base nos princípios de Rochdale e tornando-as sociedade de pessoas, não de capital.

O Decreto governamental procurava, através das cooperativas, de um lado organizar o setor cafeeiro diante da crise do mercado externo e, de outro lado, atribuir à agricultura a função de produzir alimentos para o mercado interno, barateando com o aumento da produção os custos da força de trabalho do setor industrial e urbano em expansão. Em outros termos, estava sendo gestado o fim do modelo econômico agroexportador que sustentava a economia através da exportação de matérias primas agrícolas e, ao mesmo tempo, o início do modelo urbano industrial, que preconizava a industrialização como novo pilar do processo econômico (SERRA, 2013, p. 16).

Depois da Lei de 1932 vieram alguns novos decretos, mas foi em 1966, com o Decreto Lei nº 59 e, em 1971, com a Lei 5.764 que a legislação cooperativa brasileira foi redefinida. Produzida no período da ditadura militar e durante uma fase de amplo crescimento da economia nacional, a nova legislação marca a expansão e consolidação do cooperativismo agropecuário (empresarial), numa estratégia governamental de estimular a modernização das relações de trabalho e produção no campo. “O Estado chamou a si a incumbência de orientar a política nacional do cooperativismo para adaptá-la às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento” (PINHO, 1974, p. 109).

O sucesso do modelo de desenvolvimento econômico dependia da modernização e do desenvolvimento de uma agricultura de exportação capaz de gerar divisas, abastecer o mercado interno e fazer da própria agricultura uma consumidora de produtos industrializados. Essas metas passaram a depender de uma nova postura muito mais eficiente sob o ponto de vista empresarial das cooperativas agrícolas (SERRA, 2013, p. 16).

Além disso, as agitações políticas da década de 1960 tinham como um dos focos centrais a reforma agrária e a melhoria nas condições de vida do trabalhador rural. Portanto, o estímulo à modernização também era uma resposta política a estas reivindicações e uma tentativa de amenizar as tensões no campo. Tanto isso é verdade que, nesse período, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, com objetivo de estender ao campo os direitos trabalhistas.

Foi por meio das cooperativas agropecuárias que boa parte dos produtores rurais passou a acessar mais intensamente a agricultura moderna, bem como seus benefícios, sendo exemplos: sementes de boa qualidade, técnicos capacitados para instruir corretamente no manejo do solo, com apropriadas técnicas de plantio, possibilitando aumento da produtividade do trabalho e ganhos com escala. Além disso,

as cooperativas agropecuárias impulsionaram e ainda impulsionam o desenvolvimento das forças produtivas. Esse processo é exemplificado pela contínua adoção de tecnologias na agricultura, mecanização, artificialização dos solos, sementes com adaptações climáticas e cada vez mais resistentes a pragas, entre várias outras especialidades que se poderiam mencionar.

Para Benetti (1982), as cooperativas poderiam prestar grande contribuição à racionalização da produção agrícola, pois: “a) reduziriam os custos operacionais e os gastos de circulação e produção; b) facilitariam a compra de grãos; c) oportunizariam a difusão e incorporação de tecnologia avançada; d) garantiriam maior produtividade física e econômica à lavoura” (BENETTI, 1982 apud BRDE, 2003, p. 24).

Nessa fase, as cooperativas agropecuárias foram tratadas de maneira diferente pelas políticas do Estado, garantindo acesso a isenções e às linhas especiais de financiamento que outras empresas não tinham. Pinho (1974) aponta que, a partir da Lei do Cooperativismo (5.764/71), a ação de estímulo às atividades cooperativas fora exercida pelo poder público mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais.

Ganhou relevo nesse cenário o crédito agrícola, bem como a pesquisa agropecuária e a extensão rural. O crédito rural<sup>10</sup>, representado pelo SNCR e a PGPM, acessado pelos pequenos e médios produtores rurais pelo viés das cooperativas agropecuárias, viabilizaria a difusão do pacote tecnológico e a intensificação da modernização agrícola, pois, amparado pelo crédito, o produtor conseguiria financiar a mudança na base técnica. Vale destacar que nessa fase a economia brasileira passava por um ciclo expansivo, decorrente do emparelhamento ascendente do ciclo interno e externo e tinha condições de mobilizar vultosas quantias para a política de crédito rural subsidiado.

Se a organização dos produtores em torno das cooperativas parecia vir ao encontro dos objetivos de modernização da agricultura do Estado brasileiro, também revelou-se conveniente para os pequenos produtores que formavam a grande maioria dos associados dessas empresas, pois, desta forma, asseguravam não apenas o acesso ao crédito oficial, como também, a comercialização de sua produção. Assim, a pequena propriedade passou por grande transformação, com

---

<sup>10</sup> Moraes (1974) apresenta seis modalidades de crédito cooperativo, sendo eles: adiantamento aos cooperados por conta do preço de produção entregue, aquisição de bens de produção para financiamento aos associados, insumos modernos, investimento das próprias cooperativas, comercialização da produção, crédito geral para: capital de giro, investimentos, bens de consumo ou de produção para fornecimento aos associados.

a policultura de subsistência sendo rapidamente convertida em monocultura de grãos, conduzida sob intensa utilização de insumos industriais e a assistência técnica das cooperativas (BRDE, 2003, p. 25).

Agentes de política agrícola, as cooperativas agropecuárias ressignificam sua atuação ao longo dos anos 1960 e 1970, agilizando a implementação do pacote tecnológico e a reestruturação produtiva, possibilitando o acesso dos produtores aos insumos agrícolas de produção moderna, facilitando a difusão da tecnologia e a organização do escoamento da produção, rompendo com parte do isolamento e da dispersão dos produtores e ajudando a combater o poder dos intermediários.

Somado a isso, as cooperativas agropecuárias iniciaram o seu processo de integração vertical, inserindo-se na agroindustrialização. Além de coletar a produção, industrializam-na, agregando valor ao produto agrícola.

[...] enquanto uma parte das cooperativas agropecuárias manteve seu ramo de atuação circunscrito às atividades comerciais, outras adentraram a esfera industrial, construindo grandes unidades de produção de insumos agrícolas e de beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários. Em alguns casos, a diversificação de atividades atingiu áreas pouco afeitas à noção tradicional de cooperativa agropecuária, como a corretagem de câmbio e seguros (BENETTI, 1985 citado por BRDE, 2003, p. 28).

O Estado brasileiro vem apresentando, em relação às cooperativas, atitudes diferentes e, não raro, paradoxais: ora liberal, ora simplesmente paternalista, ora intervencionista, parte às vezes para um severo centralismo ou assume múltiplas e opostas posições (PINHO, 1974, p. 107). Essa característica será fundamental para se analisar o desempenho das cooperativas nos anos 1980-90, quando, o Estado em crise, diminuiu severamente os recursos destinados ao crédito rural subsidiado e a PGPM, deixando o setor dependente de financiamentos a juros reais e colocando as cooperativas agropecuárias em dificuldades financeiras.

Na década de 1980, as transformações macroeconômicas tornam-se inevitáveis e exacerbadas pelo emparelhamento recessivo entre o ciclo médio e o longo. O Estado desenvolvimentista-intervencionista implantado com a ditadura civil-militar cedeu o passo à regulação imposta pelo mercado. Os “ajustamentos”, a abertura do mercado e a ofensiva neoliberal entraram em cena.

Em 1979 o mundo passou pelo segundo choque do petróleo. O aumento significativo no preço do produto, a valorização do dólar e o aumento da taxa de juros para o capital externo colocaram a economia brasileira numa situação muito delicada. Os investimentos feitos nos anos anteriores (II PND) vinham de recursos do endividamento externo que, com o aumento dos juros, subiram muito, resultando na chamada crise da dívida.

Nesse período de crise da dívida, o curso da economia de nosso país é alterado. Adotam-se com isso as regras do livre mercado, não mais regulado pelo Estado desenvolvimentista de antes. As intervenções dos organismos internacionais se tornam constantes na economia do Brasil, endividada e inflacionada.

A elevada dívida externa que acometeu o Brasil e diversos países da América Latina obrigou-os a realizar programas econômicos de ajustes internos em função dos interesses dos credores internacionais. Em decorrência disso, estes países passaram a transferir para o exterior parcela da riqueza nacional produzida, enquanto projetos vitais para o seu desenvolvimento foram abandonados ou paralisados por falta de recursos (BRUM, 1999, p. 419). Ainda segundo o autor, no Brasil, os sintomas da crise se expressaram na inflação, redução do ritmo de crescimento, elevada dívida externa e interna, suspensão do crédito externo, baixo índice de investimento nas atividades produtivas, entre outros que se poderiam destacar.

Apesar das cruéis mudanças vividas pela economia brasileira nos anos 1980, quando a trajetória de crescimento iniciada anos antes demonstrou sinais de desaceleração, há que se considerar algumas especificidades dentro deste contexto geral de crise. Isso porque a segunda metade da década de 1980 não é tão recessiva se comparada com a primeira metade ou com o que viria ocorrer nos anos 1990. Isso foi resultado da ocupação da capacidade ociosa industrial e também da maturação de investimentos do II PND que reduziram o déficit comercial e ampliaram, entre outros, a produção de fertilizantes, de energia, de produtos agrícolas, como demonstraram Castro e Souza (2004). A próxima tabela demonstra bem essa dinâmica quando apresenta um crescimento do PIB de 5,4%, 7,8%, 7,5% e 3,5% em 1984, 1985, 1986 e 1987 respectivamente.

Os problemas econômicos iniciados nos anos 1980 só fizeram se agravar. A política econômica marcada pelo maciço desmonte do Estado e pela adoção do receituário neoliberal, via governos Collor e FHC, caracterizaram a década de 1990.



Ocorreu a disseminação, no Brasil e nos demais países da periferia do sistema, do Neoliberalismo. Pondera-se que o Neoliberalismo não é um conceito surgido nos anos 1970-80, mas sim no final da Segunda Grande Guerra. Entretanto, naquele momento o capitalismo vivia um ótimo momento. Isso, somado à existência da URSS, não dava condições para que a ideologia neoliberal triunfasse. Todavia, quando os países capitalistas centrais encontraram a crise e a URSS já não existia mais, houve espaço para a adoção do Neoliberalismo como uma política de dissimulação da entrada dos países centrais nas economias periféricas, via imperialismo.

“Puro marketing” é um termo muito bem empregado por alguns autores engajados com o pensamento nacional brasileiro para definir o que foi o Neoliberalismo. As pregações ideológicas desse programa político, sobretudo a abertura dos mercados, foram difundidas pelo mundo periférico como verdade absoluta e “luz no fim do escuro túnel da crise”, enquanto os países imperialistas sustinham o mando sobre seus capitais nacionais, não pondo em prática o que eles próprios apregoavam.

O Brasil, durante as décadas de 1980-1990, inseriu-se no mundo neoliberal. Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso administraram as políticas brasileiras alinhadas aos mandos e desmandos dos organismos internacionais.

Essa passagem para um ciclo recessivo do sistema capitalista, que teve como desdobramento a onda neoliberal, trouxe consigo uma série de mudanças, dentre elas a política de privatizações, a diminuição dos impostos dos ricos, dos gastos governamentais e da força sindical, o aumento do desemprego e a concentração da riqueza. Contudo, vale destacar que o Neoliberalismo, como política de reorganização capitalista, não trouxe melhorias para a sociedade brasileira, pois nenhuma das medidas tomadas foi capaz de impedir a diminuição considerável do crescimento econômico e dos efeitos da crise, como o desemprego e a desindustrialização.

Analisando as informações contidas na próxima tabela, fica evidente que as políticas macroeconômicas adotadas ao longo dos anos 1980-90 não incorreram em sucesso. Exceto nos anos de 1984-85-86 e 87, não houve desempenho satisfatório, ficando as taxas de crescimento muito baixas ou até mesmo negativas, que em nada lembravam o Brasil da fase anterior.

**Tabela 08- Taxa Anual de Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Global e da Inflação Brasileira – 1981 a 1992 – Em Porcentagem (%)**

Ano	Crescimento do PIB	Inflação
1981	-4,3	95,2
1982	0,8	99,7
1983	-2,9	211,0
1984	5,4	223,8
1985	7,8	235,1
1986	7,5	65,0
1987	3,5	415,8
1988	-0,1	1.037,5
1989	3,2	1.782,9
1990	-4,3	1.476,5
1991	0,3	480,2
1992	-0,8	1.157,9

Fonte: Brum (1999).

Na agricultura, os reflexos da crise foram sentidos no estrangulamento das políticas de crédito rural, deixando o setor agrícola dependente de financiamentos a juros reais e também no declínio dos subsídios para a pesquisa. O crédito rural favorecido pelo governo tornou-se restrito, ganhando lugar de destaque o financiamento privado com taxas de juros impostas pelo mercado.

Os problemas econômicos ocasionados pelos choques do petróleo de 1973 e 1979, agravados pela crise cambial e recessão econômica a partir de 1981, afetaram grandemente o estilo de inovação técnica gerada pelo DI da agricultura. A queda no consumo e produção interna de NPK e de tratores são um indicador relevante de redução de um dado fluxo de relações agroindustriais. Ademais, a mudança nas condições de financiamento subsidiado na agricultura, fazendo cair por terra as disponibilidades macroeconômicas de excedentes financeiros que o Estado utilizou para propiciar a maciça introdução de “insumos modernos” no processo de produção rural, revertem as condições favoráveis que, nos anos 70, propiciaram um surto rápido e concentração técnico (DELGADO, 1985, p. 95).

A agricultura não ficou alheia a esse processo de mudança. Um dos apêndices da crise manifestou-se no setor pelo colapso dos padrões de financiamento anteriormente utilizados, de lastro na dívida pública, uma vez que o governo não tinha mais condições de mobilizar capitais excedentes para financiar o campo. A lógica se converteu de crédito farto, barato e subsidiado pelo Estado, para crédito escasso, caro e disponível nos bancos privados. Fonseca e Gonçalves (1995) apontam a radical redução dos recursos alocados no crédito rural entre 1979 e 1992 quando volume de recursos

caiu de CR\$ 137.12 trilhões (cruzeiros médios de 1992) para CR\$ 34.4 trilhões, quatro vezes menos o montante inicial.

Depois de 1979 – ironicamente a partir do momento em que a agricultura é dita prioritária no último dos governos militares pós-64, o crédito rural subsidiado perde sua base de sustentação política. A elevação das taxas inflacionárias, de um lado, fez crescer os subsídios implícitos nas taxas nominais prefixadas pelo SNCR; de outro, reduziu drasticamente o volume de depósitos à vista nos bancos comerciais, fonte básica dos recursos canalizados pelo crédito rural. Os programas recessivos de ajuste impostos pelo Fundo Monetário Internacional, a pretexto de combater o déficit público, impediram que o Tesouro Nacional, via Banco do Brasil, pudesse continuar bancando os volumes demandados de crédito rural nos anos 80. A saída foi reduzir os níveis de subsídios embutidos, basicamente trocando taxas nominais prefixadas (numa conjuntura de ascensão inflacionária) por pós-fixadas (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 51).

Observa-se, portanto que, os ajustamentos dos anos 1980 imprimiram certas adversidades para o desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim ela continuou crescendo. Com base em Ferreira Filho (1998), o setor agrícola apresenta, ao longo da década, crescimento praticamente constante. Enquanto o PIB industrial real teve crescimento de 3,84% no período 1980-90, o PIB real da agropecuária teve crescimento de 28,2%, e o PIB real do setor de serviços de 29,5%. Ainda segundo o autor, o que torna o crescimento da agricultura no período instigante não é a magnitude de sua taxa, modesta se comparada com a década de 70, mas o seu comportamento se comparado com outros setores.

A década de 80 iniciou-se com a indústria de insumos e máquinas agrícolas consolidada, lastreando uma agropecuária que havia se modernizado de forma intensa. Nesse período, quando a economia como um todo passou por uma longa estagnação, a agropecuária evoluiu a taxas positivas. Essa realização numa realidade de eliminação progressiva dos subsídios ao crédito ocorreu em decorrência dos investimentos da década anterior (GONÇALVES, 1999). Ou seja, é preciso incorporar na análise sobre a agricultura dos anos 1980 e 1990 as políticas estatais para o desenvolvimento da indústria de insumos, máquinas e agroindústria realizados nas décadas anteriores, que justificam o crescimento da agricultura mesmo com o estrangulamento do crédito subsidiado no final da década de 1970.

Assim, a agricultura continuou crescendo, pois “as próprias estruturas agroindustriais a montante e a jusante da agropecuária geraram mecanismos de

financiamento do custeio oferecendo formas de ofertar capital de giro para sustentar os avanços da produção de seus fornecedores de matérias primas ou dos demandantes dos seus produtos” (GONCALVES, 2005, p. 20). Em outras palavras, o esgotamento dos padrões de crédito utilizados até os anos 1970 fez nascer no bojo da agricultura brasileira uma nova forma de financiamento, como por exemplo, os contratos comerciais Soja Verde e a Cédula do Produtor Rural - CPR.

Para Gonçalves (2005) as forças propulsoras são diferentes a cada momento histórico. Todo o esforço de modernização, impulsionado pelo SNCR de 1965, que integrou a agricultura com a indústria, tanto para frente como para trás, engendrou formas próprias de sustentação e obtenção de capital. Assim, por via da integração setorial, é que a agricultura vem sendo capaz de se financiar.

Não obstante, os problemas oriundos da obtenção do crédito nos anos 1980/90 irradiam a crise para o universo cooperativo (o que não significa dizer que todas as cooperativas obrigatoriamente entraram em crise). Foram muitas as dificuldades enfrentadas nessa nova realidade, onde os produtores descapitalizados viam-se obrigados a recorrer às cooperativas agropecuárias para obter crédito agrícola, forçando - as a assumirem o papel de financiadoras da produção de seus associados e tendo de enfrentar o problema da inadimplência.

Desta forma, as próprias cooperativas passaram a fornecer os recursos para o custeio da safra, atuando como bancos e assumindo o risco dessas operações. Contudo, esta atuação adquiriu contornos distintos daqueles verificados nos anos 1970. Nesta nova realidade, as cooperativas passaram a assumir riscos crescentes, uma vez que não contavam mais com os subsídios governamentais. As chamadas “operações troca-troca” foram o principal mecanismo adotado pelas cooperativas para financiar a produção de seus associados (GONZALEZ e COSTA, 1998).

Suas regras previam o adiantamento, por parte das cooperativas, de insumos aos cooperados, sendo a dívida convertida em quantidades equivalentes de produto. Na época da colheita, o produtor deveria quitar a dívida entregando a quantidade de produto acordada à cooperativa. Como as cooperativas não possuíam recursos próprios para adquirir os insumos repassados aos associados, faziam-no recorrendo a linhas bancárias de capital de giro. Com isso, a cooperativa acabava assumindo o risco de crédito do agente financeiro. Como muitos produtores rurais tornaram-se inadimplentes com suas cooperativas, várias passaram por grandes dificuldades, pois tiveram de rolar suas dívidas a taxas de juros cada vez mais elevadas (GONZALEZ e COSTA, 1998).

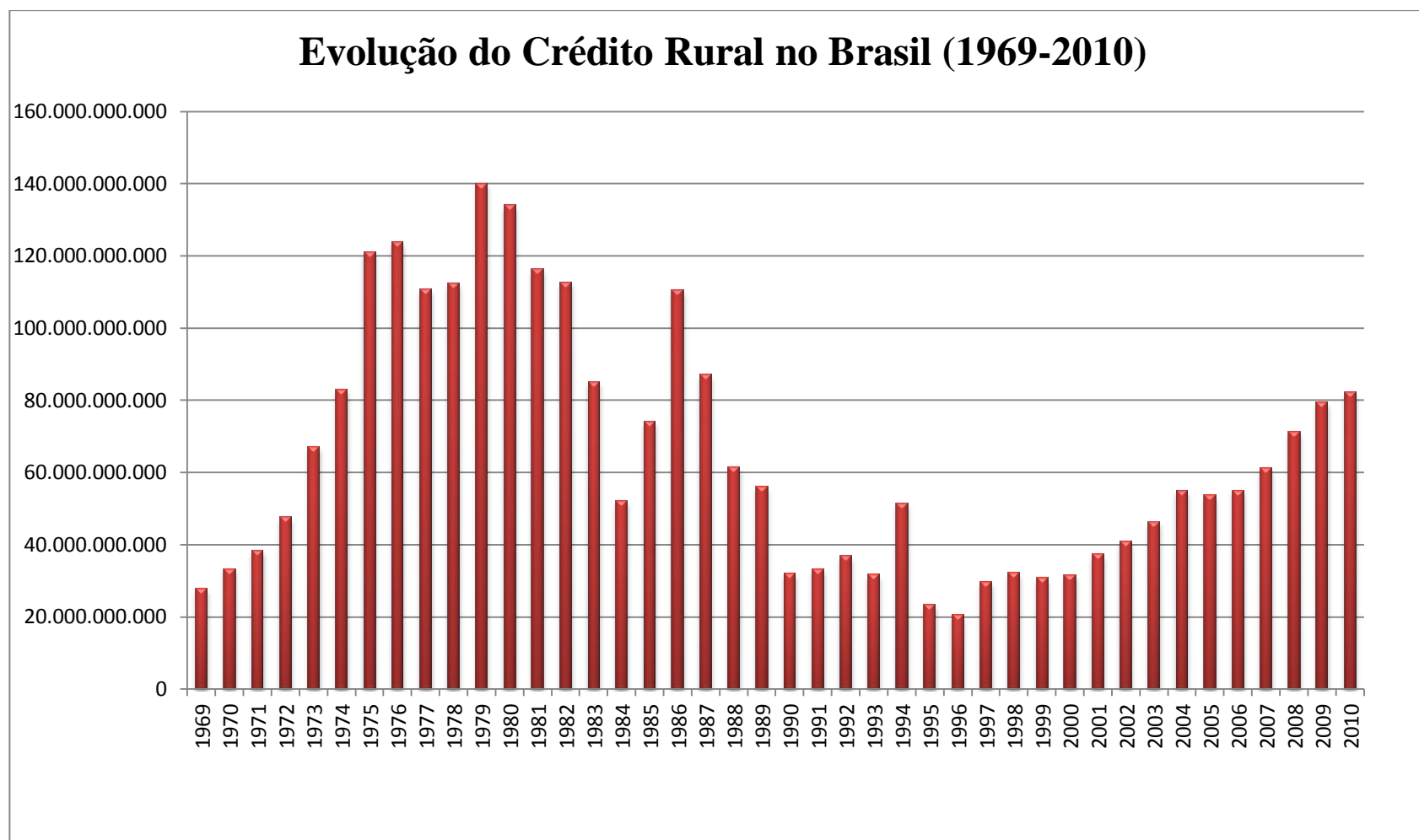
Além disso, o rápido crescimento ao longo dos anos 1970 dos ativos das cooperativas agropecuárias deu-se sob o uso intensivo de capital de terceiros. Parte significativa deste capital de terceiros era composta por recursos onerosos, muitas vezes contratados no exterior a taxas de juros flutuantes. Logo, a brusca elevação das taxas de juros internas e externas, bem como as duas máximas valorizações cambiais ocorridas em 1979 e 1983 elevaram, sobremaneira, as despesas financeiras das cooperativas endividadas, levando várias delas à situação de insolvência (BRDE, 2003, p. 32).

Nesta fase, a legislação para o cooperativismo também foi alterada. A Constituição Brasileira de 1988 vedou a interferência estatal no funcionamento destas empresas, que passaram a ser autônomas. Teixeira (2002) aponta que, a partir de 1988, consideram-se cooperativas as sociedades constituídas entre pessoas físicas para o exercício profissional ou de produção de bens e serviços em comum, em regime de autogestão e participação nos resultados, com o objetivo de fazer retornar aos associados o resultado econômico de suas atividades. Antes da Constituição de 1988, a relação entre o Estado e as cooperativas, em função da fiscalização do INCRA, era baseada no regime de cogestão, que a partir da Constituição Brasileira de 1988 foi alterada para o regime de autogestão, melhorando sua eficiência empresarial.

Cabe salientar que além dos elementos estritamente econômicos, outros fatores foram apontados como causadores da crise que atingiu o sistema cooperativista agropecuário. Em várias empresas, o princípio cooperativista de controle democrático sempre representou peça de ficção, na medida em que os dirigentes representavam uma “casta especial” totalmente alheia ao controle do corpo social. Com isso, ficou mais fácil ocorrerem gestões temerárias e irregulares, cometidas por administradores incompetentes ou corruptos (SCHNEIDER, 2004).

Vejam os dados que o próximo gráfico apresenta sobre a evolução do crédito rural no Brasil:

Gráfico 03



Fonte: Banco Central do Brasil - Anuário Estatístico do Crédito Rural - Valores Constantes em Milhões de Reais.

Analisando a evolução do crédito rural no Brasil, pode-se definir momentos econômicos bastante distintos entre si que refletem suas particularidades na obtenção de financiamento oficial e também no dinamismo do cooperativismo agropecuário brasileiro.

Com a constituição do SNCR em 1965 abriu-se um período expansivo no crédito rural, sendo este um movimento amparado pelo proeminente crescimento econômico do país que auxiliou sobremaneira na expansão do cooperativismo agropecuário. Conforme exposto por Coelho (2001), a importância do SNCR para o crescimento da agropecuária e da agroindústria brasileira é demonstrada pelo fato de que o crédito equivalia a mais de 50% do PIB agrícola no final dos anos 1970.

Este cenário foi abalado com a crise dos anos 1980. Nos estudos apurados pelo BRDE (2003), observa-se que as políticas em vigor até a década de 1970, apoiadas em ampla oferta de crédito oficial foram sendo cortadas ao longo dos anos 1980, haja vista a necessidade de se ajustar as contas públicas para combater a inflação e o desequilíbrio na balança de pagamentos. A súbita e drástica mudança no ambiente macroeconômico interno e externo, bem como as novas políticas adotadas pelo governo para se adaptar a essa nova conjuntura, trouxeram à tona fragilidades estruturais das cooperativas agropecuárias brasileiras, levando-as rapidamente a uma crise sem precedentes.

Apesar das dificuldades na obtenção do crédito oficial tem-se em 1986 uma vultosa oferta deste recurso. Nesse ano foi lançado o Plano Cruzado que congelou os preços e estabeleceu o fim da correção monetária, objetivando combater a inflação. Setti (2011) argumenta que no início o Plano produziu uma verdadeira euforia e conduziu ao aumento do consumo. Porém, quatro meses foram suficientes para mostrar suas fragilidades e as consequências foram nefastas, especialmente para a agricultura.

Entusiasticamente recebido pela população, em virtude, principalmente, do congelamento de preços e do aumento real dos salários, este plano desencadeou um forte crescimento do consumo nos meses seguintes à sua adoção, incentivando a realização de novos investimentos por parte dos agricultores e da agroindústria. Paralelamente, o volume de recursos do crédito agrícola elevou-se substancialmente – em virtude do aumento dos depósitos à vista causado pela remonetização da economia – o que, aliado às taxas de juros relativamente baixas em vigor na época da contratação, induziu os agricultores a se endividar. Contudo, já nos últimos meses de 1986, as taxas mensais de inflação voltaram a patamares elevados, as taxas de juros aumentaram, e as regras de atualização dos saldos devedores dos empréstimos agrícolas foram alteradas, fazendo com que os empréstimos contratados pelos agricultores para financiar aqueles

investimentos se tornassem onerosos, enquanto os preços por eles recebidos por seus produtos encontravam-se deprimidos em razão da supersafra interna e da importação de alguns produtos (BRDE, 2003, p. 35).

A disponibilidade de recursos financeiros oficiais para a atividade agrícola sofreu uma contração ainda maior na década de 90, especialmente entre os anos de 1990 e 1993. Em 1990 é lançado o Plano Collor, uma tentativa fracassada de solucionar a inflação, que aprofundou ainda mais a crise econômica pela qual o país vinha passando, sendo seus impactos profundamente negativos para a agropecuária brasileira, ficando o crescimento do PIB agropecuário no período em -2,7%, conforme dado retirado do IPEADATA.

Em fevereiro de 1990, foi lançado o Plano Collor que, entre outras coisas, realizou o confisco dos ativos financeiros de pessoas físicas e jurídicas. Essa medida teve um efeito negativo imediato sobre a agricultura, na medida em que foi adotada durante a safra, deixando os agricultores sem recursos para realizar a colheita dos produtos. Contudo, a medida mais prejudicial ao agronegócio foi a correção monetária dos financiamentos rurais, no mês de abril, de acordo com o IPC de março (74,6%), enquanto os preços mínimos foram reajustados conforme a variação da BTN de março (41,3%), o que levou muitos agricultores e cooperativas à insolvência. Sob a influência destas medidas, o PIB do setor primário caiu 4,4% em 1990 (BRDE, 2003, p. 35 e 36).

Em 1994 é lançado o Plano Real, numa nova tentativa para combater a inflação, desta vez bem sucedida. Contudo, o Plano utilizou o setor produtivo como “âncora verde” para resolver os problemas da inflação. Enquanto os juros pós-Plano Real foram reajustados, os preços dos produtos agrícolas caíram, promovendo uma defasagem insustentável entre a receita e as despesas dos agricultores, o que causou descapitalização no setor (SETTI, 2011, p. 190).

As dificuldades de financiamento entre 1995 até 1997 foram enormes, sendo este o pior cenário de disponibilidade de crédito oficial desde a constituição do SNCR, o que forçou o governo a renegociar as dívidas agrícolas através de três programas, sendo eles: a Securitização, o Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA e o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP.

Decorrente da crise econômica e da crise do crédito oficial, as políticas de incentivo ao cooperativismo agrícola também foram cortadas, levando muitas destas a dificuldades pecuniárias e até mesmo a encerrar suas atividades. Foi o caso da Cooperativa Agrícola de Cotia - CAC que iniciou processo de falência em 1994.



No início dos anos 2000, o Estado começou a sinalizar algumas mudanças nas políticas voltadas para a agricultura, favorecendo sobremaneira as cooperativas agropecuárias. O novo cenário político e econômico que caracterizou os anos 2000 também marcou a retomada do crescimento do setor cooperativo, numa reaproximação com o Estado.

Durante a campanha eleitoral de 2002, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou, em várias ocasiões, o papel prioritário que seria concedido à agricultura em seu governo. A indicação de Roberto Rodrigues, figura historicamente ligada ao cooperativismo, para o Ministério da Agricultura, foi uma demonstração de compromisso com o fortalecimento da agricultura nacional (BRDE, 2003).

Os estudos do BRDE (2003) ainda indicam que desamarrado o nó cambial que inibiu a expansão do setor agropecuário entre 1994 e 2000, com a melhora nos preços internacionais das principais *commodities* brasileiras a partir de 2001, com a adoção de uma política comercial mais agressiva que permitiu às empresas brasileiras ampliar sua inserção no mercado externo, com a recuperação na oferta de crédito rural oficial especialmente a partir de 2002, 2003 e 2004 e com os novos programas de investimento no campo, abraçou-se uma fase expansiva para a agricultura e também para as cooperativas de produção agropecuária.

Dois programas destacaram-se na retomada do crescimento do setor cooperativo no Brasil, o PRODECOOP e o RECOOP. No ano safra 2002/2003, foi criado o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor a Produção Agropecuária - PRODECOOP, com a finalidade incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras por meio da modernização dos sistemas produtivos e da comercialização (BRDE, 2003). Os itens financiáveis pelo PRODECOOP são basicamente: construção de silos, ampliação de estruturas de recebimento de grãos, instalação, ampliação ou modernização de unidades industriais.

Em trabalho de campo realizado em Curitiba, na sede do BRDE no Paraná, foram obtidas as seguintes informações sobre o PRODECOOP:

O PRODECCOP é atualmente a principal linha de financiamentos para as cooperativas, com juros mais baixos. Se não fossem cooperativas, pelo tamanho que possuem, todas essas empresas, que hoje fazem financiamento via PRODECOOP, pagariam as taxas de juros mais caras do BNDES.

O programa financia quase todos os itens dentro da cadeia produtiva das cooperativas. Ele é específico para projetos em agregação de valor à produção agropecuária. Outros investimentos, como melhorias em

supermercados ou prédios administrativos, é acionado por outro programa, o BNDES Automático, com taxas mais elevadas (Tiago Pesch – Gerente de Operações Adjunto/Grandes Empresas).

A COASUL foi uma das cooperativas brasileiras contempladas com recursos do RECOOP. Dada sua importância para o crescimento desta cooperativa, detalhá-lo-emos melhor abrindo um novo item.

### **2.3 RECOOP - Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária**

O RECOOP - Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária surgiu pela Medida Provisória nº 1.175 de 1998. Sua formulação está relacionada à necessidade de recapitalização das cooperativas agropecuárias, no contexto da crise dos anos 1990.

Como discutido em páginas anteriores, a década de 1990 foi de crise na economia nacional e seus efeitos repercutiram também sobre a agricultura. O emparelhamento do Estado brasileiro com as políticas de “ajuste” econômico e com o Neoliberalismo acarretaram inúmeras dificuldades para o setor agrícola, dentre elas, o estrangulamento do crédito rural, condições desfavoráveis de câmbio no que se refere às exportações e rebaixamento dos preços agrícolas. Esse cenário pouco animador debilitou também as cooperativas agropecuárias. Muitos estabelecimentos acabaram fechando as portas e as cooperativas que seguiram com suas atividades chegaram ao final da década bastante endividadadas.

A insuficiência do crédito ofertado pelo Estado forçou as cooperativas a cumprirem este papel, atuando no fornecimento de recursos para produtores rurais que não conseguiam captá-lo de outra maneira. Ou seja, as cooperativas recorriam ao mercado para captar recursos e os repassava aos produtores. Ocorre que nem sempre os produtores conseguiam cumprir com seus compromissos financeiros junto às cooperativas (geralmente por problemas relacionados à frustração de safra) colocando-as em dificuldades pecuniárias.

Setores ligados à atividade agrícola começaram a pressionar o governo para que renegociasse as dívidas. Desta forma, três programas são implementados, a saber: a Securitização em outubro de 1996, tendo como alvo os débitos de agricultores e cooperativas inferiores a R\$200 mil, o PESA - Programa Especial de Saneamento de

Ativos em 1998, cujo público alvo era os produtores rurais e cooperativas com dívidas superiores a R\$ 200 mil e o RECOOP - Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária, tendo como objetivo restaurar e recapitalizar as cooperativas de produção agropecuária. A princípio o Tesouro destinaria ao programa recursos na ordem de 2,1 bilhões, gerados através da emissão de títulos públicos. Embora a Securitização e o PESA tenham ajudado, a medida de maior impacto para o setor foi o RECOOP, dada sua exclusividade as cooperativas agropecuárias (BRDE, 2003, p. 43).

Para se beneficiar das medidas do RECOOP, cada cooperativa deve(ria) solicitar o seu enquadramento no Programa através de Carta Consulta e, se aceita, apresentar um Plano de Desenvolvimento Cooperativo (PDC), previamente aprovado pela maioria (50% mais um) dos associados em assembleia geral, ao Comitê Executivo do RECOOP, contemplando os cinco projetos do Programa, quais sejam:

1. Projeto de reestruturação e viabilidade técnica e econômico financeira: implica o redimensionamento das atividades para o foco principal de atuação da cooperativa e desmobilizações de ativos não relacionados com o objeto principal da cooperativa;
2. Projeto de capitalização: visa à alocação de recursos novos para redimensionamento das atividades;
3. Projeto de profissionalização da gestão cooperativa: visa à adequação administrativa e operacional das cooperativas, dotando-as de uma estrutura profissional compatível com o mercado competitivo;
4. Projeto de organização e profissionalização dos cooperados: visa à recuperação dos recebíveis dos cooperados inadimplentes e objetiva manter na cooperativa os produtores-associados dispostos a assumirem os compromissos necessários para o sucesso do Programa e dispostos a implantar novas tecnologias para incrementar sua produtividade;
5. Projeto de monitoramento do Plano de Desenvolvimento Cooperativo: visa ao acompanhamento sistemático dos demais projetos através da adoção de mecanismos de acompanhamento econômico-financeiros das cooperativas agropecuárias (EW, 2001, p. 54-55).

O RECOOP amenizaria os problemas de capitalização das cooperativas agropecuárias, face às dificuldades econômicas dos anos 1980/90, quando as instituições financeiras deixaram a responsabilidade de financiar o produtor rural para as cooperativas agropecuárias, incorrendo em dívidas. Contudo, para Ew (2001), o Programa engloba não apenas a reestruturação econômico-financeira das cooperativas, mas também busca resolver os problemas de ordem administrativa e estrutural. Nesse sentido o RECOOP seria uma maneira de reestruturar as cooperativas e torna-las eficientes e competitivas frente às mudanças de contexto econômico e as novas

exigências dos mercados nacional e internacional. Para tanto, era fundamental a adoção de novas tecnologias e o aperfeiçoamento de técnicas de gestão, bem como a atualização dos princípios doutrinários. Tanto isso é verdade que, concomitantemente ao RECOOP é criado o SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, viabilizando programas de autogestão.

Tiago Pesch - Gerente de Operações Adjunto/Grandes Empresas do BRDE, apontou, durante entrevista, o SESCOOP como importante para a profissionalização da gestão das cooperativas do estado do Paraná, contribuindo para seu crescimento nos anos 2000, pois é na gestão que as instituições paranaenses se diferenciam das demais do país.

Conforme indica Ew (2001) foram enviadas 651 Cartas-Consulta para o RECOOP, das quais 439 (67%) foram aprovadas, permitindo que as cooperativas desenvolvessem seu PDC - Plano de Desenvolvimento Cooperativo. Mediante avaliação do Comitê Executivo formado por representantes de cooperativas e do governo, 322 projetos foram aprovados. Mesmo assim, somente 132 cooperativas foram contempladas e tiveram recursos disponibilizados no âmbito do RECOOP, com prazo de 15 anos para quitação junto ao sistema bancário. Destas 132 cooperativas agropecuárias, 30 eram paranaenses.

A Resolução nº 2665, de três de novembro de 1999 determinou como os recursos provenientes do RECOOP poderiam ser utilizados pelas cooperativas agropecuárias, admitindo-se: financiamento de valores a receber de cooperados, refinanciamento de dívidas com instituições financeiras, de dívidas de cooperados e de outras dívidas decorrentes de aquisição de insumos agropecuários, dívidas tributárias e fiscais, encargos trabalhistas e sociais e financiamento em investimento e capital de giro (BACEN – Resolução 002665).

Os recursos para o Programa viriam do Tesouro Nacional na ordem de R\$ 2,1 bilhões e de Fundos Constitucionais, na ordem de R\$ 1,1 bilhão, totalizando R\$ 3,2 bilhões. Contudo, a maior parte das instituições financeiras não se mostrou interessada pelo RECOOP, o que acabou restringindo a amplitude do programa. A maior parte das operações contratadas foi realizada pelo Banco do Brasil e pelo BRDE. Até mesmo o Banco do Brasil adotou uma postura conservadora, pois mais de dois terços dos recursos contratados por esta instituição foram destinados ao alongamento de dívidas. A atuação do BRDE foi a que se revelou menos conservadora, uma vez que 45,5% das

contratações realizadas até então envolveram recursos novos para as cooperativas (BRDE, 2003, p. 44).

Conforme exposto por Gimenes e Gozer (2008), isso ocorreu porque as cooperativas que atuam no setor agropecuário financiam seu quadro de associados com seus recursos próprios. Essa decisão aumenta seu risco operacional, pois, em períodos em que as safras não geram receita suficiente para cobrir as dívidas, o índice de inadimplência dos produtores aumenta acentuadamente. A inadimplência dos produtores diminui a liquidez da cooperativa, aumentando seu endividamento que, em determinadas situações, pode induzi-las a um estado de insolvência, sinalizando ao mercado que aquela sociedade é um cliente de alto risco, exigindo-lhe taxa de juros mais alta ou no limite não concedendo novos empréstimos.

Desta forma, do total ofertado pelo RECOOP, menos de 40% do valor chegou a ser disponibilizado para as cooperativas agropecuárias até 2003, último ano de funcionamento do projeto. Dos R\$ 3,2 bilhões disponibilizados para o RECOOP somente R\$ 1,25 bilhão foram gastos.

Mesmo tendo uma abrangência limitada, o RECOOP proporcionou um novo fôlego para as cooperativas contempladas com os recursos, representando a estabilização financeira para a retomada do processo de crescimento.

### 3. COASUL: Um olhar sobre a fundação e a expansão desta cooperativa

#### 3.1 A formação social do município de São João - PR

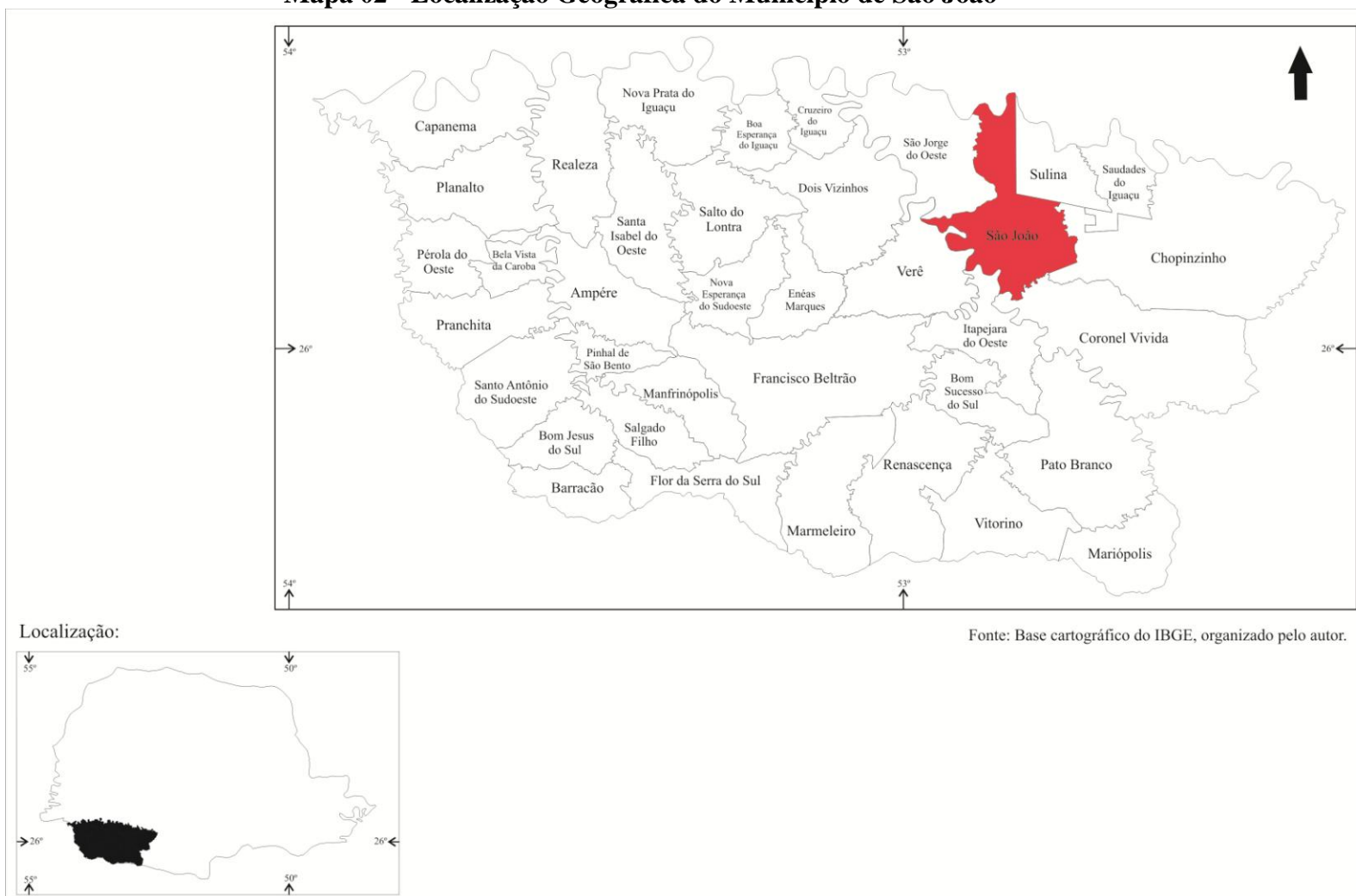
O entendimento sobre formação sócio espacial levará em consideração os estudos de Armen Mamigonian<sup>11</sup> e Milton Santos, para quem o conceito de formação sócio espacial não se refere a uma sociedade em geral, mas a uma sociedade dada. Trata-se, portanto, de uma categoria de análise que considera uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, onde os modos de produção escrevem sua história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço (SANTOS, 2008).

Foi em São João, no ano de 1969 que ocorreu a fundação da COASUL. O impulso inicial que motivou sua organização está atrelado às dificuldades dos produtores locais em transportar a produção para centros consumidores, comprar insumos agropecuários e armazenar a produção. Ou seja, a fundação da COASUL decorre das características do tardio povoamento de São João e da região, que no final da década de 1960 ainda não estavam suficientemente conectados às demais regiões do estado. Sendo assim, fez-se, *a priori*, um apanhado geral sobre a fundação do município berço da COASUL.

São João é atualmente um dos 37 municípios pertencentes à mesorregião Sudoeste do Paraná, limitando-se com os municípios de Quedas do Iguaçu, São Jorge D'Oeste, Verê, Itapejara D'Oeste, Coronel Vivida, Chopinzinho e Sulina, como mostra o mapa a seguir:

---

<sup>11</sup> Mamigonian (2004) aponta que essa categoria de análise decorre do pensamento marxista de Formação Econômica e Social expressa em trabalhos como, por exemplo, de Lênin (1982) que utilizou tal categoria para entender a Rússia do século XIX. Em sua clássica obra “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” o autor relata a formação do mercado interno russo e a transição para o modo capitalista de produção num país com fortes raízes feudais. Ou seja, Lênin demonstra ao longo de seu trabalho, como a formação social da Rússia possibilitou o desenvolvimento do capitalismo apesar da existência do campesinato e da aristocracia feudal como classe dominante.

**Mapa 02 - Localização Geográfica do Município de São João**

São João tem sua origem ligada à fertilidade de suas terras e à madeira em abundância. O marco histórico do município é 1920, quando chegaram as famílias de Francisco Félix e Fabrício Marcondes, oriundos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Antes deles alguns grupos de caçadores (cujos nomes são desconhecidos) vinham da região de Chopinzinho, estabelecendo em São João acampamentos temporários para prática de caça de animais silvestres (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO, 2002).

O território que atualmente corresponde ao município de São João era em 1920 um típico “sertão bravo”. Seu solo era recoberto por mata densa, caracterizada especialmente pelo pinheiro.

Tudo era mato e tinha toda espécie de bichos e animais selvagens. Dentro de 90 dias matamos cinco onças rondando as casas, sem contar outros bichos (PERGHER, 2010, p. 17).

Em 1924, chegaram à São João o Sr. João Maria Vieira dos Santos e esposa, a terceira família a habitar o então povoado. Tratava-se de um casal de migrantes gaúchos em busca de novas terras para a prática da agricultura, uma vez que as terras onde provinham (Soledade-RS) já estavam bastante desgastadas (PERGHER, 2010).

Além do desgaste dos solos (resultante do manejo inadequado), a possibilidade de demarcarem uma área de terra e começarem a trabalhar por conta própria<sup>12</sup>, deixando de serem arrendatários, foi outro fator que impulsionou a migração de gaúchos e catarinenses para São João.

Dada a inexistência de uma malha viária, os pioneiros tiveram de enfrentar inúmeras dificuldades de acesso para chegar ao povoado, sendo que de Chopinzinho até São João – cerca de 22 km - tiveram que abrir uma picada a facão. As famílias vinham com os filhos e seus poucos pertences em lombos de burros ou cavalos. As crianças menores vinham nas bruacas (malas de couro presas nos animais) em viagens de até 20 dias, dependendo das condições do tempo. Pousavam a céu aberto, embaixo de árvores ou galpões de alguns moradores hospitaleiros à beira do caminho. A comida vinha preparada em forma de farofa, carne seca, biscoitos e frutas que colhiam à beira da estrada (PERGHER, 2010, p. 16).

Ainda segundo Pergher (2010), as famílias mais abastadas vinham em carroças, mas não com menos dificuldades. Chegando aos rios, quando não havia balsa, tinham

---

<sup>12</sup> É importante destacar que os pioneiros não possuíam qualquer documentação de propriedade destas terras, eram posseiros.



que passar com o cavalo nadando, e quando tinha balsa, era a remo e não comportava grandes cargas.

As atividades econômicas desenvolvidas eram características do Complexo Rural. Vivia-se do cultivo de pequenas lavouras e da criação de porcos. Apesar da abundância de madeira, neste primeiro momento da ocupação de São João ela era utilizada para a construção das residências dos moradores (madeira lascada), não com fins comerciais.

Para Rangel (2005a) um primeiro aspecto que caracteriza o Complexo Rural é a mistura indissolúvel das funções de produção e consumo. Ou seja, uma parte variável de seu produto não passa para as outras unidades e, portanto, não resulta em nenhuma venda nem em troca; ao passar diretamente da esfera da produção para o consumo, não circula. Era exatamente isso o que acontecia com o cultivo das pequenas lavouras na economia camponesa sajoanense nos primórdios da ocupação, pois, destinava-se ao consumo da própria família ou para a alimentação dos porcos.

“É claro que nem todo produto dessa unidade combinada é consumido no interior dela mesma. Uma parte é vendida a outras unidades ou trocada diretamente por outros produtos, de modo que gere uma renda redutível em dinheiro, pois o preço ou as quantias relativas dos bens que intervêm na troca são determinados pelo mercado” (RANGEL, 2005a p. 95). Esse era o destino dado aos porcos nos primórdios da ocupação sajoanense.

Este tipo de relação com o mercado é característico da circulação mercantil simples e exprime-se na figura M – D – M (mercadoria – dinheiro – mercadoria). Nas extremidades desta figura encontra-se a mercadoria. O dinheiro existe para o camponês neste período como simples intermediário na conversão da parte do produto de seu trabalho que vai para o mercado em objetos de consumo, isto é, em meios de subsistência. É neste sentido que o processo de produção, ao contrário do que ocorrera cada vez mais a partir de 1970, está voltado para o consumo (ABRAMOVAY, 1981).

A agricultura era praticada de forma rudimentar, com a utilização de poucas ferramentas (boa parte de fabricação artesanal).

Para cultivar a terra, os proprietários empreitavam para rapazes fortes e trabalhadores a derrubada de um ou dois alqueires de mata. Fazia-se a limpeza por debaixo, deixando por último as árvores grandes (pinheiros, angicos, grápias). Tudo era derrubado a machado, nem serrote tinha. Feito a derrubada, o processo de limpeza era com queimada. A madeira mais grossa levava semanas queimando. Quanto

tudo apagava iniciava-se o processo de coivara, que consistia em amontoar e queimar os galhos que restaram (PERGHER, 2010, p. 18).

Dada a necessidade de uma via de transporte que possibilitasse a chegada de carroças e pequenos caminhões, bem como a saída das safras de porcos, as famílias pioneiras se uniram para abrir uma estrada ligando São João a Chopinzinho, numa extensão de 22 km. Munidos de foices, machados, enxadas, facões, bois, arados e picaretas, em seis meses concluíram a obra, realizada no ano de 1925 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO, 2002).

Com o passar dos anos e principalmente depois da constituição da CANGO o povoado foi crescendo. Em 1954 passou a ser distrito do município de Mangueirinha. No ano seguinte, com a emancipação política de Chopinzinho, passou a pertencer a este como distrito. Em 25 de julho de 1960, pela Lei nº 4.245 alcançou a emancipação político-administrativa. O novo contingente populacional constituiu-se, em sua maioria, por colonos gaúchos e catarinenses, das etnias italiana e alemã (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO, 2002). Este é um processo imbricado em transformações políticas e econômicas (Marcha para Oeste) que procuravam mobilizar significativos contingentes populacionais para o Sudoeste do Paraná, como parte da região fronteira do Brasil ainda pouco povoada e considerada “desprotegida”, expandindo a fronteira agrícola para este território onde se visava implantar uma agricultura moderna.

Surgiram nos anos de 1950, as primeiras casas comerciais, “verdadeiros empórios onde se encontrava material de todos os gêneros. Ferramentas, material para construção, produtos alimentícios, tecidos, calçados, louças, etc” (PERGHER, 2010). Nessa época surgiu também a primeira serraria da cidade, acompanhando a intensificação da industrialização do pinho que vinha ocorrendo na região e dada a abundância<sup>13</sup> desta árvore em São João.

Em 1950 surgiu a primeira serraria, comandada por Osvaldo Vicente Hartmann. Surgiu também o primeiro hotel de Cello Shneider, a primeira sapataria de Cesário Pinto, o primeiro bar, de propriedade de Valter Shuller, a primeira farmácia de João de Deus Batista, a primeira ferraria de Eduardo Kuhn e o primeiro automóvel Dodge 48 de Antônio Marodin (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO, 2002).

---

<sup>13</sup> A exploração do pinheiro com fins comerciais foi tão expressiva nessa época que batizou um dos quatro distritos de São João com o nome de Ouro Verde.

A concentração das atividades comerciais nas mãos de um determinado grupo social que se organizou para este fim é uma das principais premissas do desenvolvimento da produção mercantil. A separação entre produtores e comerciantes é a base histórica na qual se apoia a própria transformação mercantil da agricultura camponesa. Assim, com os olhos na propriedade e no mercado, os migrantes que ocuparam o Sudoeste Paranaense a partir do final da década de 1940, trouxeram consigo seus comerciantes (ABRAMOVAY, 1981).

Apoiando-se na análise de Abramovay, observou-se que, após a constituição da CANGO, iniciou-se em São João, como parte integrante da região Sudoeste Paranaense, a separação entre produtores e consumidores, num processo que se consolida nas décadas de 1970 e 1980. A migração expressando o movimento do capital indica o início da dissolução da economia camponesa, forjando as condições para a produção mercantil, como consequência da divisão social do trabalho.

Não obstante, o estilo de vida da população sajoanense ainda era marcado pela simplicidade. Dona Elvira Perin, residente no município há mais de 50 anos, relata em entrevista que, as roupas íntimas eram confeccionadas em casa utilizando como tecido bolsas de farinha e açúcar. Os colchões, travesseiros e cobertores também eram produzidos em casa, tendo como matéria prima a palha de milho e a pena de galinha, respectivamente, característica que não raramente acometia a população com escabiose (popularmente conhecida como sarna). Para Lênin (1982) na economia natural “a sociedade se compunha de uma massa de unidades econômicas homogêneas e cada uma dessas unidades executava todos os tipos de trabalho, desde a obtenção dos diversos tipos de matérias - primas até a sua preparação definitiva para o consumo”.

Apesar da ampliação do comércio, ocorrida entre 1950 e 1960, mantinha-se uma economia característica do Complexo Rural, sendo a produção ainda tipicamente camponesa e baseada na criação de porcos, na exploração da madeira, no cultivo do milho, feijão e trigo.

A integração com o mercado era feita basicamente pelos comerciantes locais, representados pelas casas de comércio de Francisco Augustin e Scholtz e Ledur & Cia Ltda. Abramovay (1981) indica em seus estudos sobre o Sudoeste do Paraná a profunda identidade étnica e cultural existente entre o comerciante e o agricultor, embora em muitos casos essa identidade encobrisse uma desigualdade social real. Essa característica parece ser importante para entender a relação da COASUL com os associados.

O catolicismo era outro traço marcante da sociedade sajoanense. “Todo final de semana eu e a família *andava* 7 km a pé para ir ao culto”, disse Dona Elvira durante a entrevista. O mesmo trajeto era feito outras duas vezes ao ano, para a confissão antes da Páscoa e antes do Natal. Esse pensamento cristão é uma característica importante para entender o surgimento da COASUL.

### **3.2 COASUL: Da fundação a crise dos anos 1990**

O desenvolvimento do cooperativismo agropecuário está fortemente condicionado a dinâmica dos ciclos econômicos e ao modelo de acumulação de capital vigente no país. Portanto, as fases do desenvolvimento cooperativista são um reflexo do desempenho da economia nacional, como se demonstrou ao longo do trabalho. Sendo assim, neste terceiro capítulo da presente dissertação buscar-se-á analisar o peso da economia nacional e suas vicissitudes para a fundação e expansão da COASUL.

Entender a gênese da COASUL perpassa pela análise do povoamento de São João. Como a cidade teve povoamento tardio, no final da década de 1960 ainda encontrava-se dispersa dos centros consumidores, dificultando o transporte da produção agrícola, assim como a aquisição de produtos industrializados.

A próxima foto auxilia no entendimento das condições de infraestrutura de São João na década de 1960, nitidamente uma cidade em estágio inicial de desenvolvimento, com poucas casas e ruas sem nenhum tipo de pavimentação.

**Foto 01 - Cidade de São João na Década de 1960**

Fonte: Prefeitura Municipal de São João.

Foi sob este cenário que a COASUL erigiu sua gênese. Um dos primeiros moradores a conjecturar sobre a fundação da cooperativa foi Antônio Bacila. Este, atraído pela abundância de pinheiros, teve a ideia de montar em São João uma cooperativa no ramo madeireiro. Contudo, nessa época o governo proibiu a compra de trigo direto do produtor, forçando com que o produto fosse depositado em armazéns do governo para depois ser transferido para armazéns particulares, evitando a irregularidade das “notas frias”. Revoltados com a medida que obrigaria os produtores a entregar o trigo na CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenamento) em Pato Branco para depois buscá-lo para ser moído no moinho do Sr. Aldino Scholtz, resolveram não criar uma cooperativa madeireira, sim agropecuária, já que estas estavam autorizadas a efetuar a transação comercial do trigo (PERGHER, 2010).

Soma-se a isso uma generalizada falta de armazéns para recebimento e armazenagem da produção agrícola dos produtores sajoanenses, que começaram a amadurecer a ideia de fundar uma cooperativa na cidade, até que no dia 21 de junho de 1969, 43 produtores rurais, reunidos em assembleia no Pavilhão da Igreja Matriz São João Batista, em São João - PR, fundaram a COASUL – Cooperativa Agropecuária

Sudoeste Ltda, sob a liderança de José A. Scholtz<sup>14</sup>. No ato da fundação, cada produtor subscreveu 10 cotas partes, totalizando Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) para a formação do capital social, conforme informação disponível no próprio site da COASUL.

Analisar este primeiro momento de fundação da cooperativa não foi tarefa simples, dada a precariedade dos registros escritos, uma vez que a própria cooperativa não possui mais os relatórios das atividades compreendidas entre os anos de 1969 e 1980. Além disto, expressiva parte dos sócios fundadores da COASUL já faleceu, o que dificulta a apuração de dados em trabalho de campo. Entretanto, obtiveram-se algumas informações sobre a gênese da referida cooperativa, numa entrevista realizada com o Sr. Hélio Augustin, cooperado com matrícula nº 001, ainda residente em São João.

Sr. Hélio aponta que, passada a reunião de fundação da cooperativa, a preocupação voltou-se para a constituição do espaço físico que ela ocuparia, pois não havia nenhuma estrutura para o recebimento de produtos. Neste contexto, foram alugados (dentre os poucos que existiam na cidade) os primeiros armazéns da COASUL e só depois foram construídos os da própria cooperativa.

Na ocasião o Sr. Hélio também esclareceu como a cooperativa conseguiu os recursos financeiros para a construção dos primeiros armazéns, afinal, em 1969 o crédito rural ainda era escasso na região.

No começo foram os próprios agricultores que emprestaram o dinheiro, depois que veio do banco para dar seguimento. O primeiro armazém da COASUL foi o Antônio Scholtz que comprou, com dinheiro dele mesmo e cedeu para a cooperativa em forma de aluguel, mas para receber só quando a situação melhorasse. Só depois que já tinha o armazenzinho e o secador pequeno que veio recurso do governo para dar seguimento (HÉLIO AUGUSTIN, 2014).

Além dos empréstimos concedidos pelo Sr. Antônio Scholtz para aquisição do primeiro armazém, os fundadores da cooperativa tiveram que emprestar os tijolos, comprar a prazo o restante do material, sem data determinada para quitação da dívida.

---

<sup>14</sup> Os demais sócios fundadores foram: Sírio Albino Hoffmann, Ângelo Rafael Brusamarello, José Sganzerla, Izaltino Rossi, Luiz Machiner, Alexandre Caranhatto, Hermelindo Caetano Bertoncello, Armin Ivo Von Frühauf, Ernesto Pelin, Romeu Neitzke, Henrique Pilonetto, Pedro Schmidt, Cícero de Moura, Luiz Bianchin Neto, Loreno Petry, João Maria Antunes, Ângelo Dalla Corte, Armando Perin, Igino Valente Pergher, Abrelino Reni Pergher, Dionísio Piovezan, Assis Rocha dos Santos, Ely Machado dos Santos, Genuíno Hercules Bertoncello, Faustino Nacir Pergher, Ângelo Perin, Graciano Rampazzo, Carlos Sufiatti, Tranqüilo Comiran, Carlos Helmuth Bittinger, Rubens Eloy Schuster, Atílio Machado de Lima, Albrecht Herbert Von Frühauf, João Colet, Ângelo Colet, Hélio Augustin Filho, Carlos Rossi, João Caranhatto, Jardelino Sérgio Pergher, Iseo Defaveris, Guerino Canan e Clemente Ferronato (COASUL, site).

Auxiliaram também na construção do primeiro escritório com balança em anexo. Os primeiros equipamentos para a classificação e secagem dos produtos foram adquiridos por financiamento no Banco do Brasil, com hipoteca dos bens particulares dos associados (COASUL, site).

Ainda durante a entrevista, o Sr. Hélio Augustin relatou a importância do pároco de São João na época, Monsenhor Raymundo Lulus Francener, popularmente conhecido como Padre Raymundo, para a fundação da COASUL que, assim como na experiência de Rochdale e no cooperativismo do Sul do Brasil, teve influência do pensamento cristão:

Tinha uns quantos envolvidos e uma pessoa chave do começo dessa cooperativa foi o Padre Raymundo. Foi ele que deu as dicas, falava para as pessoas que tinham um pouco mais de estudo que era muito bom formar uma cooperativa, só que ele nunca apareceu, só na reunião de fundação da cooperativa, mas antes ele foi dando as dicas, estimulando o pessoal a ir conversando sobre a possibilidade de fundar uma cooperativa (HÉLIO AUGUSTIN, 2014).

Nos primeiros anos de funcionamento as atividades restringiam-se ao recebimento e comercialização da produção agrícola. Contudo, a partir de 1971 a cooperativa passou por uma ampla reorganização, inserindo-se na área de atuação do PIC. Este é um processo imbricado nas reformas promovidas pelo Estado e que vão favorecer sobremaneira o desenvolvimento da COASUL, determinando o modelo de cooperativismo por ela praticado, que se pode chamar de empresarial.

O cenário político e econômico brasileiro da década de 1970 e as transformações promovidas na agricultura alteraram a estrutura de funcionamento das cooperativas agropecuárias, inclusive da COASUL, transformando-a em agente do processo de modernização da agricultura de São João e da região Sudoeste do Paraná, na medida em que vai ampliando sua área de atuação.

Utilizando-nos novamente das informações obtidas em entrevista, ver-se-á uma passagem onde o Sr. Hélio Augustin comenta a função da COASUL no repasse de insumos agrícolas para os produtores associados:

Aqui a gente produzia uma média de 30, 35 sacas de trigo por agricultor, em 2 ha. de terra. Tudo era plantado manualmente e crescia somente com a força da terra. Se desse a ferrugem perdia o trigo porque não tinha nada para combater como tem hoje, então, se desse qualquer problema se perdia toda a produção, não se colhia nada. Mas com o tempo começou a vir da cooperativa o adubo, a ureia e algum

veneno para defender a planta dos bichinhos. Foi lá pelo ano setenta e poucos que começou isso, além de ir o produto para a cooperativa, vinha também de lá as coisas para a lavoura (HÉLIO AUGUSTIN, 2014).

Beneficiando-se dos incentivos estatais, especialmente as linhas de crédito subsidiado disponíveis no Banco do Brasil e no BRDE, a COASUL expandiu a sua capacidade física com a construção (no ano de 1974) de um armazém sementeiro para estocagem de 46.000 sacas e um armazém convencional com capacidade para 10.000 sacas. Também expandiu sua área de atuação, abrindo entrepostos nos municípios vizinhos de São Jorge D'Oeste (1976) e Chopinzinho (no ano de 1975). Assinou em 1971 um convênio com a ACARPA para obtenção de assessoria em doutrinação e educação cooperativista e passou a oferecer novos serviços aos cooperados, como assistência agrônômica (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COASUL, 1981).

A ampliação dos estímulos creditícios disponibilizados pelo governo pode ser verificada analisando-se os dados dos censos agropecuários de 1975 e 1980. Estas publicações demonstram a expansão no crédito rural na região Sudoeste do Paraná, passando de 4.672 produtores rurais em 1975 para 20.846 produtores rurais atendidos pelo crédito rural em 1980.

Além do censo agropecuário, os dados presentes nos relatórios de atividades de cooperativa<sup>15</sup> demonstram a evolução global do crédito repassado pela COASUL aos seus associados. Foram 741 planos (contratos de crédito) em 1977, 1.112 em 1978, 1.472 em 1979 e 1.747 planos em 1980. De acordo com Brum (1988), a fim de tornar o crédito mais acessível aos produtores, foi instalado nas cooperativas um setor de repasse de financiamentos do Banco do Brasil, efetivando financiamentos aos associados.

Até o começo da década de 1970 o Sudoeste do Paraná não era uma região com vasta utilização de serviços bancários. Na agência do Banco do Brasil de Francisco Beltrão, que atendia 18 municípios, apenas 5% dos produtores rurais recorreriam a esse serviço. Os baixos índices de utilização do crédito rural estavam relacionados à falta de agências bancárias, à extrema burocracia, à inexistência entre os agricultores de título definitivo de posse da terra, à caracterização da agricultura praticada na região e ao fato dos comerciantes regionais financiarem as poucas necessidades do mundo rural (CORRÊA, 1970).

---

<sup>15</sup> O relatório de atividades do ano de 1981 traz alguns dados de anos anteriores, por isso mesmo, não dispondo dos relatórios de 1977, 1978, 1979 e 1980, têm-se alguns dados sobre esses anos.



Contudo, por via da cooperativa o crédito agrícola tornou-se mais acessível, dada a proximidade com o agricultor associado. Na COASUL o plano de repasse foi iniciado por não existir agência do Banco do Brasil próxima a São João, forçando os agricultores a deslocarem-se até à agência mais próxima, localizada em Pato Branco. Como não havia estradas asfaltadas nesse trajeto, fato que dificultava o deslocamento, a COASUL firmou convênio com o Banco do Brasil para o financiamento através de repasse (COLET, 2003).

Esta reprodução do capital financeiro na agricultura impulsionou o progresso tecnológico e auxiliou na transformação da base produtiva de São João e demais municípios da região, viabilizando a aquisição de insumos modernos e forjando as condições para a decomposição do Complexo Rural em São João e no Sudoeste do Paraná como um todo. Esse processo levou o produtor a ir ao mercado até mesmo para adquirir os insumos e equipamentos básicos à produção. Assim, o mercado e a divisão social do trabalho, deixam de ser algo externo e passam a fazer parte da própria composição da produção e da vida do agricultor.

A próxima tabela evidencia o aumento da receita gerada pela distribuição de insumos na COASUL entre 1979 e 1985. No ano de 1979 o valor total arrecadado com a venda de insumos foi de R\$ 15.526.896, passando para R\$ 20.320.227 em 1981, R\$ 27.708.586 em 1983 e R\$ 35.868.149 em 1985, o que representa um aumento de R\$ 20.341.253 em apenas seis anos.

**Tabela 09 - Receita Gerada pela Distribuição de Insumos na COASUL entre 1979 e 1985 - Valores em Reais**

<b>INSUMOS</b>	<b>1979</b>	<b>1981</b>	<b>1983</b>	<b>1985</b>
<b>Fertilizantes</b>	6.605.317	7.144.610	6.599.393	10.201.541
<b>Sementes</b>	4.817.996	5.826.618	7.645.887	7.825.839
<b>Defensivos</b>	2.782.480	3.813.813	5.752.818	5.986.708
<b>Rações</b>	543.967	2.285.253	5.946.473	7.120.924
<b>Corretivos</b>	341.922	428.106	-	-
<b>Outros**</b>	435.174	821.827	1.764.015	4.733.137
<b>TOTAL</b>	<b>15.526.896</b>	<b>20.320.227</b>	<b>27.708.586</b>	<b>35.868.149</b>

Fonte: Relatório de atividades da COASUL, diversos anos. Valores corrigidos pelo IGP-DI.

\*\*Inclui ferramentas, implementos agrícolas e outras receitas com insumos.

A estrutura arcaica pré-capitalista foi paulatinamente se dissolvendo, junto com a figura do camponês, ao passo que os produtores foram se incorporando à lógica da produção capitalista da agricultura. Conforme aponta Gonçalves (2005), com as

mudanças estruturais da agricultura brasileira, ensejadas durante o século XX, é preciso ter claro que isso representou a irradiação por todo espaço produtivo setorial, da lógica da reprodução ampliada do capital lastreada na ação tipicamente capitalista de aplicar dinheiro (D) na produção de mercadorias (M) com o objetivo de obter mais dinheiro (D') (GONÇALVES, 2005, p. 8).

O apoio da ACARPA na área da educação cooperativista intensificou a relação dos agricultores com os interesses da cooperativa e, por consequência, com os interesses do Estado. Paulatinamente os agricultores foram transferindo a confiança que depositavam no comerciante local para a cooperativa, que foi ampliando seu quadro social. Em 1971 eram 500 associados, em 1977 eram 1.269, passando para 1.439 em 1978, 1.515 em 1979, 1.895 em 1980 e 2.160 em 1981. Em dez anos a COASUL conquistou 1.660 novos associados para seu quadro social, uma elevação superior a 300% (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COASUL, diversos anos).

A diversificada agricultura de subsistência foi dando lugar a uma agricultura voltada para o mercado. Um dos desdobramentos desse processo pode ser percebido na importância que a soja e o milho passaram ter no quadro de recebimentos de produtos da COASUL, tornando-se dois dos cultivos mais promissores. Os relatórios de atividades da cooperativa indicam que em 1981 a soja e o milho representavam 75% do total de produtos recebidos pela COASUL.

Tanto isso é verdade, que a OCEPAR, juntamente com as cooperativas paranaenses, criou um centro de pesquisas (1972) para o desenvolvimento tecnológico agropecuário de interesse destas últimas, encarregando-se da busca por novas tecnologias e o aumento da produtividade. Este centro de pesquisa desenvolveu programas que culminaram no direcionamento do plantio para novos cultivos, como por exemplo, a soja. Por decisão das cooperativas paranaenses o centro de pesquisas aderiu personalidade jurídica própria em 1995, quando passou a se chamar Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola - COODETEC, localizada em Cascavel - PR (COLET, 2003).

Isso ocorreu paralelamente a uma lógica nacional de produção monocultora de soja, um dos principais marcos da modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná, uma vez que a exploração da madeira já havia limpado o solo, permitindo a manutenção desta cultura. A primeira exportação da COASUL foi em conjunto com as cooperativas integrantes do PIC e o produto exportado foi a soja.

Apesar do crescimento ao longo dos anos 1970 e 1980, as mudanças na economia nacional, reflexo do emparelhamento recessivo do ciclo longo e do ciclo curto

ao longo dos anos 1980 e principalmente na década de 1990, refletiram negativamente sobre a cooperativa em estudo. Neste novo cenário, o processo de crescimento da COASUL foi freado.

Para Delgado (1985), a partir de 1978 o Estado começou a se desvencilhar da política de financiamentos, elevando as taxas de juros, reduzindo subsídios financeiros e apontando crescentemente para o sistema de crédito privado e para as condições gerais do mercado financeiro, como nova forma de inserção da clientela agropecuária. Essa tendência que se acentua particularmente a partir de 1983, com a interferência do FMI sobre a política econômico financeira é, possivelmente, o momento de maior embaraço e crise do projeto de modernização conservadora, sob a égide financeira estatal. Conforme Mamigonian (1987), no início dos anos oitenta, o ciclo médio entrou em uma fase descendente, somando-se ao ciclo longo que estava em fase recessiva desde 1973, conduzindo a economia brasileira a uma profunda crise econômica.

As dificuldades de obtenção de crédito nos anos 1990 levaram a COASUL a lançar em 1993 um programa de troca e repasse de insumos aos produtores associados, investindo nele um valor de US\$ 6.703.159,00 (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1993). Durante entrevista realizada com Jacir Scalvi, o diretor vice-presidente da COASUL esclareceu sobre o funcionamento do programa. Eis o seu esclarecimento:

Nos anos 1990 quem mais sentiu foi o associado, o produtor, com o corte do crédito para fazer o plantio. As cooperativas até conseguiam crédito com as instituições financeiras ou mesmo com as multinacionais. Foi neste contexto que surgiu o chamado troca - troca: a cooperativa pegava os produtos das multinacionais, os insumos, e repassava para o produtor fazendo um sistema de troca. Montava-se um pacote com os insumos necessários para o plantio e depois da safra o produtor entregava o valor correspondente em sacos de soja para a cooperativa. Foi um meio para que a cooperativa conseguisse ajudar o produtor e o produtor também conseguisse plantar nesses anos de pouco recursos para o crédito rural (JACIR SCALVI, 2013).

Somado ao quadro de política agrícola desfavorável, outros fatores contribuíram para o agravamento da situação financeira dos associados e da COASUL, como a diminuição no preço da soja no mercado mundial, a abertura econômica, os planos de estabilização da econômica e as frustrações de safra ocorridas em 1992 e 1993. A conciliação desses fatores levou muitos associados a uma situação de inadimplência junto à cooperativa, dificultando o seu desenvolvimento, esclareceu Jacir Scalvi ainda durante a entrevista.

O reflexo destas dificuldades caracterizaram o fraco desempenho da cooperativa ao longo dos anos 1990. As próximas tabelas demonstram essa dinâmica da COASUL que pouco ampliou sua capacidade armazenadora e teve significativa queda na composição do quadro social, na medida em que os produtores vão perdendo a confiança na cooperativa.

**Tabela 10 - Evolução da Capacidade Armazenadora da COASUL nos Anos 1990 - Em Toneladas**

<b>1990</b>	<b>1992</b>	<b>1994</b>	<b>1996</b>	<b>1998</b>	<b>2000</b>
102.050	124.250	124.250	116.996	124.276	156.162

Fonte: Relatório de atividades da COASUL, diversos anos.

**Tabela 11 - Evolução do Quadro Social da COASUL nos Anos 1990**

<b>1990</b>	<b>1992</b>	<b>1994</b>	<b>1996</b>	<b>1998</b>	<b>2000</b>
3.034	2.938	2.716	2.647	2.260	2.357

Fonte: Relatório de atividades da COASUL, diversos anos.

**Tabela 12 - Evolução da Recepção de Grãos da COASUL nos Anos 1990 - Em Sacas**

<b>1990</b>	<b>1992</b>	<b>1994</b>	<b>1996</b>	<b>1998</b>	<b>2000</b>
2.025.606	1.872.306	2.267.037	2.394.244	2.254.074	3.009.201

Fonte: Relatório de atividades da COASUL, diversos anos.

Como as tabelas demonstram a crise na COASUL só começou a ser contornada no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando a cooperativa foi contemplada com recursos no âmbito do RECOOP. Foi liberado pelo programa um valor de R\$ 16,3 milhões, distribuídos dentro da cooperativa da seguinte maneira: R\$ 5,1 milhões para refinanciamento de quotas partes, R\$ 4,2 milhões em recebíveis de cooperados (financiamento das dívidas dos cooperados) e R\$ 7 milhões para novos investimentos e capital de giro (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COASUL, 2000).

As representações políticas do cooperativismo, no caso do Paraná a OCEPAR, começaram a pressionar o governo para criar mecanismos de alongamento da dívida dos produtores através das cooperativas. Criou-se com isso o RECOOP, um programa que favorecia tanto o produtor em débito, alongando sua dívida junto à cooperativa por até 15 anos, como a própria cooperativa, sob a forma de capital de giro e para investimento. A partir disso, a COASUL conseguiu se expandir horizontalmente para os municípios de Renascença (1999), Rio Bonito do Iguazu (2000), Itapejara D'Oeste (2000), Saudade

do Iguazu (1999), Bom Sucesso do Sul (2000), Francisco Beltrão (2000), Marmeleiro (2004) e Porto Barreiro (2002) (JACIR SCALVI, 2013).

Pode-se, diante do que até aqui foi exposto, asseverar que, o desenvolvimento da COASUL foi ampla e diretamente determinado pela dinâmica dos ciclos econômicos. Os incentivos do estado, ora fartos ora insuficientes, levavam-na ora para crescimento ora para a crise. Como será verificado no próximo item, a melhoria na economia do Brasil após os anos 2000 conduziram a uma reaproximação do Estado ao setor cooperativo. Consequentemente, a COASUL foi favorecida, passando por uma fase de grande expansão.

### **3.3 COASUL: Crescimento e capitalização do período recente**

Neste novo item desta pesquisa, priorizou-se analisar o desenvolvimento recente da COASUL, tendo como recorte temporal o período compreendido entre os anos 2000 e 2012. Esta periodização justifica-se, pois, o recente ciclo endógeno da economia brasileira voltou a favorecer o ramo agropecuário do cooperativismo e com isso a COASUL passou por uma fase expansiva, caracterizada por um processo de expansão tanto horizontal, quanto vertical.

O 4º ciclo de Kondratieff vem se demonstrando atípico em relação aos ciclos anteriores. Primeiramente por ser mais longo, estando sua fase “b” ativa desde 1973, (devido as políticas anticíclicas, que atenuaram seus efeitos, porém, estenderam sua duração). Em segundo lugar, porque vem apresentando crescimento do mercado mundial. Conforme Mamigonian (1999), o período depressivo atual, iniciado em 1973, caracteriza-se pelo não fechamento abrupto do mercado americano, diferente da queda no comércio mundial nos anos de 1930. Isso significou a ampliação das trocas internacionais e a chance para a exportação dos mais competitivos, Japão e Alemanha, nos anos oitenta e noventa e China e Leste Asiático, nos anos mais recentes.

Apesar de se estar sob a égide de uma fase recessiva do ciclo longo, a economia brasileira vivenciou na primeira década dos anos 2000 uma fase ascendente do ciclo breve, condicionada por políticas de incentivo os setores produtivos, ao aumento na renda, das exportações e do mercado interno.

Neste contexto, abriu-se uma nova fase do cooperativismo agropecuário. Diferentemente do que foi na década de 1990, na década de 2000 o cooperativismo

agropecuário apresentou grande expansão. Prova disso é o aumento no número de associados das cooperativas, no número de empregados das cooperativas e no surgimento de novas cooperativas agropecuárias no Brasil. Em 2000 eram 1.411 cooperativas agropecuárias, em 2011 eram 1.523. No que tange ao número de empregados, eram 108.233 em 2000 e 155.896 em 2011. O número de associados passou de 831.654 em 2000 para 969.541 em 2011 (PADILHA, 2014).

Ainda segundo Padilha (2014), dentre os fatores que contribuíram para a retomada do crescimento do setor cooperativo destaca-se a melhoria nas condições políticas (expansão na oferta de crédito, juros com taxas abaixo do mercado e isenções tributárias e fiscais) tanto para a agricultura, como para os setores interligados. Prova disso foi o aumento no volume de recursos aplicados na agricultura via SNCR, que passou de R\$ 31 bilhões em 2000 para R\$ 82 bilhões em 2010. Para as cooperativas, o valor aumentou de R\$ 3 bilhões em 2000 para R\$ 11,3 bilhões em 2010. Além disso, outros fatores que contribuíram para a retomada do crescimento do cooperativismo agropecuário foram a evolução do mercado interno e das exportações, intensificando as vendas das cooperativas e o aumento do seu faturamento.

Diante disto, a COASUL, como parte integrante do cooperativismo agropecuário brasileiro, também foi favorecida. Um dos indicadores que corrobora com esta afirmação é o aumento no número de associados, conforme a próxima tabela evidencia.

**Tabela 13- Evolução do Quadro Social da COASUL nos Últimos Doze Anos**

<b>Ano</b>	<b>Número de sócios</b>
2000	2.357
2001	2.614
2002	2.638
2002	2.768
2004	3.084
2005	3.337
2006	3.334
2007	3.558
2008	3.693
2009	3.843
2012	4.613
2011	5.178
2012	5.578

Fonte: Relatório de atividades da COASUL, diversos anos.

No ano 2000, o número de sócios da COASUL era de 2.357, passando para 5.578 em 2012. Ou seja, 3.221 sócios a mais em 12 anos, o que representou uma elevação de 137%. A COASUL é atualmente a cooperativa agropecuária com maior número de associados no Sudoeste do Paraná.

Esses associados são, majoritariamente, pequenos produtores rurais. Atualmente 78% dos associados da COASUL são pronafeanos e os 22% restantes estão divididos entre médios e grandes produtores, para o padrão regional.

Com base nos estudos de Gonçalves (1987), tem-se que as cooperativas são uma importante alternativa para a centralização do capital, organizando-o para reproduzi-lo. Trata-se, portanto, de incorporar o produtor rural à lógica do capital oligopolista, conseguindo concorrer com os grandes capitais instalados na agricultura.

Ivete Hack, importante funcionária da COASUL, aclarou, durante entrevista, quais os benefícios da cooperativa em ter 78% de associados pronafeanos. Eis a sua explanação:

Se a cooperativa tiver acima de 70% de sócios pronafeanos e receber 55% da produção de pronafeanos consegue-se linhas de crédito com juros menores, tanto para investimento, quanto para capital de giro. Porém, essa porcentagem tem que ser feita de unidade por unidade e não são em todas elas que conseguimos. Ou seja, para pleitear esse financiamento não é a cooperativa num geral, mas suas unidades. Por exemplo, Bom Sucesso do Sul onde os produtores são maiores não se enquadram para financiamentos via PRONAF. Já Rio Bonito do Iguaçu é uma região de pequenos produtores que se enquadram sem problemas (IVETE HACK, 2013).

Outro benefício para a COASUL (por ter 78% de associados pronafeanos) é a participação no PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel<sup>16</sup>. O Governo Federal repassa para a cooperativa um adicional no valor de cada saca de soja comercializada através do PNPB. Desse valor, uma parte é destinada à assistência técnica da propriedade familiar e outra ao agricultor. Ivete Hack também esclareceu sobre o funcionamento do PNPB na COASUL, como a seguir reverbera:

---

<sup>16</sup> É um programa interministerial do Governo Federal, criado em 2004, que objetiva a implantação da produção e uso do biodiesel (MDA, site).

Tem uma ação do Governo Federal onde tendo o PRONAF<sup>17</sup> faz-se um convênio com o Ministério para vender soja biodiesel para empresas que produzem o biodiesel e elas te renumeram por isso um valor maior que você repassa para o produtor. A comercialização nesse caso é feita pela cooperativa. Essas empresas têm isenção de certos impostos porque utilizam soja da agricultura familiar. Os produtores vendem para a cooperativa que vende para essas empresas e elas pagam um valor a mais para a cooperativa. Nossa área comercial esta negociando em torno de R\$ 2,20 a mais em saca. Desse valor a cooperativa passa R\$ 1,50 para o produtor e fica com R\$ 0,70. Para isso, a cooperativa tem que assumir o compromisso com a área técnica de fazer três vistorias nesse produtor da agricultura familiar. Já é um meio onde o governo quer auxiliar na assistência técnica desse pequeno produtor, uma vez que não pode cobrar projeto. Em termos de valores comercializados em 2012 tínhamos contratado cerca de 2.200.000 sacas, mas como deu uma estiagem e quebra na produção não conseguimos receber essa quantidade da agricultura familiar, sendo recebido 2 milhões de sacas aproximadamente (IVETE HACK, 2013).

Outro indicador que evidencia a fase expansiva da COASUL nos últimos doze anos é a evolução do faturamento da cooperativa. No ano 2000 o faturamento bruto da COASUL correspondeu a R\$ 80.891 milhões passando para R\$ 659.170 milhões em 2012, uma evolução de 715% em doze anos. Atinem-se os dados da tabela.

**Tabela 14 - Evolução do Faturamento Bruto da COASUL nos Últimos Doze Anos - Em Milhões de Reais**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2000	80.891
2001	99.553
2002	156.827
2003	207.047
2004	256.250
2005	165.273
2006	167.237
2007	265.594
2008	352.269
2009	349.609
2010	364.717
2011	546.755
2012	659.170

Fonte: Relatório de atividades da COASUL, diversos anos.

<sup>17</sup> A cooperativa precisa ter o DAP- Declaração de Aptidão ao PRONAF, comprovando que mais de 70% dos associados são pequenos produtores rurais.



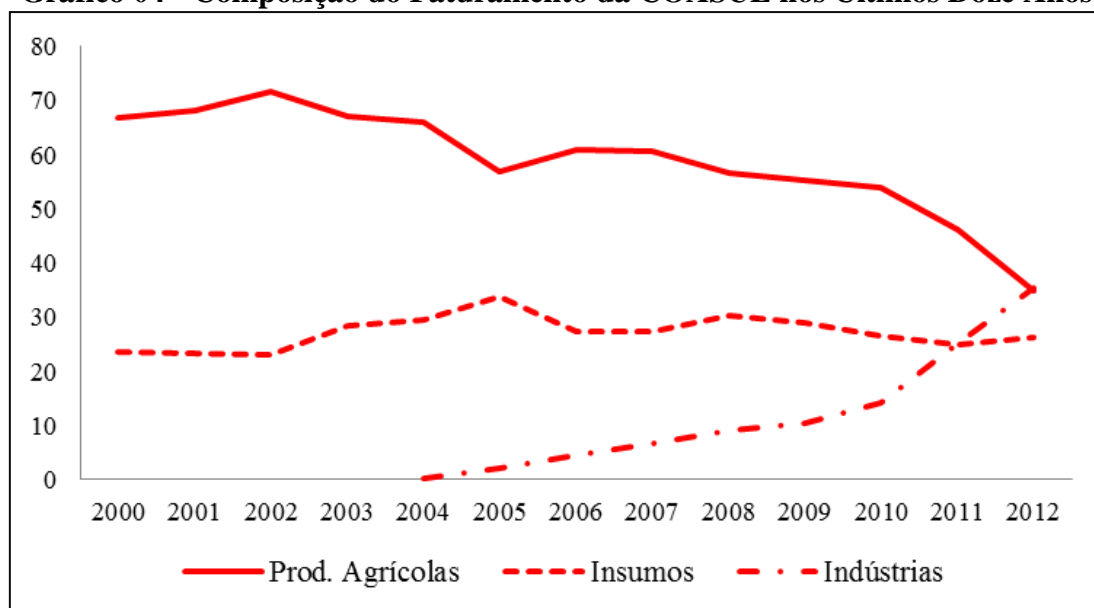
Grande parte do faturamento da COASUL provém da comercialização de grãos, seguida da venda de insumos, da indústria e dos supermercados. Os principais grãos comercializados são a soja, o milho e o trigo.

No ano 2000 foram R\$ 54 milhões arrecadados com a comercialização de grãos, de um total geral de R\$ 80.891 milhões arrecadados pela cooperativa neste ano. Em 2012 foram R\$ 229.782 milhões arrecadados com a comercialização de grãos, de um total geral de R\$ 659.170 milhões arrecadados no ano (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2000/2012).

Apesar da comercialização de grãos ainda ser bastante relevante, vem ocorrendo na COASUL uma migração do faturamento para outras atividades, como a industrial. Isso ocorreu após a instalação da unidade industrial de aves e das duas fábricas de rações. De acordo com o Relatório de Atividades (2012) no ano de 2012 o faturamento da unidade industrial de aves correspondeu a R\$ 174.183 milhões e com a fabricação de rações o faturamento atingiu R\$ 59.792 milhões no mesmo ano.

A venda de insumos é outro elemento que compõe o faturamento da cooperativa em estudo. No ano 2000 a receita gerada pela venda de insumos foi de R\$ 19 milhões e em 2012 foi de R\$ 173.131 milhões, a maior da história da COASUL até hoje (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2000/2012).

**Gráfico 04 - Composição do Faturamento da COASUL nos Últimos Doze Anos**



Fonte: Padilha (2014).

Outro indicador que corrobora com essa análise é a evolução do resultado operacional líquido da COASUL nos últimos doze anos. Esse resultado representa os lucros que a cooperativa obteve durante o ano. Contudo, do ponto de vista do cooperativismo não existem lucros (por questões doutrinárias e de legislação) e sim sobras do exercício. O destino das sobras é determinado pelos associados durante a Assembleia Geral.

O resultado operacional líquido da COASUL no ano 2000 foi de R\$ 1.502.126, passando para R\$ 12.755.344 em 2012. A soma dos resultados operacionais líquidos dos últimos doze anos correspondeu a R\$ 56,5 milhões. Atente-se para os dados da tabela.

**Tabela 15- Evolução do Resultado Operacional Líquido da COASUL nos Últimos Doze Anos**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2000	1.502.126
2001	1.693.602
2002	7.894.359
2003	7.608.520
2004	8.043.289
2005	<b>590.241</b>
2006	1.394.236
2007	2.835.904
2008	360.562
2009	6.113.259
2010	5.348.856
2011	<b>368.369</b>
2012	12.755.344

Fonte: Relatório de atividades da COASUL, diversos anos.

Na soma dos doze anos (2000 a 2012) o resultado operacional foi bastante favorável. Todavia, nos anos 2005 e 2011 os resultados líquidos do exercício não foram significativos. Isto se deve às variações do mercado que alterou os preços dos produtos agrícolas e também devido à variação no volume de produtos recebidos e à variação nos preços dos insumos.

Em 2005, por exemplo, a longa estiagem causou quebra de safra e com isso a COASUL recebeu menos produto. Tanto isso é verdade que em 2004 foram 5.192.487 sacas recebidas e em 2005 foram 4.047.496 sacas recebidas, o que representa uma diminuição de 1.144.991 sacas. Além disso, a variação de preço de alguns insumos usados no cultivo da soja e do milho contribuiu para o fraco resultado operacional de

2005. A baixa cotação do dólar fez o preço dos insumos cair, diminuindo com isso o resultado das vendas em reais para a cooperativa. A média da cotação do dólar em 2004 foi de R\$ 2,92 e em 2005 foi de R\$ 2,43 (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COASUL, 2005).

Além disso, no ano de 2005 a COASUL teve dificuldades de comercialização da soja pelo porto de Paranaguá, devido às proibições do governo Roberto Requião em relação à soja transgênica. Nesse período 90% da soja comercializada pela COASUL ficou no mercado interno.

Os preços da tonelada de soja caíram de US\$ 226 em 2004 para US\$ 199 em 2005 (-11,7%). Por consequência, houve a queda na rentabilidade da cooperativa, pois a soja é o principal produto por ela comercializado. Já em 2007 o preço dos principais grãos comercializados pela cooperativa cresceu: a soja (ton.) aumentou 35% em 2007 (US\$ 260), o milho aumentou 42% em 2007 (US\$ 171) e o trigo aumentou em 45% em 2007 (US\$ 226), fazendo com que o resultado operacional da cooperativa melhorasse neste ano (PADILHA, 2014).

No que se refere à recepção de grãos, também notou-se importante evolução. O recebimento no ano 2000 foi de 2.911.551 sacas, passando para 6.101.073 sacas em 2012, o que representou uma evolução superior a 200% na recepção de grãos pela COASUL nos últimos doze anos. No total do período a recepção de grãos atingiu 69 milhões de sacas. É importante verificar-se a tabela.

**Tabela 16 - Evolução da Recepção de Grãos na COASUL nos Últimos Doze Anos - Em Sacas**

<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>
2000	2.911.551
2001	4.338.829
2002	3.931.221
2003	5.488.493
2004	5.192.487
2005	4.047.496
2006	3.866.666
2007	6.243.400
2008	6.716.666
2009	5.720.048
2010	7.736.216
2011	7.187.000
2012	6.101.073

Fonte: Relatório de atividades da COASUL, diversos anos.

Esse aumento na recepção de grãos foi reflexo do aumento do quadro social e também da ampliação do fornecimento de insumos. O aumento no volume de insumos comercializados pela COASUL contribuiu para o progresso da modernização da agricultura na região, aumentando a produtividade das propriedades rurais. Isto por seu turno resultou no aumento da recepção de produtos na cooperativa.

Na medida em que a recepção de grãos vai aumentando a cooperativa se obriga a ampliar sua capacidade de armazenagem dos produtos. Os investimentos no aumento da capacidade de recebimento e armazenagem vêm sendo constantes na COASUL nos últimos doze anos. A tabela 17 demonstra essa dinâmica.

**Tabela 17 - Evolução da Capacidade Armazenadora da COASUL nos Últimos Doze Anos - Em Toneladas**

<b>Ano</b>	<b>Capacidade</b>
2000	156.162
2001	156.162
2002	163.924
2003	207.424
2004	240.000
2005	244.494
2006	288.000
2007	288.000
2008	305.700
2009	311.700
2010	330.300
2011	338.190
2012	338.190

Fonte: Relatório de atividades da COASUL, diversos anos.

No ano 2000 a capacidade armazenadora da COASUL era de 156.162 toneladas, passando para 338.190 toneladas em 2012, o que representou um aumento na capacidade armazenadora de 182.028 toneladas, ou 116%.

Boa parte dessas estruturas de armazenagem a COASUL foi adquirindo de empresas falidas. Por exemplo: Porto Barreiro a COASUL comprou da Soja Mil, Bom Sucesso do Sul dos Irmãos Munaretto Ltda, Francisco Beltrão comprou as estruturas de uma falida fábrica de féculas de mandioca. Verê, Sede Progresso (que é distrito de Verê), Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu foram compradas da CAMDUL. Em Dois Vizinhos as estruturas de armazenagem eram alugadas da CAMDUL, mas em 2011 a COASUL construiu uma unidade própria, desocupando a massa falida da CAMDUL. A unidade de Itapejara

D'Oeste é alugada até hoje da CAPEG, cooperativa falida de Pato Branco. Não se deterá muito a essa explanação neste momento. Essa parte será mais bem detalhada no próximo item deste capítulo.

Finalizando esta etapa da pesquisa, destaca-se a evolução do ativo total da COASUL nos últimos doze anos, outro indicador que contribui com a presente análise do crescimento da cooperativa no pós 2000.

De acordo com Ludícibus (2008), o ativo total representa o patrimônio total da cooperativa, envolvendo bens, créditos e direitos da empresa. Ele é composto pelo ativo circulante, valor que a empresa receberá no prazo de um ano, pelo ativo de longo prazo que corresponde ao capital que a cooperativa deve receber no longo prazo (mais que um ano); geralmente é o investimento em outros negócios ou sociedades e o ativo imobilizado, que são os bens de capital, máquinas, equipamentos, prédios, automóveis etc.

O ativo total da COASUL correspondia a R\$ 57.455.000 no ano 2000, passando para R\$ 505.046.000 em 2012, o que representou um aumento de R\$ 447.591.000 em doze anos, ou 780% de aumento em seu patrimônio. Observem a tabela:

**Tabela 18 - Evolução do Ativo Total da COASUL nos Últimos Doze Anos - Em Milhões de Reais**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2000	57.455
2001	69.029
2002	100.543
2003	130.909
2004	146.594
2005	147.231
2006	158.610
2007	159.919
2008	267.539
2009	319.167
2010	407.280
2011	472.898
2012	505.046

Fonte: Relatório de atividades da COASUL, diversos anos.

Com base nos dados apresentados, evidencia-se a expansão da COASUL em período recente, sendo este um processo condicionado pelas transformações políticas e econômicas ocorridas no Brasil na última década. Doravante abrir-se-á um novo item

demonstrando como a COASUL aumentou sua área de atuação e diversificou suas atividades ao longo dos anos.

### **3.4 Dinâmica espacial da COASUL ao longo dos anos**

Nesta última ala de nosso trabalho, buscar-se-á analisar a dinâmica espacial da COASUL, desde a fundação até o período recente. Trata-se, portanto, de descrever como a cooperativa expandiu e diversificou suas atividades pelos municípios do Sudoeste e Centro Sul do Paraná, bem como para o Oeste Catarinense.

Inicialmente as atividades da COASUL restringiam-se ao município São João. Com o passar dos anos a cooperativa foi ampliando sua área de atuação, abrindo novos entrepostos em Chopinzinho (1975) e São Jorge D'Oeste (1976). Mesmo com a abertura dos novos entrepostos, as atividades desenvolvidas pela cooperativa limitavam-se ao recebimento, armazenagem e comercialização da produção agrícola e ao fornecimento de insumos ao quadro social.

No ano de 1979, com vistas na diversificação das atividades, a COASUL entrou para o ramo da suinocultura<sup>18</sup>. Neste mesmo ano, seguindo com a diversificação, iniciou a construção de um supermercado em São João, inaugurado no ano de 1981.

No ano de 1982 iniciou a instalação de um supermercado na cidade de São Jorge D'Oeste. Ainda em 1982, montou estrutura para a compra de suínos no município de Chopinzinho e no município de Sulina, abrindo um novo entreposto neste último município citado (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1982).

Com os incentivos para a diversificação e crescimento das empresas e ao mesmo tempo com a crise dos preços internacionais da soja, que foi de US\$ 1000 a tonelada em 1973 para US\$ 214 em 1982, as cooperativas começaram a diversificar suas atividades, buscando alternativas para geração de renda, tanto para si, como para os cooperados (IPARDES, 1974).

Em 1983, a COASUL adquiriu uma área para a construção de um novo entreposto e supermercado em Chopinzinho, na comunidade do Mato Branco, inaugurados em 1984. A capacidade para armazenagem era de 140.000 sacas de cereais diversos (RELATORIO DE ATIVIDADES DA COASUL, 1984).

---

<sup>18</sup> Por adversidades de mercado a COASUL não opera mais no ramo da suinocultura.

Em 1984 abriu um novo entreposto, com capacidade de armazenagem de 25.000 sacas, no distrito de Nova Lourdes, município de São João, local que também recebeu um supermercado. Em 1985 ocorreu a construção do supermercado de Sede Sulina e no ano de 1988 iniciou-se a construção de prédio para supermercado em Chopinzinho (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COASUL, 1985).

A análise dos relatórios de atividades da COASUL evidencia que, de modo geral, as realizações da cooperativa até o ano de 1985 foram bastante consideráveis. Contudo, na década de 1990, especialmente nos anos de 1990, 1991, 1992, 1995, 1996 e 1997, os relatórios de atividades não apresentam realizações expressivas. Foram apenas aquisições de carros, motos, reformas e reparos gerais. O ano de 1993<sup>19</sup> se diferiu dos demais, pois, registrou a construção do Laticínio COASUL, inaugurado em 1994.

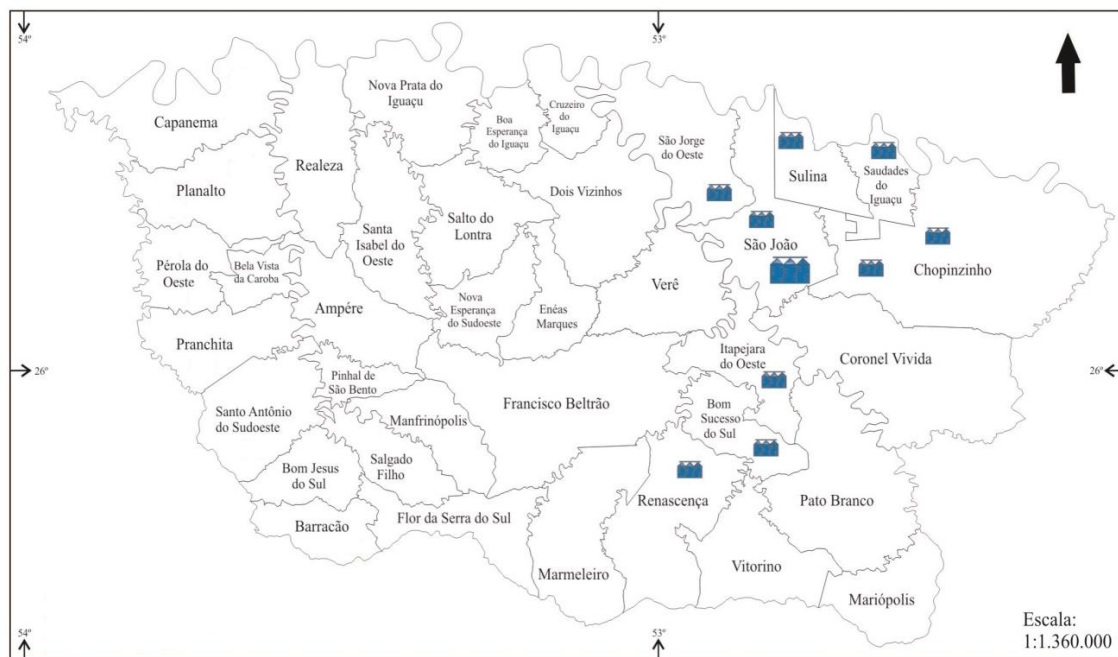
Esta situação começou a ser contornada em 1998, quando a COASUL adequou seu estatuto social conforme as exigências do RECOOP, sendo beneficiada com o recurso no ano 2000.

Assim, a COASUL chegou ao início dos anos 2000 tendo entrepostos espalhados por oito municípios, sendo: São João (uma unidade na cidade e uma no distrito de Nova Lourdes), Sulina, Saudade do Iguaçu, Chopinzinho (sendo uma unidade na cidade e a outra na comunidade de Mato Branco), São Jorge D'Oeste, Itapejara D'Oeste, Renascença e Bom Sucesso do Sul.

---

<sup>19</sup> Atualmente o Laticínio COASUL está alugado para a FRIMESA. Segundo Jacir Scalvi (2013), a COASUL não se manteve neste mercado pois trabalha totalmente legalizada, não conseguíamos competir com laticínios particulares que trabalham com “meia nota”.

### Mapa 03- Distribuição das Unidades de Armazenamento da COASUL no Início de 2000



Fonte: Adaptado pela autora a partir de Padilha (2014).

A partir do RECOOP, a COASUL conseguiu se expandir horizontalmente para os municípios de Renascerça (1999), Rio Bonito do Iguaçu (2000), Itapejara D'Oeste (2000), Saudade do Iguaçu (1999), Bom Sucesso do Sul (2000), Francisco Beltrão (2000), Marmeleiro (2004) e Porto Barreiro (2002). Em boa parte destes municípios a COASUL primeiramente alugou estruturas antigas e depois as comprou ou construiu estruturas novas.

A distribuição dos entrepostos da cooperativa em estudo segue um critério, conforme exposto por Jacir Scalvi:

Fazemos um estudo de viabilidade. Primeiro abrimos uma loja de insumos<sup>20</sup> para conhecermos a região e os produtores. Com isso o produtor começa conhecer a COASUL. Trabalhamos um ano ou dois e construímos uma unidade de recebimento da produção ou compramos uma unidade já em funcionamento (JACIR SCALVI, 2013).

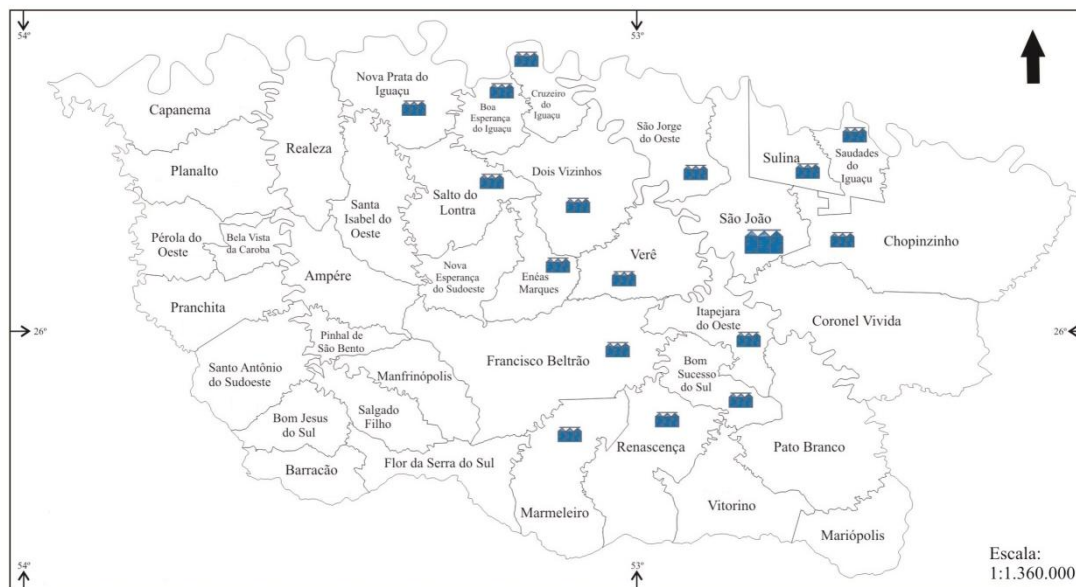
Com base neste critério a COASUL chegou a 2012 com as seguintes unidades espalhadas pelo Sudoeste: São João, São Jorge do Oeste, Sulina, Chopinzinho, Renascerça, Itapejara D'Oeste, Saudade do Iguaçu, Bom Sucesso do Sul, Francisco

<sup>20</sup> No ano de 2001 a COASUL implantou loja de insumos em Rio Bonito do Iguaçu e Francisco Beltrão.



Beltrão, Marmeleiro, Dois Vizinhos, Verê, Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu e Enéas Marques.

**Mapa 04 - Distribuição das Unidades de Armazenamento da COASUL no Sudoeste do Paraná no Ano de 2012**



Fonte: Adaptado pela autora a partir de Padilha (2014).

Além destas unidades no Sudoeste do Paraná, a COASUL conta também com unidades em Porto Barreiro (Centro Sul do Paraná), Rio Bonito do Iguaçu (Centro Sul do Paraná) e Palma Sola (Oeste de Santa Catarina).

A única unidade da COASUL que não possui infraestrutura para armazenagem é Palma Sola, que conta só com uma loja de insumos. Porém essa loja tem uma função estratégica, conforme explica Ivete Hack:

Planejamento tributário. Uma questão para debitar a venda de ração, uma questão de tributação. Temos um mercado bom em SC e utilizamos essa unidade para baratear o preço para o produtor. Se nós formos vender direto daqui para SC insere-se uma tributação diferente e fica alto para o produtor, então o mercado não fica competitivo. Então transferimos para a unidade de lá e efetuamos a venda (IVETE HACK, 2013).

Entre Sudoeste do Paraná, Centro Sul do Paraná e Oeste Catarinense, a COASUL está presente em 20 municípios, conforme a próxima figura demonstra:

**Figura 03 - Área de Atuação da COASUL em 2012**



Fonte: Assessoria de marketing da COASUL.

A estabilização financeira possibilitou a ampliação dos investimentos. Em 2003 a COASUL iniciou seu processo de agroindustrialização com a construção da primeira fábrica de rações, localizada em São João. As obras foram concluídas em 2004 e resultaram em uma fábrica com capacidade para a industrialização de 9.000 toneladas/mês. Os recursos para a viabilização do projeto somaram R\$ 3,5 milhões e provieram do BRDE por meio do programa PRODECOOP (REVISTA COASUL EM FOCO, 2011).

**FOTO - 02 - Fábrica de Rações Um**

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A construção da segunda fábrica de rações, também localizada em São João, iniciou-se em 2008, com financiamento de R\$ 8,4 milhões, advindos do BRDE/PRODECOOP. As atividades da fábrica de rações dois são totalmente automatizadas, com capacidade para produzir 17 mil toneladas de ração/mês (REVISTA COASUL EM FOCO, 2011).

**Foto 03 - Fábrica de Ração Dois**

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Em 2007 ocorreu a mudança na razão social da COASUL, que deixou de se chamar Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda e passou a denominar-se COASUL - Cooperativa Agroindustrial. Decorreu deste processo a criação da nova marca da cooperativa, conforme a imagem demonstra.

**Figura 04 - Nova Marca da COASUL**

Fonte: Assessoria de marketing da COASUL.

Seguindo com o projeto de agroindustrialização a COASUL iniciou no ano de 2008 a terraplenagem e as obras no terreno que abrigaria um abatedouro de aves com 30.000m<sup>2</sup> de área construída, localizado em São João. Tratou-se de um investimento na ordem de R\$ 150 milhões de reais, sendo R\$ 70 milhões financiados pelo BRDE/PRODECOOP. Em 2010 a unidade industrial de aves iniciou suas atividades, com capacidade instalada para o abate de 160 mil aves/dia. Por hora, esta indústria está trabalhando com capacidade ociosa de 30 mil aves/dia (ASSESSORIA DE MARKETING DA COASUL, 2012).

Sobre o destino comercial dos frangos industrializados pela COASUL, trazemos a seguinte esclarecimento:

Estamos trabalhando com 32 países no total e os que mais se destacam são os da Ásia e do Oriente Médio. As exportações por hora estão em torno de 30% e a negociação é feita através de um agente comercial - *trading*. Cerca de 70% da carne fica no mercado interno, principalmente em grandes redes de supermercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (JACIR SCALVI, 2013).

**Foto 04 - Unidade Industrial de Aves**



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A unidade industrial lançou-se no mercado com a marca LeVida, conforme a próxima imagem ilustra.

**Figura 05 - Marca de Frangos LeVida**



Fonte: Assessoria de marketing da COASUL.

Para suprir a demanda da unidade industrial de aves a COASUL conta com duzentos aviários. O objetivo inicial da cooperativa era formar uma rede de aviários com as mais novas tecnologias disponíveis no mercado, contando inclusive com medidas padronizadas (150X16m ou 150X36m). O barracão seria totalmente em alvenaria e ferro, nebulização com alta pressão, ventilação com velocidade acima de 2,7 metros por segundo, quadro de comando para automação, arco de desinfecção, central de aquecimento e sistema de fornecimento de água e ração automáticos, cerca para isolamento do aviário, gerador de energia elétrica e sistema *Dark House* (REVISTA COASUL EM FOCO, 2011).

Contudo, o custo desta estrutura aproximar-se-ia de R\$ 1.000.000,00 por aviário, fato que inibiu muitos produtores a tornarem-se integrados da COASUL, obrigando a cooperativa a aceitar aviários antigos de integração com outras empresas, como por exemplo, Sadia e Seva.

O transporte da ração até os aviários é realizado por caminhões de quatro eixos e carga até 20 toneladas e o transporte das aves é realizado por carretas com capacidade para 675 caixas (REVISTA COASUL EM FOCO, 2011).

**Foto 05 - Modelo de Aviário de Integração COASUL**



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Os 45 anos de atuação da COASUL resultaram em uma cooperativa atua no recebimento, beneficiamento, armazenagem e comercialização de grãos, como: milho, feijão, triticale, centeio, trigo e especialmente soja. Comercializa insumos em geral, peças, ferramentas, máquinas e implementos. Presta assistência técnica aos seus associados. Possui três supermercados, distribuídos pela região, duas fábricas de rações localizadas em São João, sendo uma para diversos animais e uma especificamente para aves, bem como uma unidade industrial de aves (COASUL, site).



**Quadro 02- Síntese das Principais Realizações da COASUL ao Longo dos Anos**

<b>Ano</b>	<b>Principais Realizações</b>
1969	Fundação da COASUL em São João - PR.
1971	Assinatura de convênio com a ACARPA para a obtenção de assessoria em doutrinação e educação cooperativista. Oferta de novos serviços aos cooperados, como assistência técnica e agrônômica.
1975	Abertura de entreposto em Chopinzinho - PR.
1976	Abertura de entreposto em São Jorge D' Oeste - PR.
1982	Abertura de entreposto em Sulina - PR.
1983	Abertura de entreposto em Mato Branco – Chopinzinho - PR.
1984	Abertura de entreposto em Nova Lourdes – São João - PR.
1993	Construção de laticínio em São João - PR.
1999	Abertura de entreposto em Saudade do Iguaçu e Renascença- PR.
2000	Implantação de loja de insumos em Rio Bonito do Iguaçu e Francisco Beltrão - PR.
2002	Aquisição de unidade de armazenamento para Porto Barreiro e para Rio Bonito do Iguaçu - PR.
2003	Primeiros investimentos na fábrica de rações.
2004	Conclusão da primeira fábrica de rações em São João - PR.
2005	Abertura de entreposto em Bom Sucesso do Sul - PR.
2007	Mudança na razão social da COASUL que deixa de se chamar Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda. para se chamar COASUL - Cooperativa Agroindustrial. A COASUL aluga os entrepostos da CAMDUL em: Dois Vizinhos, Verê, Sede Progresso (Verê), Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu.

2008	Início da construção da segunda fábrica de rações (para aves) em São João - PR e abertura de loja de insumos em Palma Sola - SC e Enéas Marques - PR.
2009	Construção da unidade industrial de aves.
2010	Inauguração da unidade industrial de aves em São João - PR.

Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, que analisou a formação e expansão da COASUL - Cooperativa Agroindustrial, no período compreendido entre 1969 e 2012, tratou sua história como resultado de um amplo processo político e econômico, evidenciando com isso a realidade concreta, sem enaltecer os indivíduos.

Desta forma, considerou-se o desenvolvimento cooperativista e da COASUL como resultado de um processo mais geral, localizando-os dentro da dinâmica capitalista e das diversas e distintas políticas governamentais.

Entender o panorama político e econômico, nacional e mundial, foi fundamental para a construção deste trabalho de Geografia Econômica, na medida em que trouxe os subsídios necessários para situarmos a história da COASUL dentro da história do cooperativismo e da história política e econômica do país.

Assim, quando no primeiro capítulo tratamos sobre as origens e a evolução cooperativista em diferentes escalas (mundial, nacional, estadual e regional) estávamos fazendo um estudo da totalidade, para com isso compreender a realidade local em suas semelhanças e diferenças em relação aos processos mais amplos.

No segundo capítulo, onde apresentamos um panorama econômico e político do Brasil a partir dos anos 1950, trabalhamos na interface Estado/cooperativas, o que nos parece bastante importante, já que o Estado vem se mostrando relevante agente dinamizador no processo de surgimento e crescimento do setor cooperativo.

Partir da compreensão de que o desenvolvimento dentro do capitalismo é eminentemente cíclico e que o cooperativismo agropecuário, como parte da economia nacional, sofre a influência dos ciclos econômicos, sejam estes estruturais ou conjunturais, foi um elemento central desta pesquisa, pois permitiu que não caíssemos em análises retalhistas, como estudar a COASUL pela COASUL mesma, sem considerar os elementos externos a ela como condicionantes de sua formação e expansão.

Ademais, desdobram-se as seguintes considerações finais:

\*A COASUL surgiu em São João - Paraná em decorrência da precária infraestrutura do município para armazenagem e comercialização da produção agrícola local. A conjuntura política e econômica da década de 1970 conduziu - a COASUL para

o Projeto Iguaçu de Cooperativismo, fazendo dela uma cooperativa empresarial que auxiliou no processo de modernização da agricultura de São João e do Sudoeste do Paraná.

\*A crise econômica brasileira da década de 1990 afetou profundamente a COASUL, fazendo com que a cooperativa perdesse parte de seu quadro social e praticamente não aumentasse sua capacidade armazenadora.

\*Com o novo cenário político e econômico dos anos 2000 abriu - se uma fase expansiva para a COASUL, marcada por um crescimento tanto horizontal quanto vertical de sua estrutura, com a construção das duas fabricas de ração e da unidade industrial de aves, além da abertura de diversos entrepostos. Uma importante característica desta fase de crescimento é o cenário político e econômico brasileiro da última década, que favoreceu o ramo agropecuário do cooperativismo, principalmente pela boa oferta de crédito oficial.

\*O conjunto de dados apresentados ao longo do trabalho permitiu apontar que nos últimos doze anos a COASUL passou por uma fase expansiva, aumentando expressivamente o número de produtores associados, o volume de vendas, o volume de produtos recebidos, a capacidade de armazenagem, o faturamento bruto e o resultado operacional líquido, por exemplo.

\*Portanto, podemos dizer que a COASUL que teve sua trajetória permeada por diversas fases. A de meados de 1960 até 1970 relacionada a intensificação da modernização agrícola no Brasil e amplo florescimento de cooperativas tuteladas pelo Estado no escopo de difundir a modernização da agricultura. A de 1980 aos anos 2000 relaciona as dificuldades financeiras no contexto de crise econômica e de estrangulamento do crédito. A pós 2000 quando houve uma reaproximação com o Estado e novo processo de crescimento.

\*Sendo assim, podemos apontar que o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário e da COASUL está fortemente condicionado a dinâmica dos ciclos econômicos e ao modelo de acumulação de capital vigente no país. Portanto, as fases do

desenvolvimento cooperativista e da COASUL são um reflexo do desempenho da economia nacional, como se demonstrou ao longo do trabalho.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: O Sudoeste Paranaense**. 1981. Dissertação (Mestrado em Geografia) - USP, São Paulo, 1981. Disponível em: < <http://www.fea.usp.br/>>. Acesso em 01/2014.

ALVES, Adilson Francelino. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - UFSC, Florianópolis, 2008.

AS COOPERATIVAS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARANÁ. 3ª ed. Curitiba, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Brasília: BACEN, vários anos.

BANCO MUNDIAL. Banco de dados. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em setembro de 2013.

BELIK, Walter. **Agroindústria processadora e política agrícola**. 1992. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000049186>>. Acesso em 03/02/2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação**. Brasília: MAPA, 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo**. Brasília: Mapa/SDC/DENACOOOP, 2012.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE: histórico, situação atual e perspectivas**. Disponível em: <[http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos\\_e\\_publicacoes/As%20Cooperativas%20Agropecuarias%20e%20o%20BRDE.pdf](http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos_e_publicacoes/As%20Cooperativas%20Agropecuarias%20e%20o%20BRDE.pdf)>. Acesso em 04/2012.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Petrópolis/Ijuí: Vozes/FIDENE, 1988.

BULGARELLI, Waldírio. A nova legislação cooperativista brasileira. In: PINHO, Diva (coord.). **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Friedrich Naumann, 1974.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

COASUL – **Relatório de Atividades**, 1981 a 2012.

COASUL. Site. < <http://www.coasul.com.br>>. Acesso durante os anos de 2012 e 2013.

COASUL EM FOCO. Ano 2, nº 11, outubro/novembro de 2011.

COELHO, Carlos Nayro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**. Edição Especial, São Paulo, 2001. Disponível em: < [http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/rpa-anos-antecedentes-1/de-2000-a-2004/Rev\\_Pol\\_Agr\\_v10\\_n3-2001.PDF](http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/rpa-anos-antecedentes-1/de-2000-a-2004/Rev_Pol_Agr_v10_n3-2001.PDF)>. Acesso em 05/2013.

COLET, Ires Conte. **A cooperativa agropecuária Sudoeste – COASUL: Sua origem e seu desenvolvimento no âmbito regional**. Monografia (Graduação em Geografia). UNIOESTE, Francisco Beltrão, PR, 2003.

CORRÊA, Roberto L. Cidade e região no sudoeste paranaense. **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 32, nº 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

COSTA, Débora Camilo Alves. **Desafios da administração das cooperativas agrícolas nos anos 90**. 1996. Monografia (Graduação em Economia). Instituto de Economia da Unicamp, Campinas. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000296173&opt=4>>. Acesso em 05/2013.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

\_\_\_\_\_. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 15, nº 43, p. 157-172, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a13.pdf> >. Acesso em 12/03/2013.

\_\_\_\_\_. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, vol. 2, nº 1, p. 79-97, jan./abr.1985. Disponível em: < <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9249> >. Acesso em 20/08/2012.

EW, Aní Rení. **Reestruturação do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul: os casos Cosuel e Coapel - anos 90**. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - UFRGS, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<http://posugf.com.br/biblioteca/index.php>>. Acesso em 10/2013.

FERREIRA FILHO, Joaquim Bento de Souza. Ajustamento estrutural e crescimento agrícola na década de 80: notas adicionais. **Revista de Economia Política**, v.18, nº 4(72), out-dez. 1998.

FILHO, Pedro Salanek. **Integração regional, desenvolvimento local e cooperativismo: O melhoramento da renda do pequeno produtor associado na Cooperativa Agroindustrial Lar de Medianeira/PR.** Disponível em: < <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/sustentabilidade/pedrosalanek.pdf>>. Acesso em 09/2013.

FLORES, Edson Luiz. **Industrialização e desenvolvimento do Sudoeste do Paraná.** 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Unioeste, Francisco Beltrão, 2009. Disponível em: < <http://projetos.unioeste.br/>>. Acesso em 12/2013.

FONSECA, Maria da Graça Derengowski; GONÇALVES, José Sidnei. Financiamento do investimento da agroindústria e agropecuária: análise de dois planos governamentais recentes. **Informações Econômicas**, São Paulo, vol. 25, nº 6, jun. 1995. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=1106> >. Acesso em 07/2013.

GERMER, Claus. A 'economia solidária': uma crítica marxista. **Estudos de direito cooperativo e cidadania**, Curitiba, nº 1, p. 51-73, 2007. Disponível em: < [http://www.itcp.coppe.ufrj.br/hotsite/Revista\\_Direito\\_Cooperativo\\_2.pdf](http://www.itcp.coppe.ufrj.br/hotsite/Revista_Direito_Cooperativo_2.pdf)>. Acesso em 10/2012.

GIMENES, Marcio, GIMENES, Isabel, GOZER, Cristina. **Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtores rurais.** XLVI SOBER, Rio Branco – Acre, 2008. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/9/855.pdf>>. Acesso em maio de 2012.

GIMENES, Régio Márcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. Cooperativismo agropecuário: os desafios do financiamento das necessidades líquidas de capital de giro. **Rev. Econ. Contemporânea**, vol.10, n.2, pp. 389-410. Rio de Janeiro, Maio./ago. de 2006.

GONÇALVES, José Sidnei; VEGRO, Celso Luis Rodrigues. Crise econômica e cooperativismo agrícola: uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, vol. 41. nº 2. p. 57-87, 1994.

GONÇALVES, José Sidnei. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**, São Paulo, vol. 35, nº 4, abr. 2005. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/tec1-0405.pdf>>. Acesso em 07/2013.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e cooperativismo na agricultura.** São Paulo, 1987. Disponível em: <[http://www.bvs-sp.fsp.usp.br:8080/html/pt/paginas/guia/i\\_anexo.htm](http://www.bvs-sp.fsp.usp.br:8080/html/pt/paginas/guia/i_anexo.htm)>. Acesso em 07/2012.

\_\_\_\_\_. Carmas da questão agrária: movimentos sobre falsos dualismos gerando falsos paradigmas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.34, n.7, jul. 2004. Disponível em:< <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/seto1-0704.pdf>>. Acesso em 11/2012.

\_\_\_\_\_. Crise agrária no desenvolvimento capitalista: fugindo da aparência na busca da essência. **Informações econômicas**, São Paulo, vol. 33, nº 11, nov. 2003. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicacoes/pdf/espec1-1103.pdf>>. Acesso em 07/2013.



\_\_\_\_\_. **Mudar para Manter: Pseudomorfose da Agricultura Brasileira.** 1999. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Unicamp, Campinas 1999. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=9305> >. Acesso em 12/03/2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, SP: Unicamp.IE, 1996.

HADDAD, Fernando et al. **Sindicatos, cooperativas e socialismo.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção socialismo em discussão).

IBGE. **Censo Agropecuário.** Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

IPARDES/INCRA. **Análise socioeconômica do Projeto Iguazu de Cooperativismo (PIC) das regiões oeste e sudoeste do Paraná.** 1974. Disponível em:< [http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/anali\\_proj\\_iguacu\\_cooperat\\_01\\_76.pdf](http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/anali_proj_iguacu_cooperat_01_76.pdf)>. Acesso em 04/2013.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LÊNIN, Vladimir. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LUDÍCIBUS, Sérgio. **Análise de Balanços.** 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. **GEOSUL**, nº2, 1º sem. de 1987.

MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Márcio (orgs). **O pensamento de Ignácio Rangel.** São Paulo: ed. 34, 1998.

MAMIGONIAN, Armen. **Kondrattieff, Ciclos Médios e Organização do Espaço.** **GEOSUL**, vol, 14, nº 28, Florianópolis, jul/dez, 1999.

MANIGONIAN, Armen. **Estudos de geografia econômica e de pensamento geográfico.** 2004. Tese. (Livre Docência) – FFLCH – USP.

MDA. Site. <http://www.mda.gov.br>. Acesso em janeiro de 2014.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **A geografia econômica do setor agroalimentar brasileiro: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990-2007).** 2009. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH – USP. São Paulo, 2009.

MONDARDO, Marcos Leandro. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. **R. Bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 103-131, jan./jun. 2011.

MONDARDO, Marcos Leandro, BACKES, Thaianne Regina. As migrações e as transformações territoriais no Sudoeste do Paraná. **Revista Faz Ciência**, v. 9, n. 9, Jan./Jul. 2007, p. 35-58.

MORAES, José Affonso. O crédito como fator de desenvolvimento das cooperativas brasileiras. In: PINHO, Diva (coord.). **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Friedrich Naumann, 1974.

NEVES, Léo de Almeida. A política brasileira e o projeto nacional. **Geografia Economica**, nº3, julho de 2009.

PADILHA, Wilian. **O papel do crédito no desenvolvimento das cooperativas agropecuárias**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia). Unioeste, Francisco Beltrão, 2014,

PAIM, Gilberto. Ignácio Rangel: um interprete original da realidade brasileira. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Márcio (orgs). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro**. OCB/Germec, 2006.

OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro**. OCB/Germec, 2007.

OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro**. OCB/Germec, 2008.

OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro**. OCB/Germec, 2009.

OCB. **Números do Cooperativismo Brasileiro**. OCB/Germec, 2010.

OCEPAR. **Revista Paraná Cooperativo**. Edição especial, nº 63, nov./dez. de 2010.

OCEPAR. **Revista Paraná Cooperativo**. Edição especial, nº 76, nov./dez. de 2011.

OCEPAR. **Revista Paraná Cooperativo**. Edição especial, nº 89, nov./dez. de 2012.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **O colapso de uma aliança de classes**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

PEREIRA, L. C. B., REGO, M Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Márcio (orgs). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

PERGHER, Norma. **São João, uma história de trabalho e progresso**. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2010.

PINHO, Carlos Marques. O Estado brasileiro e as cooperativas. In: PINHO, Diva (coord.). **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Friedrich Naumann, 1974.

PINHO, Diva. A doutrina cooperativa e a problemática do desenvolvimento econômico. In: \_\_\_\_\_. **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Friedrich Naumann, 1974.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

PIZZO, Maria do Rosário. Rangel e a concessão de serviços públicos a iniciativa privada. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Márcio (orgs). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO. **Histórico do Município de São João**. Departamento de Educação e Cultura, 2002.

RANGEL, Ignácio. A Inflação Brasileira. In: RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas, Vol. 1**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

\_\_\_\_\_. Dualidade básica da economia brasileira. In: RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas, Vol. 1**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

\_\_\_\_\_. Economia: Milagre e Antimilagre. In: RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas, Vol. 1**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Introdução do desenvolvimento econômico brasileiro**. São Paulo: Bienal, 1990.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

ROCHA, Eliza Emília Rezende Bernardo. **O cooperativismo agrícola em transição dilemas e perspectivas**. 1999. Tese (Doutoramento em Economia). Instituto de Economia da Unicamp, Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000195604>>. Acesso em 03/2013.

SAMPAIO, Fernando dos Santos. **Made in Brazil: dinâmica sócio-espacial da indústria citrícola paulista**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo, FFLCH-USP, 2003.

SAMPAIO, Fernando do Santos, BROIETTI, Marcos H.; MEDEIROS, Marlon C. **Dinâmica capitalista da agricultura brasileira: acumulação e relações e trabalhos**. Cadernos Geográficos, Publicações do Departamento de Geociências, CFH/UFSC. Florianópolis, n.11, Maio de 2005.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Unesp, Presidente Prudente, 2008.

SERRA, Elpídio. As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná. **Geografia, Londrina**, v. 18 n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <[WWW.uel.br/revistas/eul/index/php/geografia/](http://WWW.uel.br/revistas/eul/index/php/geografia/)>. Acesso em 01/2014.

\_\_\_\_\_. Algumas contradições entre a teoria e a prática cooperativista. **Boletim de Geografia** - UEM, ano 05, nº 01, mar. 1987.

\_\_\_\_\_. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 6-37, ago., 2013.

\_\_\_\_\_. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná: o caso da Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá**. 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Unesp, Rio Claro, 1986.

\_\_\_\_\_. O cooperativismo híbrido e suas novas formas de atuação no Paraná. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 8, p. 4-22, 2008.

\_\_\_\_\_. Um pouco da história do cooperativismo agrícola no Paraná. **Boletim de Geografia** - UEM, ano 13, nº 13, outubro de 1995. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/viewFile/12887/7341>>. Acesso em 11/2013.

SETTI, Eloy Olindo. **Cooperativismo paranaense: Ocepar 40 anos construindo o futuro**. Curitiba: Ocepar, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, Wilson Antônio. **O processo de desenvolvimento geoeconômico do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião Norte Central paranaense**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Unesp, Presidente Prudente, 2002.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiommo. O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignácio Rangel. **Revista de Economia Política**, v. 11, nº 4(44), outubro/dezembro, 1991. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/44-2.pdf>>. Acesso em 11/2013.

VICENTE, Fábio Moura de. **As sociedades cooperativas e o regime jurídico de seus atos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito Cooperativo e Cidadania) - UFPR, Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.easycoop.com.br/>>. Acesso em 10/2013.

UNIRCOOP. Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativos. **Panorama do Cooperativismo Brasileiro: História, cenários e tendências**. Disponível em: <<http://www.neticoop.org.uy/IMG/pdf/dc0325.pdf>>. Acesso em 10/2012.

VALOR ECONÔMICO. **Valor 1000**, Edição anual 2008.

VALOR ECONÔMICO. **Valor 1000**, Edição anual 2009.

VALOR ECONÔMICO. **Valor 1000**, Edição anual 2010.

VALOR ECONÔMICO. **Valor 1000**, Edição anual 2011.

VALOR ECONÔMICO. **Valor 1000**, Edição anual 2012.

VELLUTINI, Roberto de A. S. **Financiamento do desenvolvimento agrícola**. Revista de Economia e Política, vol. 11, nº2 - 1991.